



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DANIELLE FRANÇA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: Impactos sociais e econômicos da
desigualdade de gênero**

**MOSSORÓ – RN
2021**

DANIELLE FRANÇA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: Impactos sociais e econômicos da
desigualdade de gênero**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Napiê Galvê Araújo Silva

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha

**MOSSORÓ/RN
2021**

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas
da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F484e França Ribeiro , Danielle .
EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: Impactos sociais
e econômicos da desigualdade de gênero / Danielle
França Ribeiro . - 2022.
107 f. : il.

Orientador: Napiê Galvê Araújo Silva.
Coorientador: Leonardo Andrade Rocha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Mestrado Profissional em Administração Pública,
2022.

1. Mulheres. 2. Educação. 3. Força de Trabalho
feminina. 4. Crescimento Econômico. I. Araújo
Silva, Napiê Galvê , orient. II. Andrade Rocha,
Leonardo , co-orient. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

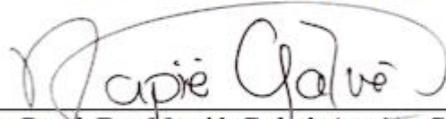
DANIELLE FRANÇA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: Impactos sociais e econômicos da
desigualdade de gênero**

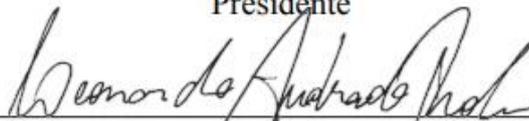
Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Defendida em: 14 /12 /2021.

BANCA EXAMINADORA



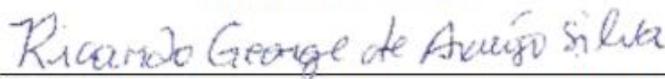
Orientador: Prof. Dr. Napiê Galvão Araújo Silva (UFERSA)
Presidente



Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha (UFERSA)
Membro Examinador



Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto (UFRPE)
Membro Examinador



Prof. Dr. Ricardo George de Araújo Silva (UVA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua infinita bondade em minha vida, pela força concedida a mim para que todos os percalços que encontrei ao longo desta caminhada fossem superados.

Agradeço aos meus familiares. Em primeiro lugar, aos meus pais que me apoiaram incondicionalmente mesmo não compreendendo bem sobre esta minha etapa da vida. Também ao meu irmão, que sempre será um exemplo para mim. Meus agradecimentos e dedicação também são destinados à minha irmã, minha princesa, sua felicidade e bem-estar são minhas fontes de inspiração.

Agradeço ao meu namorado, Romário Nogueira, por permanecer ao meu lado em todos os momentos, por pular de alegria comigo com o resultado do mestrado, escutar meus “choros”, enxugar minhas lágrimas e me fazer “morrer” de rir com suas piadas faladas exclusivamente para me animar. Nunca esquecerei de quando ele pegou na minha mão e me ajudou a superar meus bloqueios e medos. Além de parceiro de vida, é meu melhor amigo. Toda essa trajetória nos uniu ainda mais e com o apoio dele sigo mais forte para as próximas que virão.

Agradeço aos amigos do NEaD. Sim, meu ambiente de trabalho foi minha segunda casa durante seis anos. Foi por causa deles, especialmente Iriane Araújo e Rafaela Cristina, que me dispus a vivenciar o mestrado. Também foi pela flexibilidade deles que consegui manter o trabalho concomitante ao curso. Por isso, meu muito obrigada!

Meus sinceros agradecimentos também são destinados aos colegas e professores do PROFIAP/UFERSA, pessoas especiais que deixaram esses dois anos muito mais leves. Uma pena que a pandemia não permitiu que todas as nossas risadas fossem presenciais, mesmo assim sempre lembrarei de todos os momentos juntos.

Agradeço aos meus orientadores, Napiê Galvê e Leonardo Andrade, pela parceria e por tudo que contribuíram na minha trajetória até aqui, por acreditarem no nosso projeto, sempre com muita paciência e zelo e pela condução da orientação com afinco e sabedoria.

Agradeço aos professores Jorge e Ricardo, membros de minha banca examinadora, por contribuírem na correção do meu trabalho e pela humanidade que conduziram toda a avaliação.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para que eu chegasse até aqui. Obrigada!

RESUMO

A desigualdade de gênero impacta no bem-estar das mulheres e de toda a sociedade, assim como também tem efeito sobre o desempenho econômico dos países. Por ser um fenômeno social complexo, é reforçada por variados eventos que ocorrem ao longo da vida das mulheres. Consistindo em um problema histórico e atual, deve ser objeto de reflexão a fim de diminuir as distâncias sociais e econômicas entre os homens e mulheres. Dessa forma, este estudo tem como objetivo discutir, a nível internacional e sob perspectiva de gênero, as relações entre educação das mulheres, trabalho feminino e economia dos países. Para isso, esta dissertação é formada por três artigos: i) o primeiro mede a relação entre o trabalho infantil feminino e a evasão na educação básica; ii) o segundo mensura o impacto da força de trabalho feminina no crescimento econômico; iii) o terceiro investiga a relação da educação sobre o nível de desemprego feminino. Trata-se de um estudo aplicado, descritivo e quantitativo. Foram utilizados dados secundários da base de pesquisa internacional Quality of Government Institute (QoG) e a análise ocorreu por meio de métodos estatísticos e econométricos. Como resultado, observou-se que o aumento de meninas no labor infantil é acompanhado por maior abandono escolar, principalmente em países com maiores índices de pobreza, também foram observados indícios de que o menor índice de trabalho infantil e a maior permanência escolar estão relacionados com políticas de transferência de renda e investimento educacional, inclusive com programas de alimentação escolar. Além disso, foi constatado que os determinantes do crescimento econômico PIB *per capita* PPP e crescimento do PIB *per capita* são influenciados pela participação das mulheres no mercado de trabalho, contudo é necessário atentar para a minimização dos preconceitos vivenciados por elas nesse espaço. Por fim, analisou-se que o investimento em educação realizado pelas mulheres não acarreta, necessariamente, na maior facilidade de ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres. Educação. Força de trabalho feminina. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

Gender inequality impacts the well-being of women and society as a whole, as well as having an effect on the economic performance of countries. As it is a complex social phenomenon, it is reinforced by various events that occur throughout women's lives. Consisting of a historical and current problem, it should be the object of reflection in order to reduce the social and economic distances between men and women. Thus, this study aims to discuss, at an international level and under a gender perspective, the relations between women's education, female work and the economy of countries. For that, this dissertation consists of three articles: i) the first measures of the relationship between female child labor and dropout in basic education; ii) the second measures the impact of the female workforce on economic growth; iii) the third investigates the relationship between education and the level of female unemployment. This is an applied, descriptive and quantitative study. Secondary data from the Quality of Government Institute (QoG) based international research were used and the analysis was carried out using statistical and econometric methods. As a result, it was observed that the increase in girls in child labor is accompanied by greater school leaving, especially in countries with higher poverty rates. income transfer policies and educational investment, including school feeding programs. In addition, it was found that the determinants of economic growth per capita GDP PPP and per capita GDP growth are influenced by the participation of women in the labor market, however, it is necessary to pay attention to minimize the prejudices experienced by them in this space. Finally, it was analyzed that investment in education made by women does not necessarily lead to greater ease of entry and permanence in the labor.

Keywords: Women. Education. Female workforce. Economic growth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das variáveis	48
Quadro 2: Descrição das variáveis	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz de correlação entre crianças empregadas e evasão escolar	28
Tabela 2: Estimativas do modelo (1)	51
Tabela 3: Estimativas do modelo (2)	52
Tabela 4: Resultados do modelo econométrico	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico de dispersão crianças empregadas e evasão escolar	29
Gráfico 2: Relação entre a taxa de desemprego e a participação das mulheres com ensino superior em relação à população total.....	75

LISTA DE SIGLAS

ARDL - *Autoregressive Distributed Lag*

COVID-19 - Doença provocada pelo coronavírus

IPEC - Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil

MENA - Médio Oriente e Norte da África

NAT - *Niños y Adolescentes Trabajadores*

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PIB *per capita* PPP - Produto Interno Bruto por paridade do poder de compra

QoG - *Quality of Government Institute*

STEM - *Science, Technology, Engineering and Mathematics*

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WDI - *World Development Indicators*

WEF - Fórum Econômico Mundial

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
Capítulo I: Trabalho Infantil e seus efeitos na educação	16
1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Educação: propulsora do desenvolvimento	18
2.2 Trabalho infantil: perspectivas e consequências	21
3 METODOLOGIA	26
3.1 Classificação da pesquisa	26
3.2 Descrição da amostra	27
3.3 Variáveis selecionadas	27
3.4 Análise de correlação	28
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 Análise quantitativa	28
4.2 Discussão com pesquisas recentes	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
Capítulo II - Impacto da força de trabalho feminina na economia dos países	34
1 INTRODUÇÃO	34
2 REFERENCIAL TEÓRICO	36
2.1 Educação e crescimento econômico	36
2.2 Desigualdade de gênero e suas implicações econômicas	41
3 METODOLOGIA	47
3.1 Classificação da pesquisa	47
3.2 Descrição da amostra	47
3.3 Tipo de análise amostral	48
3.4 Variáveis selecionadas	48
3.5 Modelo Econométrico	48

3.6 Robustez e eficiência das estimativas	49
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
4.1 Análise quantitativa	50
4.2 Discussão com pesquisas recentes	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
Capítulo III - Relação entre escolaridade e nível de desemprego feminino	59
1 INTRODUÇÃO	59
2 REFERENCIAL TEÓRICO	61
2.1 Participação no mercado de trabalho	61
2.2 Educação e empregabilidade feminina	66
3 METODOLOGIA	70
3.1 Classificação da pesquisa	70
3.2 Descrição da amostra	70
3.3 Tipo de análise amostral	70
3.4 Variáveis selecionadas	71
3.5 Modelo Econométrico	71
3.6 Robustez e eficiência das estimativas	72
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	73
4.1 Análise quantitativa	73
4.2 Discussão com pesquisas recentes	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
CONSIDERAÇÕES GLOBAIS	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE 1	94

APRESENTAÇÃO

A princípio estão dispostos os aspectos iniciais que direcionam e são base para esta pesquisa. Para tanto, apresenta-se a contextualização da temática; posteriormente, os objetivos; e, em seguida, a justificativa sobre a relevância do estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As relações no âmbito familiar e público, historicamente, são marcadas por disparidade entre os gêneros. Compreende-se gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Dessa forma, as desigualdades entre homens e mulheres são decorrentes das ideias construídas socialmente sobre os papéis de cada um. Normalmente, tais construções são enraizadas desde as estruturas familiares.

As mulheres estão mais expostas à violência nas ruas, estão em menor proporção nos cargos políticos e de chefia, são predominantemente responsáveis pelos cuidados domésticos e participam menos do mercado de trabalho. Mesmo com os avanços nas regulamentações dos países em prol da igualdade de gênero e a elaboração de tratados internacionais sobre o direito das mulheres, a desigualdade de gênero ainda é persistente. O que demonstra que a superação desse fenômeno está além de normativas, pois ele tem como base elementos culturais, de sociedades nos quais o espaço público e privado é dominado pelos homens. Indica, também, que existe um longo caminho a ser percorrido para cessar a segregação, em decorrência da sociedade ser construída em moldes patriarcais, muitas vezes, pouco questionados, inclusive pelas mulheres.

O hiato de gênero é um fenômeno social complexo, pois os motivos que o reforçam estão dispostos ao longo de toda a vida da mulher e possuem raízes históricas. A metáfora Labirinto de Cristal indica que também existem barreiras invisíveis que guiam a trajetória das mulheres na carreira científica (LIMA, 2013). De forma análoga, essa conotação pode ser comparada com os limites não formais impostos às mulheres de forma geral, impactando em suas escolhas profissionais e posicionamento na sociedade. Sendo assim, desde a infância, variados eventos podem influenciar a educação e o trabalho das mulheres.

Sobre a educação, quase dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres (UNESCO, 2020). Ainda assim, elas são maioria no ensino superior, mas concentradas em determinadas

áreas de conhecimento (UNESCO, 2018a; UNESCO, 2018b). Essa conjuntura demonstra uma grande divergência entre as realidades das mulheres no mundo como um todo, provavelmente, oriunda das diferenças de liberdades e restrições impostas a elas nos diferentes países.

No que tange ao mercado de trabalho, a maioria das mulheres está alocada nos setores de serviços e informal, além de possuir maiores taxas de rotatividade (MELO; MORANDI, 2021). Também possuem dificuldade de serem inseridas em mercados como a indústria e a construção civil e ainda recebem menos que os homens, especialmente em áreas ocupacionais que exigem nível superior (COTRIM; TEIXEIRA; PRONI, 2020). De fato, a inserção e permanência feminina na atividade econômica é repleta por barreiras, muitas vezes minimizadas por aqueles que não são limitados por elas.

Esses são reflexos de que, pelo fato de ser mulher, a sociedade já impõe oportunidades desiguais difíceis de serem transpostas. Enquanto houver manutenção da cultura androcêntrica, as mulheres precisarão se esforçar muito mais para atingir posições semelhantes aos homens. Isso porque, as mulheres acabam por assumir papéis secundários e têm suas conquistas silenciadas ou desvalorizadas.

Os percalços, que se iniciam desde a infância com a distinção das obrigações e expectativas entre os filhos e filhas, influenciam nas vivências educacionais, de lazer e desenvolvimento social das meninas. E repercutem na vida adulta, na participação econômica, política e em seu posicionamento no âmbito familiar.

As múltiplas desigualdades, inclusive no mercado laboral, resultam no fenômeno conhecido como feminização da pobreza, na qual as mulheres e famílias chefiadas por elas representam a maior proporção entre os pobres (FJP; CORECON MG, 2020). As consequências disso para as famílias são inegáveis, visto que fomenta o círculo da desigualdade social e restringe acesso às oportunidades. Sobre o assunto, Sen (2000) destaca o papel de agente exercido pelas mulheres como promotoras de desenvolvimento e bem-estar das famílias e sociedade.

Ademais, a assimetria entre homens e mulheres afeta a economia. Alguns estudos apontam sobre as perdas econômicas em consequência da exclusão ou subutilização da força de trabalho feminina (OSTRY et al., 2018; RISSE, 2019; WODON et al., 2020). Talvez seja esse um dos principais motivos que levam diversas organizações políticas a se movimentarem em prol da igualdade de gênero.

O panorama apresentado demonstra que a desigualdade de gênero é um problema histórico e atual que deve ser objeto de reflexão a fim de diminuir as distâncias sociais e econômicas entre os homens e mulheres. Em primeiro lugar, por ser uma questão de direitos

humanos e básica para a justiça social. Além disso, em decorrência das consequências para o bem-estar da sociedade e para a economia dos países.

Diante disso, a dissertação ora apresentada busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: como a falta de oportunidades igualitárias entre os gêneros afeta as mulheres, a sociedade e o crescimento econômico?

Para isso, esta dissertação está estruturada em três artigos, cada um disposto em um capítulo. O primeiro aborda sobre o trabalho infantil e seus efeitos na educação. O segundo trata do impacto da força de trabalho feminina na economia dos países. O último apresenta as relações entre escolaridade feminina e nível de desemprego. Os três ensaios visam contribuir com vertentes diferentes e complementares para a temática de desigualdade de gênero e seus efeitos.

Para tanto, visando uma análise internacional, será utilizada a base de dados Quality of Government Institute (QoG) que reúne dados de código aberto relacionados com a qualidade do governo, transparência e administração pública de variados países. Tais dados permitem a relação das variáveis selecionadas, por meio de métodos estatísticos e econométricos, que contribuem para o campo de estudo analisado.

1.2 OBJETIVOS

Em face da problemática apresentada, os seguintes objetivos são almejados:

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação consiste em “discutir, a nível internacional e sob perspectiva de gênero, as relações entre educação das mulheres, trabalho feminino e economia dos países”.

1.2.2 Objetivos específicos

Visando atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos para cada ensaio:

- Medir a relação entre o trabalho infantil feminino e a evasão na educação básica;
- Mensurar o impacto da força de trabalho feminina no crescimento econômico;
- Investigar a relação da educação sobre o nível de desemprego feminino.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo é relevante por tratar sobre alguns aspectos relacionados à desigualdade de gênero, fenômeno social que impacta na qualidade de vida das mulheres e da sociedade como um todo. Pesquisas nessa área temática contribuem para o entendimento da realidade do problema social, viabilizando debates e reflexões que são basilares para intervenções que promovam uma sociedade com maior igualdade.

A presente dissertação apresenta uma perspectiva ampla sobre as assimetrias de gênero. Pois, a partir do entendimento de que as privações de liberdades estão interligadas através de influências mútuas (SEN, 2000) e que variados eventos guiam a trajetória de vida de uma mulher (LIMA, 2013), observa-se que, ao analisar aspectos específicos, como, por exemplo, inserção feminina no mercado de trabalho, deve-se considerar outros fenômenos relacionados, tais como as oportunidades educacionais das mulheres ao longo da vida.

Sendo assim, como ponto de partida, é analisado o impacto do trabalho infantil sobre a educação das mulheres. Porquanto elas estão incluídas nos perfis mais propensos ao trabalho infantil, sobretudo aquele de difícil monitoramento, como é o caso do trabalho doméstico (OIT, 2013). E ainda, que privação da educação básica na infância gera consequências de outras naturezas na fase adulta.

Outro ponto em discussão é a participação feminina no mercado de trabalho. Conforme a OIT (2019), muito embora tenham ocorrido avanços na igualdade de gênero no mundo do trabalho, nos últimos 27 anos a diferença nas taxas de emprego de homens e mulheres reduziu menos de 2%. Essa é uma preocupação emergente para as nações, inclusive em decorrência das perdas econômicas. Prova disso é a inclusão de iniciativas em prol da igualdade de gênero do objetivo 5 e da meta 8.5 entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Torna-se interessante estudar o quanto da potencialidade das mulheres, inclusive pela maior presença no ensino superior (UNESCO, 2018a), está sendo desperdiçada devido às assimetrias.

Em síntese, não atentar para a temática aqui abordada contribui para manutenção das condições de subvalorização das mulheres e não atendimento aos direitos humanos; fomenta a continuidade do processo de feminização da pobreza; influencia na qualidade de vida das famílias e sociedade; além de, impactar na economia das nações. Abordar esse tema em pesquisas científicas é o caminho para aumentar o conhecimento sobre o assunto; fortalecer o debate na agenda pública; e assim poder contribuir para sociedades mais equitativas.

À vista disso, produzir conhecimento acerca dos fatores que fortalecem as desigualdades de gênero é relevante enquanto estratégia para elaborar medidas efetivas para promover igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, este trabalho se justifica pela necessidade de produzir reflexões de forma abrangente sobre os efeitos da falta de oportunidades igualitárias entre os gêneros sobre as mulheres e sociedade, servindo de referência para ações mais assertivas para sua superação.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa é relevante por analisar a temática com base em dados de variados países coletados por instituições renomadas (como, UNESCO e Banco Central) e disponibilizados pelo QoG. A pretensão não é exaurir o tema, mas sim contribuir para o avanço das reflexões.

Como resultado da pesquisa, foi elaborado um relatório técnico que sintetiza os principais resultados e pontos discutidos neste trabalho, apêndice 1. Esse produto, a ser disponibilizado para toda a comunidade, apresenta de forma clara e objetiva como a desigualdade de gênero influencia a vida das mulheres, nos âmbitos do trabalho e educação, e os impactos do fenômeno para sociedade e economia.

Capítulo I: Trabalho Infantil e seus efeitos na educação

1 INTRODUÇÃO

A educação é a base para o desenvolvimento do indivíduo e de sua nação. Considerada no cenário internacional como um direito humano universal, após a promulgação da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, em 1948, no mínimo, é obrigatória a escolarização básica, que deve ser assegurada de forma gratuita a todos. Ela pode ser entendida como um processo amplo que inclui a escolarização e o desenvolvimento humano. Contudo, a educação pode ser considerada excludente, ou ainda, preparar parcelas da população para executar alguns tipos específicos de trabalho. Além disso, alguns indivíduos podem ter o acesso à educação prejudicado, por exemplo, por questões sociais e econômicas, tais como a desigualdade de gênero e o trabalho infantil.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho infantil é aquele que priva a criança de usufruir de sua infância e dignidade, prejudicando seu desenvolvimento físico, mental e social. Outrossim, interfere em sua escolarização, promovendo o abandono prematuro dos estudos ou afetando sua frequência escolar. Com base no exposto, na visão da OIT o trabalho infantil é um problema social que deve ser erradicado por todas as nações. Contudo, existem movimentos civis protecionistas ao trabalho infantil, como o movimento *Ninõs y Adolescentes Trabajadores* (NAT), que defende tal prática desde que em condições dignas.

Nota-se que o entendimento sobre trabalho infantil perpassa sobre questões simbólicas, culturais, contexto social e econômico em que ocorre (VIEIRA, 2018). Para Maureira Estrada (2017), o trabalho infantil é um fenômeno presente desde a antiguidade, porém continuamente tem se readaptado no tempo e aos demais fenômenos sociais com que se relaciona. Como exemplo, é possível mencionar o aumento do trabalho de crianças e adolescentes nos meios de comunicação, decorrente da expansão das mídias digitais. Também destaca-se em caráter de exemplo, a estimativa da OIT e UNICEF (2020) sobre o aumento do trabalho infantil durante a pandemia do COVID -19, consequente da queda de renda familiar e fechamento das escolas.

Apesar dos esforços para erradicação do trabalho infantil, inclusive com a implementação, em 1992, do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), este tipo de trabalho ainda persiste. Segundo dados da OIT, em 2016, 152 milhões de crianças entre 5 e 17 anos eram vítimas de trabalho infantil, sendo 48% desde quantitativo com

idade entre 5 e 11 anos. A maior recorrência do fenômeno era no continente africano, com 72,1 milhões de crianças em alguma atividade laboral, seguido da Ásia e Pacífico (62 milhões), das Américas (10,7 milhões), da Europa e Ásia Central (5,5 milhões) e o dos Estados Árabes (1,2 milhões) (OIT, 2017).

Do total de crianças vítimas de trabalho infantil, 88 milhões eram do sexo masculino, enquanto 64 milhões do sexo feminino (OIT, 2017). Sobre esse quantitativo, Dantas (2020) alerta que em números absolutos existem mais meninos em atividade laborais do que meninas, porém, aponta ainda que uma das piores formas de trabalho infantil, o trabalho doméstico, é realizado quase integralmente por meninas.

É oportuno acrescentar que esse panorama indica que a divisão do trabalho por gênero se inicia desde a infância, e que acompanha a mulher ao longo da vida determinando em quais atividades ela é melhor aceita. De acordo com Custódio e Ramos (2020), o trabalho infantil doméstico apresenta elementos de insalubridade, periculosidade e penosidade, características que qualificam essa atividade como uma das piores formas. Ressalta-se que ele é porta de entrada para outras violências, inclusive psicológicas e sexuais.

A atividade laboral durante a infância pode repercutir na fase adulta no nível de desemprego, marginalização, saúde e aumentar problemas sociais, como a pobreza. Ademais, as consequências do abandono ou da irregularidade da frequência escolar para as meninas podem ser intensificadas pela desigualdade de gênero. As mulheres nessas condições estão propensas a vulnerabilidades, inclusive econômicas, decorrendo por causa disso, por exemplo, o fenômeno conhecido de feminização da pobreza.

Diante do exposto, este trabalho possui como problemática “ em que nível a educação das crianças do gênero feminino é influenciada pelo trabalho infantil?”. Sendo assim, busca medir a relação entre trabalho infantil feminino e a evasão na educação básica. Como hipótese, sugere-se que a inserção precoce na vida laboral acarreta prejuízos à educação das meninas, e que esses danos influenciam no desenvolvimento delas.

Na produção acadêmica, os pesquisadores começaram a dar ênfase à temática do trabalho infantil a partir das discussões sobre o assunto na OIT, principalmente após a elaboração dos instrumentos normativos que abordavam a temática. Os estudos sobre o trabalho infantil são pertinentes, visto que esse fenômeno social acarreta diversas consequências para a criança e sociedade. Segundo Silva *et al.* (2019), os estudos na América Latina entre os anos de 2004 a 2014 estavam delineados nas consequências do trabalho infantil, na avaliação de políticas públicas e programas sociais. Esta pesquisa possui um olhar também voltado para a

perspectiva de gênero, apresentando o trabalho infantil sob as dimensões da educação e desigualdade de gênero.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação: propulsora do desenvolvimento

A aprendizagem pode ocorrer em diversos espaços, já que a construção e acumulação de saberes advém de experiências da educação informal e formal. Marandino (2017), pondera que caracterizar os espaços como ambientes de educação não formal ou formal não é simples, visto que, muitas vezes, esses termos não são utilizados de forma consensual. Simplificadamente, quando o processo de aprendizagem acontece mediante vivências cotidianas, como, familiares, de trabalho, denomina-se de educação informal. Aquela ocorrida em um espaço formal e estruturado de ensino, por exemplo, dentro de salas de aula ou em ambientes correlatos, é chamada de educação formal.

Por educação, logo, entende-se o processo e o resultado do domínio de conhecimentos que preparam as pessoas para a vida e o trabalho (WEBB; KUNTUOVA; KARABAYEVA, 2018). Nesse processo, ambas as vivências, educação formal e informal, são relevantes ao passo que proporcionam habilidades e capacidades para o indivíduo. Outro entendimento, o de Souza e Kerbauy (2018), considera que por meio da educação as pessoas podem alcançar uma vida digna em consonância aos direitos humanos e adquirem condições para o exercício da cidadania. Tais proposições retratam perspectivas diferentes sobre a educação. Essa apresenta uma orientação para o desenvolvimento social e crítico do indivíduo, o qual desempenha papel ativo na sociedade. Aquela apresenta a educação orientada para o trabalho, como um meio de preparação para atividade produtiva.

Outra discussão aborda que é por meio da educação que o indivíduo poderá ser inserido no mercado de trabalho com melhores condições laborais e de salários, ideia desenvolvida a partir da Teoria do Capital Humano, que recebeu contribuição de diversos economistas - Jacob Mincer, Theodor Schultz, Gary Becker, entre outros. Segundo Vogt *et al.* (2020, p. 337), “a educação torna as pessoas mais produtivas, aumentando seus salários, o que afeta diretamente o crescimento econômico”. Portanto, a educação começa a ser entendida como um investimento necessário, sobretudo para o progresso de uma nação. Kumar, Prakash e Singh (2020) corroboram com o exposto ao abordar que a importância da educação supera sua ação no indivíduo, determinando a qualidade de vida e o desenvolvimento de um país.

Na perspectiva da educação enquanto investimento, Delalibera e Ferreira (2019) apontam a importância da educação infantil ao analisarem os efeitos da educação e formação na primeira infância sobre a produtividade e o nível de escolaridade dos norte-americanos. O estudo dos referidos autores indica que o aumento da educação infantil pode explicar o aumento dos anos de escolaridade nos Estados Unidos. Também alega que o primeiro estágio da formação do capital humano contribui com magnitude semelhante aos demais estágios educacionais para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da produtividade do trabalho.

Para De Oliveira, Campos e Pereira (2020, p. 235), “o acesso à educação destaca-se como um fator capaz de fomentar a distribuição equitativa de oportunidades”. Isso é, para os referidos autores, a educação é o meio para diminuição da desigualdade de oportunidades, da exclusão e proporciona o alcance do desenvolvimento. No entanto, a própria prática educacional ainda requer mecanismos para superar distinções - por exemplo, de gênero e classe social - que nela se repercutem.

Gómez (2017) acrescenta que o alcance da igualdade nas oportunidades através da educação encontra limitações. No estudo do referido autor, os fatores etnia e gênero são identificados como aqueles que podem se sobrepor à educação e dar continuidade à desigualdade de oportunidades em variáveis como desemprego e renda.

Similar ao entendimento de De Oliveira, Campos e Pereira (2020), a educação, na abordagem teórica de Amartya Sen, é vista como um dos pilares para alcançar o desenvolvimento. Ao tratar sobre desenvolvimento, Sen (2000) apresenta conceito abrangente que ultrapassa a perspectiva econômica. Para o autor, o desenvolvimento está relacionado com a remoção das privações de liberdade, a expansão das capacitações humanas e a possibilidade de viver com qualidade e da forma que se almeja. Ademais, é do acesso à educação que advém as ferramentas capazes de libertar os indivíduos das privações que inibem sua qualidade de vida (DE OLIVEIRA; CAMPOS; PEREIRA, 2020).

As privações de liberdades se relacionam em um processo de mão dupla. Por exemplo, a privação econômica pode provocar carência na educação, ao passo que a permanência no desprovimento de educação reforça a continuidade da pobreza (SEN, 2000). No entendimento de Reymão e Cebolão (2017), é mediante a educação que o indivíduo alcança instrumentos e capacidades para seu desenvolvimento social, político e econômico.

O direito à educação foi reafirmado e recebeu atenção das políticas públicas a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, e dos movimentos “Educação para Todos” e “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (POST, 2018). Também recebeu atenção dos

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), almejando uma prática educacional inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Dessa forma, a discussão sobre a educação ultrapassou a questão relativa apenas ao acesso ao ensino, alcançando a busca pela equidade e inclusão de grupos minoritários ou tratados de forma desigual, sobretudo considerando a relevância da qualidade do ensino para todos.

Em decorrência disso, Post (2018) menciona o crescimento da universalização do ensino na América Latina com aumento significativo de crianças matriculadas nas séries do ensino primário. O mesmo autor aponta ainda que entre os obstáculos para o acesso universal ao ensino está o trabalho infantil e que esse, apesar do aumento dos índices de acesso à educação, não está erradicado na região estudada.

Além do trabalho infantil, outros fatores podem inibir o acesso ou permanência do aluno no sistema de ensino. Muara e Werle (2020) indicam como fatores as dificuldades econômicas das famílias, precariedade de estrutura e ensino das escolas, distância da moradia até a escola e aspectos culturais da comunidade em que o aluno está inserido.

Outro aspecto com relevante influência sobre a educação é o gênero. Vários são os obstáculos que afetam a educação das meninas e mulheres, entre eles está o trabalho doméstico, casamento e gravidez precoce, riscos de sofrer violência, fatores que são agravados em situação de pobreza (DANTAS, 2020).

O Relatório de Monitoramento Global da Educação 2018 da UNESCO aponta que, de forma geral, houve um aumento de paridade de gênero em todos os níveis de educação, entretanto, não foi observado em todas as regiões. Em idade escolar primária, a quantidade de meninas que estão sem acesso ao ensino formal ultrapassa em 5 milhões a quantidade de meninos (UNESCO, 2018b).

A situação das meninas moçambicanas apresentada por Maura e Werle (2020) ilustra a influência da cultura e das tradições na educação formal. Também exemplifica o porquê mesmo entre crianças de mesmo nível socioeconômico, os meninos possuem taxa de conclusão do nível secundário superior às meninas na África Subsaariana (UNESCO, 2018b). Em Moçambique, assim como em outras regiões do continente africano, muitas meninas são inibidas pelos seus familiares de frequentarem as escolas devido à tradição cultural de que elas são fracas e destinadas aos cuidados do lar (MAURA; WERLE, 2020).

É notável que mesmo diante dos tratados internacionais e das normativas de cada país que visam assegurar o direito à educação e a obrigatoriedade do ensino básico, ela ainda não é usufruída por todos. São vários os motivos que dificultam usufruto desse direito social, notadamente a pobreza, desigualdades e trabalho infantil. De acordo com Reymão e Cebolão

(2017), a educação instiga o desenvolvimento pessoal e social e pode amenizar os problemas sociais mencionados. Vale destacar que tais fenômenos sociais estão interligados, através de influências mútuas.

2.2 Trabalho infantil: perspectivas e consequências

O trabalho infantil é a atividade econômica realizada pelas crianças nas economias formal e informal, dentro ou fora do cenário familiar (OIT, 2013). Ele é um problema social, presente a nível mundial, que impacta no desenvolvimento de milhões de crianças. O fenômeno é multifacetado, pois são vários os espaços que utilizam a mão de obra infantil. Segundo Armijo, Escobar e Ortiz (2020), normalmente, o labor é realizado de forma oculta em espaços da economia informal, o que dificulta visualizar sua real dimensão.

De acordo com dados da OIT, o setor com maior presença de trabalho infantil é a agricultura (71%), seguido por serviços (17%) e indústria (12%) (OIT, 2017). Sobre o assunto, Vasconcelos (2020) aponta a frequente inserção das crianças na atividade agrícola, principalmente como uma forma de ajudar os pais, aprender um ofício, além de fazer com que as crianças não fiquem no ócio.

Ao longo da história, a atividade laboral de crianças e adolescentes era algo comum nas sociedades ocidentais, devido ao significado atribuído ao trabalho em cada época (VIEIRA, 2018). Por isso que ainda existem pessoas que defendem o trabalho infantil ou minimizam sua gravidade, diante da justificativa de que o trabalho dignifica o homem. A partir das legislações e declarações de organizações supranacionais o trabalho infantil, legalmente, passou a ter uma conotação negativa (MANHICE; AMADOR, 2019). Porém, na sociedade, ainda não é holística a consciência sobre os malefícios desse problema social.

Dessa forma, coexistem compreensões contraditórias sobre o trabalho infantil. Visto que existe uma vertente que o considera um grave problema social com impactos na vida da criança e de toda sociedade e que, portanto, deve ser erradicado. Percepção essa defendida pela OIT, que compreende o trabalho infantil como uma violação importante dos direitos humanos, das crianças e do trabalho, além de obstáculo para o desenvolvimento de uma nação (OIT, 2013).

Todavia, existem aqueles que o consideram como normal e benéfico para o crescimento social das crianças. Por exemplo, os valores culturais dos moçambicanos consideram o trabalho infantil como meio importante para que as crianças sejam integradas à vida adulta (MAURA; WERLE, 2020). Sobre a Índia, Kumar, Prakash e Singh (2020) discorrem que a Lei do Trabalho Infantil, promulgada em 1986, fez com que muitos habilidosos artesões fossem perdidos, já que

as crianças só poderiam trabalhar após os 14 anos, idade que dificultava o aprendizado do ofício, principalmente em setores como o de artesanato e têxtil.

Essas duas vertentes de pensamento entram em choque nas discussões sobre o assunto. Existem várias tensões entre a OIT e o movimento NAT. Tal movimento foi criado na década de 1970 na América Latina, com objetivo de lutar pelo direito ao trabalho das crianças, desde que em condições dignas e com horários apropriados para a educação e lazer. Considera que a proibição total do trabalho infantil priva as crianças de benefícios essenciais e do contato com o trabalho positivo. Por isso, o NAT busca ter direito de representação com voz ativa na formulação das políticas sobre o trabalho infantil. Contudo, a participação dos representantes do movimento é cada vez mais rejeitada (LIEBEL; INVERNIZZI, 2018).

O trabalho infantil representa a exploração da mão de obra infantil em prol de interesses econômicos e em prejuízo do desenvolvimento, saúde e educação dos menores. A justificativa de que ele é benéfico para o desenvolvimento de habilidade, desenvoltura e autonomia das crianças acabam por romantizar e suavizar esse grave problema social. Isto porque, em grande parte das ocorrências, o trabalho precoce inibe o direito da criança de viver como tal e provoca danos no indivíduo para além da infância. Além de que, comumente, está atrelado com outros tipos de violência, como a física e sexual. Dessa forma, os malefícios do trabalho infantil se sobressaem a qualquer benefício que venha a justificá-lo.

O entendimento da OIT sobre o trabalho infantil está relacionado ao seu impacto no desenvolvimento e dignidade das crianças. Por isso, por intermédio das convenções que tratam sobre o assunto, estabelece critérios que visam proteger as crianças ao determinar parâmetros para permissão e proibição do emprego da mão de obra infantil. Ressalta-se, contudo, que as convenções da OIT têm caráter orientador para elaboração dos normativos legais dos países, porém não têm valor jurídico imediato (ZARO; PERSSON, 2019).

A convenção da OIT nº 138 trata sobre a Idade Mínima para Admissão ao Emprego e foi aprovada em Genebra, em 6 de junho de 1973. Determina que todo país membro deve buscar a extinção do trabalho infantil e o aumento progressivo da idade mínima de ingresso no labor. Regula ainda que a idade mínima não poderá ser inferior ao de conclusão da escolaridade obrigatória ou inferior a quinze anos (OIT, 2013). Como crítica, Manhice e Amador (2019) afirmam que essa convenção não é tão restritiva, já que permite que cada país normatize uma lista de trabalhos leves que possam ser realizados por crianças acima de 13 anos de idade.

Dentre as atividades laborais praticadas pelas crianças, existem aquelas consideradas como as piores formas de trabalho instituídas pela Convenção nº 182 da OIT. A classificação dicotômica entre trabalho infantil tolerável e intolerável, ou ainda, trabalho educacional e piores

formas de trabalho, demonstram contradições a relativizar o entendimento sobre o assunto, o que dificulta a definição e solução do problema (VIEIRA, 2018). No entendimento de Conde (2017), as políticas internacionais têm ações direcionadas para combater as formas de trabalho infantil mais degenerativas, mas acabam por negligenciar ações que visam acabar de forma ampla com a exploração do trabalho infantil.

A inserção precoce das crianças no trabalho provoca danos à saúde física e mental (ARMIJO; ESCOBAR; ORTIZ, 2020). Sobretudo, nas atividades consideradas como as piores formas, que são aquelas relacionadas à escravidão ou formas análogas, exploração sexual comercial, envolvimento em atividades ilícitas e todas as demais formas que prejudiquem a saúde, segurança e moralidade das crianças (OIT, 2013).

Entre as formas mais degenerativas está o trabalho infantil doméstico. Ou seja, as atividades econômicas realizadas na casa de terceiros por menores de 18 anos, podendo ou não ser remunerado (OIT, 2011). Esse tipo de trabalho tem uma diferença crucial com relação às outras formas de trabalho infantil, pois está relacionado à questão de gênero e às suas consequentes vulnerabilidades (DANTAS, 2020; VIEIRA, 2018).

Sobre o assunto, a OIT (2017) aponta que as meninas estão mais propensas a esse tipo de atividade. A prática do trabalho doméstico, por ocorrer dentro do espaço privado das casas, muitas vezes é naturalizado e menos visível (CUSTÓDIO; RAMOS, 2020). Tanto que essa forma de trabalho não foi incluída nas estimativas sobre o trabalho infantil da OIT, o que pode levar a subestimação do quantitativo de meninas em atividade laboral (OIT, 2013).

O trabalho doméstico, muitas vezes, não é entendido pela sociedade como um trabalho de fato. Normalmente, é envelopado pela justificativa de contribuir com moradia e educação em troca da “ajuda em casa”; ou ainda, pelo “é como se fosse da família”. O que de fato ocorre é o afastamento da criança de sua família, e a exposição dela a diversas outras violências. A criança que cresce nessa condição vive as consequências durante toda a vida, incluindo a dificuldade de inserir-se em outros tipos de atividade na fase adulta devido ao pouco estudo. Isso também contribui para manutenção do ciclo vicioso de pobreza e marginalização do indivíduo, prejudicando também suas gerações subsequentes.

O trabalho infantil é um fenômeno complexo e multicausal. Apesar da pobreza ser um dos seus principais determinantes, não é o único (AGUILAR; CANÃS; RINCÓN, 2018). De fato, a pobreza é um fator importante, já que o aumento de 1% na pobreza acarreta na elevação de no mínimo 0,7% no trabalho infantil (OIT; UNICEF, 2020). Contudo, entre as crianças em situação de pobreza, existem alguns grupos ainda mais vulneráveis ao trabalho infantil. É o caso das crianças órfãs ou sem os cuidados parentais, pertencentes a minorias, imigrantes, ou ainda,

as crianças do sexo feminino pela natureza das atividades às quais normalmente são vinculadas (OIT, 2013).

Sobre as causas do trabalho infantil, Custódio e Ramos (2020) apontam questões de cunho econômico, culturais e políticas. Em complemento, Armijo, Escobar e Ortiz (2020) defendem que o aumento do trabalho infantil é provocado pelo forte crescimento demográfico, crises econômicas que dificultam a sobrevivência das famílias e as dificuldades e falta de qualidade dos sistemas educacionais.

São vários os estudos que apontam a relação entre as condições de emprego dos pais ou responsáveis e a inserção das crianças no ambiente laboral. A diminuição das oportunidades e precarização das condições de trabalho, assim como a redução dos salários e os altos índices de desemprego são fatores determinantes para o trabalho infantil (CUSTÓDIO; RAMOS, 2020; OIT; UNICEF, 2020). Aguilar, Canãs e Rincón (2018) mencionam que pesquisas demonstram que o aumento salarial dos adultos tem efeito negativo, isto é, contribui para diminuir a probabilidade do trabalho infantil, ao passo que aumenta as possibilidades de as crianças frequentarem as escolas. Tais resultados convergem com a hipótese do axioma de luxo.

O axioma de luxo parte do princípio de que, para todas as famílias, existe um salário de equilíbrio que vai determinar se as crianças serão orientadas para as escolas ou para o trabalho (BASU; VAN, 1998). Logo, o trabalho precoce estaria relacionado com a pobreza ou a imperfeição do mercado de crédito (MOHAMED, 2020). Além disso, a dificuldade econômica também influencia na escolarização das crianças, já que as famílias tendem a aliviar suas dificuldades financeiras cortando o investimento em educação (OIT; UNICEF, 2020). Diversos estudos buscaram testar empiricamente a hipótese mencionada (AGUILAR; CANÃS; RINCÓN, 2018), contudo não há consenso entre os resultados finais (MOHAMED, 2020).

Divergindo do axioma de luxo, outra hipótese que visa explicar o trabalho infantil é o paradoxo da riqueza. Nele a riqueza familiar é medida pelo tamanho da propriedade rural que possui. Nessa hipótese as crianças membros de famílias com maiores posses de terras têm mais chances de serem inseridas no trabalho infantil no meio rural, quando comparado as crianças de famílias com menores terras (MOHAMED, 2020).

A teoria do “U” invertido acrescenta as discussões sobre a temática ao afirmar que o aumento na propriedade rural, ou negócio familiar, não tem efeito linear sobre o trabalho infantil. Logo, a princípio as crianças podem ser inseridas nas atividades laborais, porém, o acúmulo de recursos tende a acabar com a necessidade do trabalho infantil (DE MESQUITA; DE OLIVEIRA LIMA, 2019).

As teorias mencionadas justificam o trabalho infantil a partir do corte em aspectos econômicos e também com relação às preferências dos pais. A teoria do axioma de luxo aparenta ser mais apropriada para justificar esse problema social na atualidade, principalmente, diante da prevalência do trabalho infantil em regiões marcadas pela pobreza, como a África. Logo, a decisão pelo trabalho em substituição à educação e ao lazer se dá pela necessidade da renda para a sobrevivência familiar. Enquanto a teoria do paradoxo da riqueza, que utiliza o tamanho da propriedade de terra com *proxy* da riqueza familiar, ainda possui uma literatura escassa que reforça sua amplitude.

Além dos fatores econômicos, Custódio e Ramos (2020) indicam como causas da inserção precoce no trabalho a insuficiência de políticas públicas, redução de financiamento para políticas sociais e a falta de estratégias eficazes para identificar e atuar contra o trabalho infantil doméstico. Destaca-se que, em muitos casos, as crianças são inseridas no trabalho pela necessidade de sobrevivência, fato que promove a necessidade de políticas com ações direcionadas às origens do problema (ARMIJO; ESCOBAR; ORTIZ, 2020).

Outro fator com relevante influência é a cultura. São as preferências culturais que irão qualificar o trabalho como algo positivo ou não. A título de exemplo, alguns grupos sociais da Colômbia consideram o trabalho infantil como formativo, pois ajuda que a criança desenvolva competências e evita que ela entre em contato com vícios (AGUILAR; CANÃS; RINCÓN, 2018). Muitas vezes, os próprios pais começaram a trabalhar na infância, o que pode gerar uma visão positiva do trabalho e aumentar a chance de a criança ser inserida no labor (CUSTÓDIO; RAMOS, 2020).

Com relação à educação, Post (2018) menciona que a baixa qualidade dos sistemas educacionais, ou ainda, o mau desempenho acadêmico da criança incentiva o trabalho infantil e a baixa frequência escolar. Também aponta sobre a importância do fornecimento de alimentos para manter as crianças nas escolas e reduzir a possibilidade da inserção precoce delas no trabalho. Ressalta-se que essa interseção entre escola e trabalho infantil não pode ser vista como uma escolha familiar, e que existe uma relevante associação entre fracasso escolar, pobreza e trabalho infantil (ARMIJO; ESCOBAR; ORTIZ, 2020).

As consequências da inserção precoce das crianças no trabalho podem ser a nível individual ou coletivo. Inicialmente, o trabalho poderá acarretar a queda na frequência escolar e no acúmulo de capital humano, o que posteriormente irá dificultar a inserção do indivíduo adulto em um emprego com boa remuneração e condições de trabalho. As consequências individuais impactam na sociedade, visto que provocam um ciclo de pobreza e influenciam

negativamente o desenvolvimento econômico do país (DE MESQUITA; DE OLIVEIRA LIMA, 2019).

Isso ocorre pois o trabalho infantil provoca limitações de concentração nas aulas, cansaço, inassiduidade, abandono escolar e falta de tempo para se dedicar ao estudo (ARMIJO; ESCOBAR; ORTIZ, 2020). Ele prejudica também o aprendizado de habilidades matemáticas e de leitura (POST, 2018). Por isso é comum que as crianças passem para outras séries sem ter assimilado as competências mínimas requeridas, incluindo o domínio da própria língua (MANHICE; AMADOR, 2019).

De forma geral, o trabalho impacta nas oportunidades de desenvolvimento acadêmico das crianças. No entanto, algumas formas de trabalho têm maior relação com o insucesso no aprendizado escolar do que outras (POST, 2018). Assim como também existem diferenças com relação ao gênero. Segundo Aguilar, Canãs e Rincón (2018) a relação marginal de substituição entre escolaridade e trabalho é menor entre meninas do que meninos.

Além disso, os meninos têm maiores chances de serem incluídos no trabalho, com 2,96% em comparação a 1,16% das meninas (SILVA; SCHINAIDER; DA CUNHA CASSUCE, 2021). Na área rural essa diferença aumenta, com os meninos passando a ter 13,3% de probabilidade a mais do que as meninas. Salienta-se que em áreas rurais há o aumento de probabilidade do trabalho infantil para ambos os sexos (AGUILAR; CANÃS; RINCÓN, 2018). Vieira (2018) afirma que há dificuldade em dimensionar e avaliar a participação de meninas no trabalho infantil, isso devido à invisibilidade das atividades destinadas a elas.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa é classificada quanto aos objetivos como descritiva, por apresentar a relação entre as variáveis do trabalho infantil feminino e a evasão escolar coletadas sem influência da pesquisadora. Para Kothari (2004, p. 2) “o objetivo principal é a descrição do estado das coisas como elas realmente existem [...] a principal característica do método descritivo é que o pesquisador não tem controle sobre as variáveis”.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada pois objetiva gerar conhecimento para aplicações práticas, principalmente no que tange ao fomento para elaboração de políticas públicas e de ações para erradicação do trabalho infantil. Como descrito por Novikov e Novikov (2013), na pesquisa aplicada a investigação centra-se em problemas práticos, e não apenas em desenvolver conceitos teóricos da ciência.

Também se caracteriza, quanto à abordagem, como pesquisa quantitativa, pois utiliza-se de medidas quantificáveis de variáveis e, através do uso de ferramentas matemáticas e estatísticas para realizar inferências de amostras populacionais, busca alcançar resultados que, geralmente, são considerados representativos para a população (QUEIRÓS; FARIA; ALMEIDA, 2017).

3.2 Descrição da amostra

Para a pesquisa foram empregados dados secundários extraídos da base de pesquisa Quality of Government, que consiste em uma base de dados com variáveis que representam diferentes dimensões da qualidade dos governos no mundo. Esses dados são disponibilizados pelo Quality of Government (QoG) Institute, vinculado ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Gotemburgo/Suécia. A grande vantagem desta base de dados corresponde à ampla disponibilidade de indicadores de governança e qualidade institucional retirados de diferentes fontes (CASTELNOVO; DEL BO; FLORIO, 2019).

3.3 Variáveis selecionadas

Para compreender a relação entre o emprego infantil e a evasão escolar foram selecionadas duas importantes variáveis:

1. Crianças empregadas, mulheres (% de crianças do sexo feminino com idades entre 7 e 14 anos);
2. Evasão até a última série do ensino fundamental, mulheres (% de crianças do sexo feminino com idades entre 7 e 14 anos).

A primeira variável corresponde às crianças envolvidas em alguma atividade econômica por pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa. Os dados são catalogados pelo World Development Indicators (WDI) do Banco Mundial. A segunda variável consiste na taxa cumulativa de evasão até a última série do ensino fundamental, considerando percentualmente as crianças do sexo feminino (%). Os dados foram obtidos pelo UNESCO Institute for Statistics.

A análise dos dados consistiu em um *cross-section*. Conforme Gujarati e Porter (2008), o *cross-section* representa as observações em um determinado ponto do tempo. Nesta pesquisa, as variáveis contemplaram o ano referência mais recente e disponível na base de dados, neste caso 2017, e incluiu 33 países.

3.4 Análise de correlação

A análise de correlação consiste em uma técnica estatística que busca medir o grau de associação linear entre duas variáveis, sem definir especificamente relações de causa-efeito (GUJARATI; PORTER, 2008).

Assim, o cálculo do coeficiente de correlação é definido pela fórmula:

$$\rho(x, y) = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \underline{x})(y_i - \underline{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \underline{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \underline{y})^2}}$$

Por fim, juntamente ao cálculo do coeficiente foi estimado o valor de significância (valor-p) para critérios de significância no teste de hipótese:

$$H_0: \rho(x, y) = 0 \text{ versus } H_1: \rho(x, y) \neq 0$$

Neste caso, a rejeição ou não-rejeição da hipótese nula (H_0) dependerá do nível de significância calculado (valor-p) e confrontando com os níveis de significância clássicos em testes de hipótese (1%, 5% e 10%).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise quantitativa

O coeficiente calculado é reportado na Tabela 1.

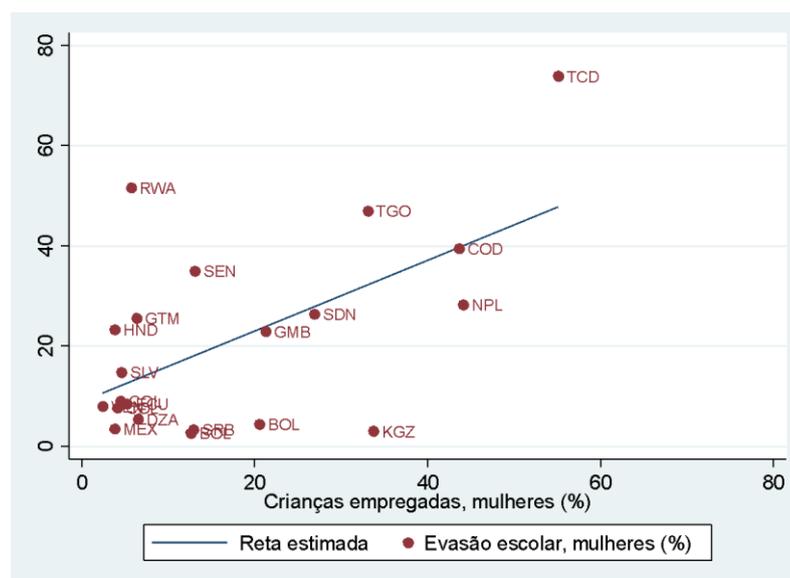
Tabela 1: Matriz de correlação entre crianças empregadas e evasão escolar

	Crianças empregadas, mulheres (%)	Evasão escolar, mulheres (%)
Crianças empregadas, mulheres (%)	1.00 -	
Evasão escolar, mulheres (%)	0.5828*** (0.0056)	1.00 -

Fonte: Elaboração própria da autora (2021).

Legenda: O valor em negrito, itálico e em parêntesis representa o p-valor estimado para o coeficiente de correlação. Os asteriscos representam: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Conforme os resultados calculados, o coeficiente de correlação demonstrou um valor positivo e moderado. Neste caso, percebe-se uma relação positiva entre a evasão escolar e o emprego para crianças mulheres. O resultado aponta para uma associação significativa ao nível de 1%. O Gráfico 1 ilustra melhor esta relação.

Gráfico 1: Gráfico de dispersão crianças empregadas e evasão escolar

Fonte: Elaboração própria da autora (2021).

O gráfico de dispersão revela a relação crescente entre a evasão escolar e o emprego de crianças mulheres. A reta estimada mostra o sentido da relação entre as variáveis no gráfico de dispersão.

4.2 Discussão com pesquisas recentes

O coeficiente de correlação calculado aponta que a porcentagem de crianças mulheres em atividades econômicas, por pelo menos uma hora na semana, possui associação linear com a porcentagem de mulheres evadidas nas escolas até a última série do ensino fundamental. Tal associação se mostrou positiva, isto é, a relação entre as variáveis é diretamente proporcional, indicando que o aumento do trabalho infantil feminino é acompanhado pelo aumento de evasão escolar.

Reitera-se que o método do coeficiente linear não é suficiente para determinar a existência de causalidade entre as variáveis, visto que, para estabelecer relação de causa e efeito, usualmente, é necessária a realização de experimentos. Entretanto, o embasamento teórico apresentado indica que o fenômeno do trabalho infantil pode ser um dos fatores que causa a evasão escolar. Essa reflexão é corroborada com os estudos de Armijo, Escobar e Ortiz (2020) e Manhice, Amador (2019), que identificam os prejuízos à educação que podem ser ocasionados pela inserção precoce no trabalho. Além disso, também é possível refletir sobre a evasão escolar ser uma causa da inserção de crianças no trabalho. Conforme Post (2018), ao estabelecer relação entre o mau desempenho acadêmico e baixa frequência escolar com o incentivo ao trabalho

infantil. Dessa forma, apesar do coeficiente de correlação não estabelecer causalidade, alguns apontamentos sobre essa relação podem ser sugeridos.

É relevante mencionar também que outros fatores afetam os fenômenos analisados, porém não foram incluídos no escopo de análise devido ao recorte definido nesta pesquisa. Como, por exemplo, os fatores indicados nos estudos de Muara e Werle (2020) e Dantas (2020) que apontam o que dificulta o acesso ao sistema de ensino. Também, por exemplo, os estudos de Custódio e Ramos (2020), Armijo, Escobar e Ortiz (2020) e Aguilar, Canãs e Rincón (2018), que sinalizam fatores como cultura, crises econômicas e preferências dos pais para explicar os motivos dos índices de trabalho infantil.

Abordando a força do coeficiente de correlação e a disposição das observações no gráfico de dispersão, nota-se uma relação do tipo moderada. Quanto mais alinhados os pontos estiverem da reta de tendência, maior a correlação linear entre as duas variáveis. Do total da amostra, 33 países, três estão sobrepostos ou muito próximos à reta de tendência, a saber República Democrática do Congo, República do Sudão e Gâmbia. Isso indica que a reta de tendência descreve melhor o comportamento desses países.

Tais países possuem algumas características em comum. Ambos estão localizados no Continente Africano, onde, segundo OIT (2017), há maior ocorrência de trabalho infantil. Além disso, Gâmbia e República do Sudão são economicamente voltadas para a agricultura, apesar da última também ter produção petrolífera. Já na República Democrática do Congo prevalece a agricultura de subsistência e mineração. Dessa forma, a economia desses países, predominantemente, é voltada para agricultura, atividade na qual a presença de crianças é mais frequente (AGUILAR; CANÃS; RINCÓN, 2018; OIT, 2017).

Outra similaridade é a pobreza, pois as três nações mencionadas têm elevada parcela da população vivendo abaixo da linha da pobreza. A carência econômica e as demais subsequentes são apontadas como causa tanto do trabalho infantil como da evasão escolar, em conformidade, por exemplo, com os dados sobre aumento do trabalho infantil em decorrência da elevação da pobreza da OIT e UNICEF (2020). Esse achado é favorável à teoria do axioma de luxo de Basu e Van (1998), ao apontar que nessas regiões a renda familiar é muito baixa e não garante a sobrevivência da família, sendo necessário a complementação com a renda das crianças.

Também na África se encontra o Chade, país da amostra com maior prevalência de crianças empregadas mulheres e de evasão escolar feminina. O país é um território marcado por conflitos e é considerado um dos mais desiguais do mundo com relação ao gênero, na posição 143º de 153 países (CROTTI *et al.*, 2020). No que tange à educação, o Chade é um dos países

que não incluam em sua política educacional critérios que visam estabelecer educação equitativa a todos, como os dados desagregados por gênero, análise das barreiras ao acesso da educação pelas meninas; além de plano de implementação de estratégias focadas na diminuição da desigualdade (UNESCO, 2018b). Além disso, de acordo com Pritchett e Sandefur (2020), menos 20% das mulheres que concluem a 6ª série no Chade sabem ler.

Observa-se que os países no qual há maiores percentuais femininos no trabalho infantil e na evasão escolar são localizados na África. Além da pobreza, estudos apontam as questões culturais como inibidores da frequência escolar das meninas ao determinar arranjos familiares e papéis bem específicos para as mulheres, como apresentado por Maura e Werle (2020).

Alguns países da amostra merecem destaque ao apresentar observações distantes dos demais. Ruanda, na África, possui uma pequena porcentagem de trabalho infantil feminino, mas a segunda maior taxa de evasão escolar de meninas. O contrário ocorre em Quirguistão, na Ásia Central, em que a porcentagem de crianças empregadas é próxima aos 35% e a evasão escolar é quase inexistente. Os dados desses dois países não são coerentes com a dinâmica do relacionamento das variáveis apresentada na correlação e pela literatura.

O primeiro, Ruanda, está em 9º posição no ranking de igualdade de gênero (CROTTI *et al.*, 2020). Possui uma economia baseada na agricultura de subsistência, além de estar entre os mais pobres do mundo. Antigamente, a educação no país era obrigatória entre os 7 e 12 anos de idade e posteriormente foi estendido para 9 anos básicos da educação. O governo de Ruanda está comprometido em alcançar a educação básica universal, tanto que vem aumentando a parcela do orçamento para educação, programas de transferência de renda e deseja expandir a obrigatoriedade de ensino de 9 para 12 anos (SABATES *et al.*, 2019). Esse investimento em educação e políticas de transferência de renda em Ruanda pode justificar o baixo índice de trabalho infantil feminino identificado na região, similar à explicação das causas do trabalho infantil de Custódio e Ramos (2020). Entretanto, não é condizente com a porcentagem de evasão escolar.

No caso de Quirguistão, o trabalho infantil feminino é o quarto maior da amostra e a evasão é próxima a zero. O referido país é pobre e com economia predominantemente agrícola, situação similar aos outros países explorados nesta análise. Como forma de aliviar a pobreza, a partir de 2006, as escolas disponibilizam refeições gratuitas para os estudantes do ensino fundamental a fim de aumentar a frequência escolar (MUKTARBEBEK KYZY, 2019). O mesmo autor apontou ainda que no Quirguistão os meninos tendiam a faltar à escola com mais frequência do que as meninas. Essa relação do fornecimento de alimentação escolar com a

evasão já havia sido apontada por Post (2018), inclusive indicando como incentivo para diminuir a inserção precoce das crianças no trabalho.

Por fim, grande parte da amostra está aglomerada entre 20% de crianças empregadas mulheres e 20% de evasão escolar. Inclui países do continente americano, asiático, europeu e também africano. Conforme os dados da OIT (2017), já era esperado que essas nações possuíssem uma menor proporção de trabalho infantil e, logo, também de evasão escolar. Nesse sentido estão os achados de Post (2018) sobre o aumento de matrículas no ensino primário na América Latina, porém com manutenção de índices de trabalho infantil mesmo com regulamentações contrárias.

A partir desta análise, nota-se que a minimização do trabalho infantil e de seus consequentes impactos na formação educacional das meninas depende da elaboração e implementação de políticas públicas que incluam programas e atividades que resultem em ações direcionadas para as raízes do problema. Logo, apoie as famílias em situação de vulnerabilidade social, capacite os responsáveis pela criança para que eles possam ingressar no mercado de trabalho em oportunidades adequadas, oriente os pais sobre os malefícios do trabalho na infância e dê condições para que a criança frequente a escola com segurança física, alimentar e qualidade de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou medir a relação entre o trabalho infantil feminino e a evasão escolar no ensino fundamental das mulheres. De forma geral, observa-se que a inserção precoce das meninas no trabalho influencia, mas não é o único fator para saída escolar. O coeficiente de correlação moderado indica que outros fatores influenciam ambos os fenômenos. A divergência entre alguns países pode ser parcialmente explicada por esses outros fatores não-observáveis no estudo. Ademais, a pesquisa apresenta indícios de que a ocorrência dos fenômenos estudados está relacionada com a falta de políticas públicas assistencialistas e de investimento em educação, inclusive em programa de alimentação escolar.

No que concerne os dados sobre trabalho infantil feminino, é importante ressaltar que há possibilidade de estarem subestimados. Não devido a erro metodológico, mas sim em consequência da pouca nitidez sobre o quantitativo de meninas que estão ativas no trabalho doméstico, o qual possui predominância de atuação feminina.

Como limitação deste estudo, encontra-se o tamanho da amostra disponível na base de pesquisas QoG (33 países) para o ano de 2017. Também cita-se a diversificação das regiões estudadas, já que os países com dados disponibilizados compreendiam, predominantemente, o continente africano e, de forma mais sutil, a Ásia, América do Sul, América do Norte, América Central e Europa.

É relevante, para estudos futuros, buscar aprofundar a relação entre as variáveis analisadas a partir da comparação entre países, sobretudo os díspares quanto, por exemplo, a economia, política e cultura. Como é sabido, o trabalho infantil está intimamente relacionado ao significado atribuído ao trabalho e situação econômica familiar. Outra sugestão de pesquisa é realizar o comparativo entre meninos e meninas quanto a relação entre o trabalho infantil e a evasão escolar, para entender se existe diferença na relação de substituição marginal entre escolaridade e trabalho entre os gêneros. Essas descobertas poderiam fomentar a discussão sobre a desigualdade de gênero e seus reflexos sobre o trabalho e educação das mulheres.

Por fim, este trabalho buscou contribuir, a partir da abordagem sobre gênero e suas desigualdades, com a literatura sobre o trabalho infantil e, em especial, com suas consequências na educação. Os fenômenos aqui estudados são complexos, históricos e intimamente relacionados com o desenvolvimento da sociedade. Espera-se que a partir das discussões aqui propostas haja maior olhar para as oportunidades das meninas interrompidas em decorrência de suas precoces inserções na vida adulta.

Capítulo II - Impacto da força de trabalho feminina na economia dos países

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, constata-se mudanças sociais, culturais e legislativas que podem promover o alcance da igualdade social entre os gêneros e diminuir as vulnerabilidades das mulheres. Entre tais mudanças está a redução do número de filhos, maior inserção feminina em atividades produtivas, casamento e maternidade mais tardios. Ademais, também há crescente elaboração de normas e acordos internacionais que contribuem para sociedades mais equitativas. Como, por exemplo, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que buscam diminuir as desigualdades no âmbito laboral e a inserção de metas relacionadas à igualdade de gênero nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Contudo, mesmo diante de movimentos em prol da paridade entre os gêneros ainda persistem manifestações de desigualdade. No mercado de trabalho, ainda se encontra variação salarial entre homens e mulheres de mesmo cargo ou função, sendo essa discrepância salarial, com base na pesquisa da OIT com dados de 115 países, de em média 14% em favor dos homens. Esse percentual pode ser ainda maior em países com normas culturais de gênero mais restritivas e em profissões historicamente masculinas (OIT, 2020). Também no ambiente laboral as mulheres podem ter maiores dificuldades de ascenderem na carreira, fenômeno metaforicamente chamado de teto de vidro.

Com relação à educação, observa-se atenuação do hiato de gênero. A lacuna entre os gêneros diminuiu, a nível global, para 1% nos níveis de ensino primário e secundário (UNESCO, 2020). Se tratando do ensino superior, no geral, em quase todas as regiões existem mais mulheres do que homens no nível terciário, entretanto apenas 35% delas se direcionam a cursos das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) (UNESCO, 2018b). Entre os jovens da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), 51% das mulheres possuem diploma de ensino superior, ao passo que apenas 39% dos homens são diplomados (OECD, 2020). Mesmo assim, dados mostram que as mulheres representam 63% dos adultos analfabetos do mundo (UNESCO, 2020), indicando que apesar dos avanços ainda persistem traços discriminatórios na educação.

A educação superior é um fator importante no progresso econômico e tecnológico de um país, dado que permite que os indivíduos tenham maior expertise tecnológica, gerencial e inovadora (WANG; LIU, 2016). As mulheres, sendo maioria no nível terciário, poderiam

contribuir para o progresso das economias. Porém, as desigualdades no mercado de trabalho e na educação atenuam esses efeitos, pois negligenciam as potencialidades delas na força de trabalho. Um exemplo disso é o relatado pela OECD (2020), que apresenta que a taxa de emprego feminino é 8 pontos percentuais inferior à masculina, devido, sobretudo, à taxa de inatividade das mulheres ser continuamente mais alta do que a dos homens em todos os níveis educacionais, inclusive no nível terciário.

A taxa de participação feminina no mercado tende a ser ainda menor após a pandemia do COVID-2019. Essa crise de saúde impactou a empregabilidade de toda a sociedade, especialmente das mulheres. Isso porque, diante de diferenças ocupacionais persistentes entre os homens e mulheres e da natureza da pandemia, elas são maioria nos setores econômicos mais afetados pelas medidas restritivas. Ademais, também houve aumento no tempo destinado a atividades domésticas não remuneradas, como o cuidado com os filhos (OECD, 2020). Como consequência, a perda de emprego das mulheres foi 1,1% superior à masculina, além de em todas as regiões elas estarem mais propensas a entrar na inatividade (OIT, 2021).

O panorama apresentado influencia a economia dos países, tanto que cada vez mais as relações de gênero são inseridas nas discussões econômicas. Wodon *et al.* (2020) alertam que os custos econômicos decorrentes da desigualdade de gênero causam perdas substanciais às riquezas dos países. Sendo assim, a inclusão de aspectos econômicos na discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres decorre do reconhecimento da importância do empoderamento feminino e da isonomia de oportunidades para a redução da pobreza e aumento do crescimento econômico sustentável.

Os investimentos na redução da desigualdade de gênero também são justificados pelo impacto da inserção da mulher para a produtividade. Esse é um componente chave para compreender o nível de produção e o crescimento econômico de um país. Risse (2019) alerta sobre as perdas de eficiência quando não existe diversidade de gênero no trabalho, já que as mulheres podem apresentar habilidades, ideias e abordagens diferentes dos homens. Dessa forma, o trabalho de homens e mulheres se complementam no processo de produção, e a inserção de mulheres eleva a média de produtividade de todos os trabalhadores, especialmente das mulheres já empregadas, visto que contribui na redução da discriminação dentro das empresas (OSTRY *et al.*, 2018).

Teorias e estudos empíricos sinalizam que a evolução do nível educacional dos indivíduos e a maior igualdade entre os gêneros acarretam benefícios econômicos. As mulheres são maioria no ensino superior, por outro lado encontram maiores dificuldades de entrar, permanecer e ascender no mercado de trabalho. Neste contexto, a problemática que guia a

construção desta pesquisa é se a falta dessa mão de obra pode impactar no crescimento potencial dos países, especialmente, sustentado pela produtividade? Sendo assim, este estudo tem como objetivo mensurar o impacto da força de trabalho feminina no crescimento econômico dos países.

Para este estudo, a desigualdade de gênero é compreendida, similar ao entendimento de Silva e Klasen (2021), como as diferenças de comportamentos, restrições e oportunidades consequentes das diferenças exógenas atribuídas aos agentes econômicos masculinos e femininos. Tais diferenças são determinantes na compreensão da atividade das mulheres no mercado de trabalho, na educação e seu impacto no desenvolvimento e crescimento sustentável.

Ressalta-se que a diminuição da desigualdade de gênero tem impacto abrangente, para além de questões econômicas. O economista Amartya Sen destaca o papel da agência das mulheres como crucial para o desenvolvimento de uma sociedade, porque elas são consideradas promotoras de mudanças e transformações sociais. Suas fontes de autonomia são decorrentes de rendimentos próprios, acesso a direitos, oportunidades de emprego e maior participação nas decisões familiares. A autonomia e a independência econômica influenciam na redução da mortalidade infantil, fertilidade e na distribuição de bens na família e sociedade (SEN, 2020). Esse entendimento vem a contribuir sobre a importância de se incentivar a discussão sobre as várias facetas e consequências do hiato de gênero.

Discutir sobre a desigualdade de gênero sob uma perspectiva econômica não minimiza seu aspecto social. Ao contrário, entender os custos econômicos decorrentes desse fenômeno pode contribuir na defesa e aumento dos investimentos para sua redução. Portanto, este trabalho se justifica por ajudar na compreensão do impacto econômico causado pelo fenômeno da desigualdade de gênero, sobretudo na educação e no mercado de trabalho, contribuindo para o seu entendimento de forma mais global e servindo de referência para ações mais assertivas para sua superação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação e crescimento econômico

Entre os assuntos discutidos pela economia estão os motivos que promovem o crescimento econômico dos países e os possíveis fatores que explicam a desigualdade de progresso entre eles. Por causa disso, os modelos econômicos evoluíram na tentativa de diminuir os elementos residuais, isto é, fatores que afetam o crescimento econômico, mas não

são conhecidos. Neste ínterim, as categorias centrais dos estudos sobre crescimento econômico foram sendo alteradas.

A partir dessa evolução, o capital humano pôde ser inserido como uma das variáveis desses estudos, principalmente, em consequência da teoria do crescimento endógeno (ALI; EGBETOKUN; MEMON, 2018). A variável capital humano começou a ser abordada nos modelos que tratavam sobre crescimento econômico a partir da década de 1980 através dos estudos de Paul Romer e Robert Lucas. Os modelos que incluíram essa variável foram desenvolvidos a partir das críticas ao modelo de Solow, o qual representou um avanço na teoria econômica, porém não explica a dinâmica que ocasiona as diferenças de crescimento entre países pois o considera determinado exogenamente (KOCOUREK; NEDOMLELOVÁ, 2017).

Com base na teoria do crescimento endógeno, o crescimento econômico sustentável é visto como produto de fatores endógenos ao país, em decorrência da melhoria da tecnologia por meio do capital humano e de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (GUIMARÃES; FULLY; SILVEIRA, 2017). Robert Lucas direciona seu estudo para a correlação entre o capital humano e o nível de produtividade. Para Lucas (1988), o investimento em capital humano de cada país explica a diferença de riquezas entre eles, visto que o tal investimento eleva a produtividade da mão de obra.

Hakooma e Seshamani (2017) apontam que o grau de qualificação da população é considerado, há muito tempo, por economistas, como relevante para os processos de crescimento econômico e desenvolvimento de uma nação. Tanto que a ideia do capital humano já era apreciada por Adam Smith no século XVIII, contudo foi formalizada apenas dois séculos depois (ANGRIST *et al.*, 2021).

Quintero Montaña (2020) aponta Theodor Schultz como um dos propulsores da teoria do capital humano. Além de Schultz, também se destacam Gary Becker e Jacob Mincer. Esse conceito econômico começa a ser desenvolvido a partir da percepção de que o crescimento econômico não pode ser explicado unicamente pelo investimento em capital físico. Todavia, este não deixa de ser primordial, em conjunto com o capital humano, para sustentabilidade do crescimento econômico (WANG; LIU, 2016).

O investimento no capital humano pode aumentar a produtividade marginal do indivíduo, tornando-o mais competitivo para o mercado de trabalho e promovendo melhores níveis salariais (QUINTERO MONTAÑO, 2020). A melhoria na capacidade produtiva, conseqüentemente, impacta no crescimento econômico do país. Hassan (2020) corrobora ao afirmar que a acumulação de conhecimento contribui para a inovação, produtividade, qualidade dos produtos, além de melhorar a saúde e o bem-estar pessoal do indivíduo.

Em suma, o capital humano refere-se ao conjunto de capacidades e habilidades do indivíduo, decorrente da educação formal e informal, e a sua condição de saúde, que afeta sua capacidade produtiva. Para Wang e Liu (2016, p. 348), “saúde e educação são os dois pilares do capital humano. No entanto, a maioria dos estudos iguala o capital humano à educação”. Ali, Egbetokun e Memon (2018) esclarecem que os demais componentes que compõem o capital humano são de difícil mensuração, o que pode explicar porque comumente a educação formal é usada como *proxy* de estudo.

Não existe consenso nos estudos empíricos sobre a influência do capital humano para o crescimento econômico (AHSAN; HAQUE, 2017), apesar de a base teórica indicar relação entre capital humano e aumento da inovação, produtividade e crescimento (ALI; EGBETOKUN; MEMON, 2018). Como, por exemplo, Baharin *et al.* (2020) mencionam a importância dos dois pilares do capital humano para o aumento da produtividade. Segundo tais autores, a educação qualificada e a boa saúde física e mental dos trabalhadores influenciam no desempenho das atividades, facilitam a adaptação às novas tecnologias, assim como impactam na melhoria dos salários e no bem-estar pessoal e familiar.

Hakooma e Seshamani (2017) identificam quatro categorias de resultados dos estudos empíricos. A primeira diz respeito à contribuição positiva e significativa entre capital humano e crescimento da produtividade. A segunda representa uma relação negativa ou insignificante sobre educação e crescimento econômico. Os autores também encontraram estudos que apontam a não uniformidade entre os países com relação à influência do capital humano. Por fim, outros estudos apontam uma relação insignificante entre capital humano e crescimento econômico. Essa incongruência entre os estudos deriva do capital humano, segundo Hassan (2020), intangível e de difícil quantificação. Abdelmajied e Safijllin (2019) apontam, de forma mais específica, que os resultados conflitantes são consequentes dos diferentes indicadores e metodologias utilizadas.

Além disso, o número de matrículas ou de concluintes nos níveis de ensino é utilizado, normalmente, como *proxy*, o que acaba por desconsiderar a qualidade da aprendizagem ou ainda a capacidade do mercado de englobar, com boas oportunidades, a população qualificada. Ali, Egbetokun e Memon (2018) identificam fatores que fortalecem a relação positiva entre capital humano e crescimento econômico, entre os quais estão as oportunidades econômicas dos cidadãos e a qualidade das instituições jurídicas do país. De forma similar, Ahsan e Haque (2017) concluem que o motivo para a irrelevância do capital humano, representado por eles como média de anos de escolaridade, no crescimento da economia deriva do nível de

desenvolvimento, isto é, somente a partir de um determinado nível de desenvolvimento que o capital humano irá impactar o crescimento econômico.

Angrist *et al.* (2021) realizaram um estudo com intuito de comparar dados de resultados de aprendizagem do período de 2000 a 2007 de 164 países, que juntos representavam 98% da população global e incluíam economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Identificaram, semelhante ao apontado por Ahsan e Haque (2017), a importância de incluir países de diferentes estágios de desenvolvimento econômico na análise das influências do capital humano. Também apontaram a necessidade de incluir a variável aprendizagem nas análises. Como resultado, descobriram que o capital humano, incluindo o aprendizado, é responsável por 86% da variação de renda entre países com economias avançadas, no entanto representa apenas 10% da diferença na África Subsaariana.

Com relação aos níveis educacionais, Wang e Liu (2016) realizaram um estudo com dados de 1960 a 2009, com 55 países representando os cinco continentes, com o objetivo de investigar a influência dos diferentes níveis de ensino, além da expectativa de vida, no crescimento econômico. Para os autores supracitados, a educação primária e secundária, por terem carência de aprendizagem profissional, possuem uma relação incerta com o crescimento econômico. Já a educação superior promove aprendizagens que permitem que os indivíduos tenham capacidade de inovar, serem bons gestores, desenvolverem novos produtos, acompanharem e aplicarem novas tecnologias.

Abdelmajied e Safijllin (2019) pesquisaram o papel do capital humano no PIB *per capita* dos países da União Europeia, no intervalo de 1995 a 2015, a partir do modelo de dados em painel. Como achados, identificaram que nesses países de alta renda as matrículas escolares dos níveis primário e secundário têm efeito positivo e significativo no PIB real *per capita*, enquanto a matrícula no ensino superior não tem efeito significativo. Também apontaram que os capitais humano e físico desempenham o mesmo papel no aumento do PIB real *per capita*.

Também houve pesquisas que buscaram analisar a influência dos níveis de educação para a produtividade econômica. A produtividade pode ser alterada a partir de mudanças na qualidade do trabalho, capital físico e melhorias tecnológicas. Ela pode ser estimada de forma simples (produtividade de fator único ou do trabalho), a partir da razão entre a quantidade de produto, ou valor agregado, e a quantidade de insumo, que pode ser a mão de obra. Também existe a produtividade total dos fatores, cálculo mais complexo por envolver os fatores de capital e trabalho (KOCOUREK; NEDOMLELOVÁ, 2017). Essa última é calculada admitindo-se uma função de produção do tipo Cobb-Douglas, isto é, relação entre os fatores de

produção (capital e trabalho) elevado a um expoente constante (que assume valores entre 0 e 1) e quantidade máxima de produto.

Kocourek e Nedomlelová (2017) utilizaram dados de 1999 a 2014 de 125 países com objetivo de determinar qual a contribuição de cada nível de ensino para a produtividade do trabalho. A partir da análise de dados em painel constataram que o aumento nos retornos da educação primária e secundária em 1% eleva, respectivamente, o crescimento da produtividade em 0,4058% e 0,8267%, enquanto o mesmo aumento no ensino superior é responsável por 0,8723%. Concluíram que o ensino superior tem um maior impacto no crescimento do produto *per capita*.

Alguns estudos buscaram analisar localidades específicas. No estudo realizado na Índia por Kotásková *et al.* (2018), com dados de 1975 a 2016, foi identificado que o crescimento é impulsionado por todos os níveis de ensino, contudo é o ensino superior que tem o maior impacto no crescimento econômico do referido país. Os autores também analisaram a influência dos gêneros e perceberam que a educação feminina, em todos os níveis, tem influência no crescimento econômico, enquanto, para os homens, o impacto aparenta estar relacionado apenas ao nível terciário. Ademais, o nível de escolaridade influencia indiretamente o crescimento econômico devido ao seu impacto na taxa de fertilidade, já que ao passo que as mulheres avançam nos níveis educacionais, passam a realizar planejamento familiar.

Na Indonésia, a partir de análises de dados do período de 1981 a 2014, através de correlação usando o modelo *Autoregressive Distributed Lag* (ARDL), foi verificado o impacto a curto e longo prazos das variáveis educação e saúde para a produtividade do trabalho. No curto prazo, todas as variáveis de saúde e os níveis educacionais mostraram ter um impacto positivo e significativo na produtividade. No longo prazo, a influência do nível primário e secundário permanece inalterado, todavia o ensino terciário apresenta ter um efeito negativo significativo (BAHARIN *et al.*, 2020).

Touré (2020) estuda a contribuição do ensino superior na economia da Costa do Marfim. Para isso, utiliza uma série de dados anuais de 1971 a 2016 e o modelo ARDL para verificar as relações de curto e longo prazo. Percebeu que existe uma relação de cointegração entre o capital humano de nível superior e o crescimento do PIB. Independente do período de tempo, o impacto do nível superior é negativo e significativo, visto que, o aumento de 1% no capital humano de nível superior causa a diminuição de 6,62% do produto geral por trabalho no curto prazo, e 1,06% no longo prazo. O autor supracitado também afirma que algumas condições são necessárias para que a educação promova o crescimento econômico, como, por exemplo, a qualidade de ensino e a empregabilidade.

Omodero e Nwangwa (2020) pesquisaram o nível de cointegração entre educação e crescimento econômico e seus efeitos de causalidade no contexto da Nigéria, utilizando como *proxy* o PIB e as despesas com educação e taxa de matrícula de 2000 a 2018. Foi observado que existe cointegração de longo prazo entre os dois fatores estudados, porém não existe efeito de causalidade entre as despesas com educação e taxa de matrícula do ensino superior com o crescimento econômico do país.

Em suma, nota-se que os estudos empíricos apresentam resultados díspares quanto à influência do capital humano, em especial, do investimento em educação para o crescimento econômico. Isso indica que outros fatores de relevância devem ser considerados, como a qualidade educacional, empregabilidade na região, qualidade do governo e os arranjos institucionais.

2.2 Desigualdade de gênero e suas implicações econômicas

A partir do incremento de novas variáveis nos estudos que tratavam sobre crescimento econômico, as dimensões da desigualdade de gênero começaram a ser abordadas nas pesquisas econômicas. A saber, educação, mercado de trabalho, representação institucional (ALTUZARRA; GÁLVEZ-GÁLVEZ; GONZÁLEZ-FLORES, 2021), educação STEM, trabalho, salário (MACEIRA, 2017), expectativa de vida ao nascer e participação democrática (MISHRA; MISHRA; SARANGI, 2020).

A desigualdade de gênero é manifestada em diversos espaços e contextos. Sendo assim, também está presente no âmbito da educação superior. As instituições de ensino superior, enquanto estruturas sociais, replicam e, por vezes, intensificam a marginalização e as desvantagens das mulheres (PARSON, 2020). Barone e Assirelli (2020) declaram que as disparidades entre os gêneros nesses espaços são fatores chaves para explicar a desigualdade no mercado de trabalho. Sendo assim, desigualdades de gênero educacionais e no trabalho estão relacionadas e seus efeitos são de difícil separação (CABEZA-GARCÍA.; DEL BRIO; OSCANO-VICTORIO, 2018).

Apenas 4% dos países possuem uma população estudantil terciária simétrica com relação aos gêneros. De forma geral, as mulheres representam a maior quantidade de estudantes do ensino superior. Ressalta-se, contudo, que existem diferenças entre regiões e entre as áreas de estudo. A África Subsaariana é apontada como a única região em que, em números gerais, há mais matrículas de homens do que mulheres (UNESCO, 2018b). Exemplificando, o estudo de Oludayo *et al.* (2019) identifica a disparidade de gêneros entre os ingressantes das instituições de ensino superior da Nigéria, país da África Subsaariana, a partir de dados de 2010

a 2015 dos 36 estados da federação, concluindo que o ingresso de homens é continuamente mais alto.

No que concerne às áreas de estudo, UNESCO (2018a) reconhece um padrão de gênero na educação superior, em virtude das mulheres e homens se concentrarem em campos de estudos distintos. As mulheres estão concentradas nos campos de estudo das ciências sociais e humanas, áreas menos valorizadas socialmente, enquanto os homens são a maioria nos cursos de áreas tecnológicas, engenharia e afins (BARONE; ASSIRELLI, 2020). Esse panorama está relacionado com a histórica divisão de papéis na sociedade, no qual as mulheres foram educadas para ocupar o espaço privado ou trabalhos relacionados ao processo de educar e cuidar, enquanto os homens estavam associados à esfera produtiva e política.

Ainda sobre a participação das mulheres nas áreas de estudo de STEM, compreende-se que ainda é baixa e que isso acarreta na reduzida presença feminina nos empregos dessas áreas, além de contribuir para a elevada taxa de abandono de professoras das disciplinas relacionadas (UNESCO, 2018a). Oludayo *et al.* (2019) indicam que os esforços para atingir os objetivos ODS podem ser intensificados caso haja maior acesso das mulheres aos cursos de ensino superior nos quais elas estão sub-representadas.

Nesse mesmo sentido, Mishra, Mishra e Sarangi (2020) apontam que a igualdade na educação tem efeito nas taxas de emprego, produtividade e crescimento econômico. De acordo com Maceira (2017), com a diminuição da assimetria de gênero nas áreas educacionais de STEM, a maior inserção das mulheres em tais campos promoveria aumento da taxa de emprego de 2,1% a 3,5% até 2050 na União Europeia, o que beneficiaria toda a sociedade. Também contribuiria para aumentar os rendimentos e diminuir as diferenças salariais das mulheres, podendo, inclusive, promover um mercado de trabalho mais atrativo para a entrada de outras mulheres.

Contudo, Quadlin (2018) acredita ser improvável que o aumento do alto desempenho das mulheres nas áreas STEM contribua, a princípio, na progressão delas no mercado de trabalho. A referida autora justifica seu posicionamento a partir da análise de que as mulheres enfrentam um efeito de desempenho em formato de U invertido, no qual aquelas com notas mais altas, o que foi considerado alto desempenho, são penalizadas de forma desproporcional no mercado de trabalho. Já para os homens aparenta haver pouca relação entre o desempenho e a empregabilidade. Isso ocorre porque é comum que os empregadores possuam percepções negativas sobre essas mulheres. Fato que, segundo Quadlin (2018), pode ser alterado à medida que aumenta a quantidade de alunas e seus níveis de desempenho nos cursos STEM.

Ademais, a empregabilidade das mulheres não depende apenas de sua instrução. Gomes *et al.* (2019) apontam que as mulheres brasileiras com filhos de até cinco anos têm maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, quando comparado aos homens que têm filhos de mesma faixa etária. Os autores também indicam que a escolaridade tem efeitos distintos para os gêneros no processo de transição de desemprego para ocupação. Além disso, as chances de entrar na inatividade são reduzidas para ambos os sexos com o aumento da escolarização, sendo tal efeito acentuado para as mulheres com nível terciário. Os dados sugerem que os homens podem ter uma maior seletividade na escolha do emprego, já as mulheres podem estar sendo menos seletivas na escolha do posto.

Análogo aos apontamentos citados anteriormente, a participação das mulheres da América Latina no mercado de trabalho é, em média, 25 pontos percentuais menor que a atuação masculina. Essa taxa de atividade pode ser consequência da histórica divisão público-privada, sendo as mulheres responsáveis pelo lar e os homens pela produção. Além disso, o aumento da escolaridade das mulheres afeta positivamente a possibilidade delas se inserirem no mercado de trabalho, contudo, a inserção só ocorre se a renda adquirida compensar os custos gerados pelo afastamento dos afazeres do lar (GOMEZ, 2017).

Seria plausível considerar que ao passo em que as mulheres investem em educação, desenvolvem seu capital humano e tornam-se mais produtivas teriam retornos salariais equivalentes aos homens. Todavia, vários estudos denotam sobre as diferenças salariais no mercado de trabalho. As disparidades de remuneração podem ocorrer, inclusive, entre profissionais com o mesmo nível de produtividade, sendo resultado de outros determinantes, como gênero ou raça, ideia desenvolvida pela Teoria da Segmentação e encontrada empiricamente no estudo de Vogt *et al.* (2020).

Da mesma maneira, a maternidade também é responsável por diferenças salariais de gênero. Em pesquisa realizada com registros de 1999 a 2012 dos funcionários de uma empresa chinesa do setor de serviços de viagens foi notada diferença salarial pequena no início da carreira e maior à medida que as funcionárias casavam e tinham filhos. Isso porque, elas reduziam a jornada de trabalho e tinham maior tendência de atuar em níveis inferiores de empregos. Ressalta-se que a maternidade não impacta apenas a mulher que já é mãe, as funcionárias da faixa etária de 24 a 33 anos tendiam a permanecer em posições desfavorecidas, devido a maior probabilidade de matrimônio e maternidade entre essas idades (CHEN, ZHANG E ZHOU, 2020).

Com relação à escolaridade, a diferença salarial entre homens e mulheres tende a aumentar em níveis educacionais elevados (GOMEZ, 2017). Ademais, a partir de dados do

Brasil, foi observado que as mulheres têm, em média, 1,3 anos de estudos a mais do que os homens, porém elas possuem rendimentos médios inferiores, em média 22% menor do que eles (BARROS, 2017). O estudo do Banco Mundial concluiu que a igualdade de salários promoveria o aumento de 20% na riqueza do capital humano global, além de aumentar em mais da metade o capital humano das mulheres (WODON *et al.*, 2020).

As desigualdades apresentadas tornam as mulheres mais suscetíveis à pobreza, fenômeno conhecido como feminização da pobreza. Nwaoduh (2017), em estudo realizado na Ucrânia, identificou que os principais efeitos desse fenômeno são saída forçada de mulheres do mercado de trabalho, acesso inadequado a serviços de saúde, baixa participação política, além de pouca participação de mulheres em cargos de chefia e liderança em organizações privadas e públicas.

A participação de mulheres em cargos de alta gestão também é objeto de estudo, contribuindo no entendimento dos benefícios da diversidade nas empresas. Como achado, a diversidade de gênero na gestão de organizações acarreta o aumento da produtividade, inovação e eficiência (ALBIOL; LÓPEZ, 2019). Em se tratando de instituições financeiras, quanto maior a participação de mulheres em seus conselhos administrativos, maior será a estabilidade financeira, devido, principalmente, à melhor capacidade de tomada de decisões ocasionada pela heterogeneidade de gênero (SANTAMARÍA, 2019).

Altuzarra, Gálvez-Gálvez e González-Flores (2021) comentam que grande parte da literatura argumenta que a desigualdade de gênero pode prejudicar a economia do país, porém alguns pesquisadores apontam os efeitos positivos desse fenômeno social, como os estudos que indicam que o maior nível educacional das mulheres reduz a taxa de fecundidade e consequentemente o estoque de capital humano do futuro. Contrariamente, em um estudo realizado na União Europeia observou-se que a igualdade de gênero na educação, mercado de trabalho e atividades do lar pode elevar a taxa de fertilidade em até 8% até 2030, o que é benéfico diante do alto índice de envelhecimento da população europeia (MACEIRA, 2017).

Cabeza-García, Del Brio e Oscanoa-Victorio (2018) aprofundaram o estudo sobre a relação entre crescimento econômico e fatores de gênero analisando educação, fecundidade, trabalho e democracia. Através de dados de 14 anos de amostra de 127 países, perceberam que maior acesso à educação, trabalho em condições de igualdade e participação política ativa tem efeitos positivos e significativos no crescimento econômico. Já a alta taxa de fecundidade apresentou efeito negativo, já que o maior número de filhos implica em uma menor inserção da mulher no mercado.

Em complemento ao mencionado anteriormente, Devadas e Kim (2020) ponderam que os efeitos da fecundidade variam entre os países, em consequência das especificações de cada um. No que concerne à educação, é relevante considerar que o investimento em educação feminina só é eficiente para fins de crescimento econômico caso haja oportunidade de acesso a empregos qualificados para as mulheres (CABEZA-GARCÍA; DEL BRIO; OSCANO-VICTORIO, 2018).

Estudando especificamente o continente asiático, a partir de dados de 30 países de 1997 a 2015 constata-se que a igualdade de gênero beneficia a economia dos países estudados a longo prazo. Entre as variáveis analisadas, nota-se que a simetria na matrícula da educação primária, na expectativa de vida ao nascer, no emprego do setor de serviços e na representatividade no parlamento nacional têm impacto estatístico positivo e significativo no PIB *per capita*. Já a igualdade de gênero no setor industrial tem relação inversa com o crescimento econômico, o que poderia ser revertido caso fosse removida a rigidez sociocultural que dificulta que a paridade de gênero provoque benefícios macroeconômicos (MISHRA; MISHRA; SARANGI, 2020).

Abrangendo territorialmente a análise, Altuzarra, Gálvez-Gálvez; González-Flores (2021) analisam a influência econômica da desigualdade de gênero a partir de dados de 105 países da África Subsaariana, Sudeste Asiático, Oriente Médio, América Latina e Caribe, Leste Asiático e Pacífico. Posteriormente, estudaram uma sub amostra de países da África Subsaariana. Encontraram que a igualdade na educação contribui para o crescimento econômico de todo painel de países estudados, sobretudo para os da África Subsaariana que obtiveram maiores coeficientes. Já com relação à participação política, para todos os países, exceto os da África Subsaariana, tem efeito positivo para o crescimento econômico. Na pesquisa não foi identificada relação significativa entre proporção de mulher-homem no mercado de trabalho e crescimento.

A diversificação econômica, reconhecida como relevante para o crescimento econômico sustentável, também é influenciada pela desigualdade de gênero. As desigualdades na educação, oportunidade e trabalho estão relacionadas a menores índices de diversificação dos itens produzidos e exportados. Tal relação é particularmente visualizada em países de baixa renda e em desenvolvimento. Ilustradamente, haveria aumento da variabilidade das exportações de 0,6 a 2 unidades caso uma economia progredisse da situação de desigualdade de gênero absoluta para igualdade (KAZANDJIAN *et al.*, 2019).

Em suma, a diminuição da desigualdade na atividade econômica e nos processos decisórios acarreta retornos econômicos por meio da inserção de mão de obra com capital

humano díspar das demais, aumento da diversidade de conhecimentos e ideias, inovações, além de a representatividade feminina estabelecer canal para que necessidades específicas das mulheres sejam ouvidas e consideradas (RISSE, 2019). Devadas e Kim (2020) reconhecem que as disparidades entre os gêneros afetam os determinantes de crescimento, particularmente trabalho efetivo e produtividade total dos fatores. Sobre o último, apontam que, em países de renda baixa e renda média baixa, a diminuição da lacuna de gênero na educação promoveria crescimento mais célere de tal determinante.

Sobre o assunto, Maceira (2017), em seu estudo que estimou os benefícios macroeconômicos da igualdade de gênero na União Europeia, indica que os avanços em direção à paridade de gênero podem aumentar a capacidade produtiva dos países. Dessa forma, em 2050 a União Europeia melhoraria sua balança comercial e seria capaz de produzir mais bens e serviços para suprir o mercado interno e se tornaria mais competitiva internacionalmente. Tais avanços acarretam efeitos positivos sobre o PIB *per capita* do referido bloco econômico.

Ostry *et al.* (2018) falam sobre os ganhos de produção decorrentes da maior participação feminina relacionando com o conceito de elasticidade de substituição (ES). A importância da diversidade de gênero no mercado de trabalho se dá com valores intermediários da ES, sugerindo que há complementação entre o trabalho de homens e mulheres. Quando a força de trabalho feminina é escassa, o crescimento da quantidade de mulheres no trabalho causa um efeito maior do que de homens, pois eleva a produtividade de todos os trabalhadores. Sendo assim, as barreiras de participação feminina no mercado impedem que os ganhos de produção sejam mais elevados.

Tsou e Yang (2019), a partir de análise de dados de empresas chinesas, indicam que aquelas que empregam fração maior de trabalhadoras têm menor produtividade. Contudo, essa afirmativa não considera especificações com relação ao porte da empresa, setor de atuação e nível de escolaridade das mulheres. Empresas que empregam mulheres com nível educacional avançado podem verificar um aumento de produtividade de 0,028% para cada 1% adicional na parcela de trabalhadoras. Notadamente, a igualdade de gênero entre profissionais com nível superior é fundamental para que empresas de pequeno porte melhorem sua produtividade. Além disso, a pesquisa indica que mulheres com ensino superior são mais motivadas em empresas privadas e empresas de propriedade estrangeira orientadas para o comércio doméstico, já que a maior quantidade de trabalhadoras com educação avançada não melhorou significativamente a produtividade das empresas estatais e das empresas orientadas para exportação.

Com relação à produtividade dos Estados Unidos entre os anos de 1960 e 2010, Hsieh *et al.* (2019) sugerem que o aumento de 40% no crescimento agregado do PIB *per capita* e de

90% na participação feminina no mercado de trabalho é decorrente da melhor distribuição de talentos entre as ocupações. Isso ocorreu mediante a diminuição ao longo do tempo da discriminação no mercado de trabalho e das barreiras à formação do capital humano, assim como, modificações nas normas sociais. Tratando-se de ocupações de alta qualificação, que possuem alto índice de discriminação, os mecanismos de diminuição das desigualdades de gênero são especialmente úteis, pois estimulam que as mulheres invistam mais em capital humano e se somem à mão de obra no mercado.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa se classifica, quanto à natureza, como aplicada. Isso porque, trata sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e seu impacto para o PIB (Produto Interno Bruto) dos países, além de ter o intuito de conscientizar para a eliminação da desigualdade de gênero. Conforme Novikov e Novikov (2013, p. 97) “a investigação aplicada centra-se principalmente em problemas práticos ou questões teóricas relacionadas com a prática”.

Neste estudo ocorreu a elaboração de modelos a partir da coleta e análise das variáveis sobre participação feminina no mercado de trabalho tal como elas se dispunham na realidade. Logo, no que concerne aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Já que o principal objetivo dessa tipologia é descrição dos fenômenos sem a interferência do pesquisador sobre as variáveis (KOTHARI, 2004).

A pesquisa ainda pode ser classificada, quanto à abordagem, como quantitativa. Visto que as variáveis selecionadas são numéricas (representadas em porcentagem) e para alcançar o objetivo geral do artigo serão utilizadas técnicas econométricas. Ademais, os dados são coletados de forma sistemática e se busca através do resultado da amostra fazer inferências da população (QUEIRÓS; FARIA; ALMEIDA, 2017).

3.2 Descrição da amostra

Para atingir o objetivo deste estudo foram selecionadas variáveis de uma fonte de dados secundária, a Quality of Government. Essa base de pesquisa internacional, vinculada ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Gotemburgo/Suécia, consolida dados de diversas outras instituições sobre diferentes dimensões da qualidade dos governos de variados países. A principal vantagem de utilizar a referida base de dados é que ela disponibiliza

vários conjuntos de dados de código aberto, passíveis de serem exportados em diversos formatos de arquivo, além de possuírem uma grande variedade de temáticas e serem de alta confiabilidade.

3.3 Tipo de análise amostral

A natureza amostral empregada neste estudo consistiu em uma análise de dados em painel, contemplando duas dimensões: temporal e corte transversal (*cross-section*).

Os dados em painel correspondem ao ‘empilhamento’ das observações em diferentes pontos no tempo. As principais vantagens no uso de regressões com dados em painel consistem (BALTAGI, 2008): (1) inclusão da heterogeneidade individual; (2) aumento das informações sobre os dados; (3) incorporação do efeito dinâmico dos dados e; (4) maior abrangência na medição dos efeitos.

Os anos contemplados, conforme disponibilidade dos dados, consistiram entre 1992 a 2018 (26 anos). No que tange à amostra de países, a amostra considerou um total de 140 nações. Em uma análise de dados em painel, o total da amostra consistiu em 3640 observações.

3.4 Variáveis selecionadas

As variáveis selecionadas no estudo estão descritas conforme a Quadro 1:

Quadro 1: Descrição das variáveis

Nome	Definição	Variável	Fonte de coleta
wdi_gdpcapppcur	PIB per capita PPP	Y1	WDI/World Bank
wdi_gdpcapgr	Crescimento do PIB per capita, anual (%)	Y2	WDI/World Bank
wdi_lfpeduaf	Força de trabalho com educação superior (% de mulheres em idade produtiva em relação à população)	X1	WDI/World Bank
wdi_empindf	Participação das mulheres no emprego da indústria (%)	X2	WDI/World Bank
wdi_empf	Participação das mulheres no emprego total (%)	X3	WDI/World Bank
wdi_unempfilo	Taxa de desemprego das mulheres (% da força de trabalho feminina)	X4	WDI/World Bank

Fonte: Elaboração própria da autora (2021).

3.5 Modelo Econométrico

Foram desenhados dois modelos estimados no presente estudo:

Modelo (1): Função-nível

$$\log(Y_{1it}) = \beta_0 + \beta_{1it} * X_{1it} + \beta_2 * X_{2it} + \beta_3 * X_{3it} + \beta_4 * X_{4it} + \delta_i + \tau_t + \varepsilon_{it}$$

Modelo (2): Função-crescimento

$$Y_{2it} = \beta_0 + \beta_1 * X_{1it} + \beta_2 * X_{2it} + \beta_3 * X_{3it} + \beta_4 * X_{4it} + \delta_i + \tau_t + \varepsilon_{it}$$

Os parâmetros a serem estimados (β) representam medidas de impacto dos regressores ou variáveis independentes (X's) sobre a variável dependente (Y). Os efeitos fixos apresentam duas dimensões:

- 1) unidade transversal (δ_i) e;
- 2) unidade temporal (τ_t).

Por fim, o erro estocástico é capturado pela variável (ε_{it}) que representa todos os demais fatores irrelevantes ao modelo. Admitimos que o erro segue uma distribuição normal com média zero e variância constante – $\varepsilon_{it} \sim N(0, \sigma_\varepsilon^2)$.

A técnica de estimação empregada consistiu em três abordagens:

- (1) Efeitos fixos: admitimos que as diferenças entre os países, isto é, heterogeneidade individual, sejam devidamente controladas no modelo, adicionando o vetor de variáveis binárias (δ_i). Neste caso, arranjos institucionais particulares, trajetórias distintas de desenvolvimento, padrões locais de política, dentre outros fatores inerentes a cada economia são incorporados por meio de um efeito fixo no tempo e relativo a cada país. Essa incorporação tem um poder de melhor controle sobre fatores endógenos ao modelo que, na sua ausência, seriam deslocados ao componente residual, contribuindo para inconsistências aos parâmetros (GUJARATI; PORTER, 2008). Além disso, fatores relativos a uma dinâmica temporal das variáveis podem ser importantes e devidamente adicionados ao modelo. Neste caso, incluímos os efeitos de tempo ao modelo (τ_t);
- (2) Efeitos aleatórios: quando a inclusão dos efeitos fixos no modelo não é devidamente relevante. Na ausência de correlação entre os efeitos fixos e os regressores, os ‘custos’ da sua inclusão, comprometendo consideravelmente os graus de liberdade ao modelo, podem ser consideráveis. Neste caso, incluímos os efeitos dentro da composição do erro, sem violar os pressupostos básicos de consistência das estimativas (GUJARATI; PORTER, 2008). Esta técnica considera que a estrutura do erro estocástico (ε_{it}) conduz a uma ineficiência dos parâmetros quando desconsideramos os efeitos da variância de cada efeito fixo dentro do erro. Para um melhor controle da técnica, estimamos o modelo a partir da abordagem dos mínimos quadrados generalizados (MQG);
- (3) Mínimos quadrados ordinários (MQO): a abordagem tradicional que desconsidera cada postulado descrito anteriormente, com o intuito apenas de confrontar os parâmetros estimados e seus potenciais vícios em relação ao modelo tradicional.

3.6 Robustez e eficiência das estimativas

Para uma escolha apropriada entre os modelos, testes de heterocedasticidade (GREENE, 2000) e autocorrelação serial (WOOLDRIDGE, 2002) foram incorporados com o intuito de

corrigir tais “falhas”, obtendo estimativas mais robustas e eficientes dos parâmetros do modelo. A rejeição de hipótese nula em cada teste implica a violação de pressuposto estatístico ao modelo, indicando a presença de heterocedasticidade e autocorrelação serial ao modelo.

Na presença dessas falhas, o modelo foi recalculado e reportado usando o corretor de agrupamento residual (cluster), tomando as unidades de corte transversal como referência de cluster nos resíduos. Esse procedimento ajusta a variância residual obtendo estimativas consistentes de erro-padrão e parâmetros eficientes (Teorema de Gauss-Markov) (GREENE, 2012).

Por fim, foi adicionado o teste de Hausman (1978) que valida se as diferenças entre as estimativas obtidas entre as técnicas de efeitos fixos e aleatórios sejam sistemáticas ou não. Com a hipótese nula, as diferenças não são sistemáticas, implicando que os efeitos fixos não sejam correlacionados com os regressores do modelo. Neste caso, podemos considerar sua inclusão ao erro estocástico, uma vez que seus custos de inclusão ao modelo principal tornam-se maiores em decorrência da redução dos graus de liberdade. A rejeição dessa hipótese implica que as diferenças entre as estimativas são sistemáticas e, portanto, os efeitos fixos são correlacionados com os regressores. Ao desconsiderar isso, incorre-se um sério viés de endogeneidade ao modelo, ou seja, as estimativas obtidas, seja por efeitos aleatórios ou MQO, induzem a inconsistências nos parâmetros que não desaparecem à medida que aumentamos a amostra. A partir disso, a técnica mais apropriada torna-se a abordagem de efeitos fixos (GREENE, 2012).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise quantitativa

Neste tópico serão apresentados os resultados dos modelos estimados conforme cada tipo de função. Iremos dispor de subtópicos especificando cada modelo.

Modelo (1) – Função-nível

As estimativas da função-nível são reportadas na Tabela 2.

Tabela 2: Estimativas do modelo (1)

VARIÁVEIS	(1) Efeitos Fixos Robusto	(2) Efeitos Aleatórios	(3) MQO Robusto
wdi_lfpeduaf	0.00276* (0.00142)	0.00381** (0.00160)	0.0242*** (0.00330)
wdi_empindf	0.00971** (0.00464)	-0.0739*** (0.00267)	-0.0152*** (0.00423)
wdi_empf	0.0264** (0.0115)	0.0358*** (0.0127)	0.0657** (0.0301)
wdi_unempfilo	-0.0149*** (0.00232)	-0.0276*** (0.00229)	-0.00772** (0.00331)
Constant	8.790*** (0.133)	9.911*** (0.152)	8.023*** (0.239)
R ²	0.908		0.095
R ² -adj	0.906		0.0922
Efeitos Fixos	SIM	NAO	NAO
Teste Hausman chi ²	794.73***		-
Teste de heterocedasticidade chi ²	6.7e+30***		46.84
Teste de autocorrelação serial	1722.264***		857.933***
F test	395.84		26.23
F test - Efeitos Fixos (i)	871.78***		
F test - Efeitos Fixos (t)	216.62***		
Wald Test chi ²		1019***	

Nota: Elaboração própria da autora (2021).

Legenda: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. Estimativas de erro-padrão robustas usando a técnica de agrupamento residual (*cluster's*), tomando as unidades de corte transversal como fator de grupo.

De acordo com a Tabela 2, a participação das mulheres com formação superior demonstrou um impacto positivo no PIB *per capita* (significativo em todos os modelos – 10% coluna (1), 5% coluna (2), 1% coluna (3)). O controle dos efeitos fixos demonstrou uma superestimação na sua ausência. No tocante à participação das mulheres no emprego da indústria, o efeito demonstrou ser positivo no método de efeitos fixos, contra um impacto negativo nas demais colunas (parâmetros significativos a 1% e 5%, respectivamente). Novamente, o controle de efeitos fixos demonstrou uma evolução crescente nos parâmetros, demonstrando uma subestimação nos demais métodos.

A participação das mulheres no emprego total demonstrou um efeito positivo e significativo no PIB *per capita* (significativo em todos os modelos – 5% coluna (1), 1% coluna (2), 5% coluna (3)). Na ausência dos efeitos fixos, as estimativas dos parâmetros demonstraram um viés de superestimação em relação aos demais métodos – MQO e efeitos aleatórios. Por último, a taxa de desemprego para as mulheres demonstrou uma relação negativa e significativa em todos os modelos (1% coluna (1), 1% coluna (2), 5% coluna (3)).

Com relação às estatísticas do modelo, o poder de explicação do modelo de efeitos fixos apresentou ser maior do que em relação ao tradicional MQO (91% contra 10%). A inclusão dos efeitos fixos demonstrou uma influência significativa no modelo. Isso é comprovado pelas estatísticas F para cada dimensão de efeito fixo (t-tempo e i-país). Cada estatística calculada demonstrou rejeitar a hipótese nula de pelo menos um controle estimado ser estatisticamente igual a zero, indicando que sua inclusão se torna significativa ao modelo. Este resultado é coerente com o teste de Hausman (1978), que demonstra a rejeição da hipótese nula ao nível de 1%. Neste caso, as diferenças entre os parâmetros obtidas pelas técnicas de efeito fixo e aleatório são sistemáticas e a inclusão dos efeitos é relevante ao modelo. Neste, a técnica de efeitos fixos é uma abordagem metodológica não tendenciosa e mais apropriada para estimação dos parâmetros. Testes de heterocedasticidade e autocorrelação serial demonstram rejeitar a hipótese nula ao nível de 1%, indicando estimativas ineficientes dos parâmetros. Neste caso, a correção das estimativas de erro-padrão foi absolutamente necessária, por meio da técnica de agrupamento residual, objetivando estimativas eficientes dos parâmetros do modelo.

Modelo (2) – Função-crescimento

Neste tópico, o crescimento do PIB *per capita* é estimado como uma função dos regressores usados no modelo anterior, em relação ao logaritmo do PIB *per capita*.

Conforme os resultados da Tabela 3, a participação das mulheres com formação superior em relação ao total da força de trabalho economicamente ativa demonstrou um impacto negativo no crescimento do PIB *per capita*, entretanto, não significativo em todos os modelos. No tocante à participação das mulheres no emprego da indústria, o efeito demonstrou ser positivo no método de efeitos fixos, contra um impacto negativo nas demais colunas (parâmetros significativos a 5% e 1%, respectivamente). Ao contrário das estimativas da função-nível, os parâmetros apresentaram um padrão crescente partindo de MQO para efeitos fixos. A exclusão dos efeitos fixos ao modelo apresentou um efeito de subestimar os parâmetros das variáveis independentes (MQO).

Tabela 3: Estimativas do Modelo (2)

VARIÁVEIS	(1) Efeitos Fixos Robusto	(2) Efeitos Aleatórios	(3) MQO Robusto
wdi_lfpeduaf	-0.00935 (0.0186)	-0.000425 (0.0136)	0.00253 (0.00961)
wdi_empindf	0.114** (0.0452)	0.136*** (0.0218)	0.102*** (0.0138)
wdi_empf	0.275*	-0.0555	-0.333***

	(0.147)	(0.113)	(0.0793)
wdi_unempfilo	-0.0854***	-0.0470**	-0.0158
	(0.0276)	(0.0207)	(0.0137)
Constant	-2.829	1.277	1.663**
	(2.967)	(1.020)	(0.736)
R ²	0.335		0.052
R ² -adj	0.244		0.0494
Efeitos Fixos	SIM	NAO	NAO
Teste Hausman chi ²	22.41***		-
Teste de heterocedasticidade chi ²	6.0e+33***		1.78
teste de autocorrelação serial F test	49.611***		194.660***
F test	20.31		19.47
F test - Efeitos Fixos (i)	3.68***		
F test - Efeitos Fixos (t)	20.13***		
Wald test chi ²		41.74***	

Nota: Elaboração própria da autora (2021).

Legenda: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. Estimativas de erro-padrão robustas usando a técnica de agrupamento residual (*cluster's*), tomando as unidades de corte transversal como fator de grupo.

Prosseguindo com a análise da tabela, a participação das mulheres no emprego da indústria demonstrou um efeito positivo no crescimento do PIB *per capita* (parâmetros significativos em todos os modelos – 5% coluna (1), 1% coluna (2), 1% coluna (3)). Com relação à participação das mulheres no emprego total, a variável demonstrou um efeito positivo e significativo (10% para o modelo de efeitos fixos e 1% MQO). O padrão de evolução dos parâmetros estimados desta variável demonstrou uma relação crescente, indicando que a exclusão dos efeitos fixos impacta subestimando o parâmetro da variável.

A taxa de desemprego para mulheres em idade economicamente ativa demonstrou um impacto negativo no crescimento do PIB *per capita* (significativo a 1% para o modelo com efeitos fixos e 5% para o modelo com efeitos aleatórios). Tomando os valores em módulo dos parâmetros, a exclusão dos efeitos fixos demonstrou subestimar a magnitude do efeito, indicando que o modelo de efeitos fixos, o impacto do desemprego tende a ser significativamente maior na redução do crescimento.

Analisando as estatísticas do modelo, o poder de explicação do modelo de efeitos fixos apresentou ser maior do que em relação ao tradicional MQO (34% contra 5%). A inclusão dos efeitos fixos demonstrou uma influência significativa no modelo. Isso é comprovado pelas estatísticas F para cada dimensão de efeito fixo (t-tempo e i-país). Cada estatística calculada demonstrou rejeitar a hipótese nula de pelo menos um controle estimado ser estatisticamente igual a zero, indicando que sua inclusão se torna significativa ao modelo.

Este resultado é coerente com o teste de Hausman (1978), que demonstra a rejeição da hipótese nula ao nível de 1% ($\chi^2 = 22.41***$). Esses resultados apontam que as diferenças

entre os parâmetros obtidas pelas técnicas de efeito fixo e aleatório são sistemáticas e a inclusão dos efeitos é necessária ao modelo. Caso contrário, a exclusão dos efeitos fixos implica em uma correlação significativa entre os regressores e a perturbação estocástica, conduzindo a estimação dos parâmetros a padrões de tendenciosidade. Testes de heterocedasticidade e autocorrelação serial demonstram rejeitar a hipótese nula ao nível de 1%, indicando estimativas ineficientes dos parâmetros. Neste caso, a correção das estimativas de erro-padrão foi absolutamente necessária, por meio da técnica de agrupamento residual, objetivando estimativas eficientes dos parâmetros do modelo.

4.2 Discussão com pesquisas recentes

Neste estudo, para medir o crescimento econômico foram usados como indicadores o PIB *per capita* PPP (Paridade do Poder de Compra) e o crescimento do PIB *per capita*. Este refere-se ao somatório dos bens e serviços finais produzidos em uma economia por um determinado período de tempo dividido pelo número de habitantes do país. Como os países calculam seus PIBs em suas respectivas moedas, o PIB *per capita* PPP é útil para realizar comparações internacionais, visto que elimina distorções provocadas pelas taxas de câmbio e aproxima do real poder aquisitivo do local.

O crescimento econômico sustentável, aumento do PIB por um longo prazo, está relacionado com a melhoria da produtividade. Sobre ela, Kocourek e Nedomlelová (2017) indicam quais as formas para sua estimação e quais condições impactam em sua alteração. Como mencionado por Ali, Egbetokun e Memon (2018) e Kocourek e Nedomlelová (2017), os modelos econômicos evoluíram e englobaram outras variáveis em suas análises, como o capital humano, a produtividade e o progresso tecnológico. Inclusive, a participação feminina no mercado de trabalho e os efeitos da desigualdade de gênero foram cada vez mais estudados, a exemplo de Risse (2019) e Wodon *et al.* (2020), que indicam a perda de riqueza e a queda de produtividade causadas pelas barreiras à atuação feminina.

Destaca-se que a perspectiva aqui apresentada, similar a Silva e Klasen (2021), compreende a desigualdade de gênero como as diferenças impostas pela sociedade aos homens e mulheres na qualidade de agentes econômicos. Dessa forma, para este estudo considera-se que o fato de ser mulher impacta na quantidade e qualidade das oportunidades profissionais, também enseja desigualdades diversas no ambiente laboral e reflete economicamente nas próprias mulheres, suas famílias e sociedade como um todo.

Com relação à participação das mulheres com formação superior, o 1º modelo apresentou um impacto positivo e significativo da variável no PIB *per capita* PPP. Enquanto isso, o 2º modelo demonstrou um impacto negativo no crescimento do PIB *per capita*. Primeiramente, é importante mencionar que apesar de alguns estudos apontarem sobre a influência positiva entre o aumento de capital humano e o progresso da economia, ainda não existe consenso sobre tal proposição (ABDELMAJIED; SAFIJLLIN, 2019; AHSAN; HAQUE, 2017). Alguns estudos apontam sobre a influência positiva e significativa entre a presença e a formação de profissionais com educação avançada e a melhora dos indicadores econômicos, a exemplo de Wang e Liu (2016) e Kocourek e Nedomlelová (2017). Já outros, como Abdelmajied e Safijllin (2019) e Omodero e Nwangwa (2020), identificam não haver efeito significativo ou de causalidade entre os fatores.

O resultado do 1º modelo com relação à variável participação das mulheres no mercado de trabalho com formação superior é condizente com o trabalho de Cabeza-García, Del Brio e Oscanoa-Victorio (2018), que estabelece a relação entre os fatores de gênero e o crescimento econômico de 127 países. Também corroborando com o resultado, Tsou e Yang (2019) apresentam, de forma mais específica, o aumento percentual da produtividade nas empresas chinesas em decorrência do aumento da mão de obra feminina com educação avançada. Com base nisso, pode depreender-se que a maior inserção feminina com educação superior pode influenciar o PIB *per capita* PPP por complementar a mão de obra masculina e contribuir para a produtividade.

Como observado pela UNESCO (2018b), em grande parte do mundo as mulheres são maioria no ensino superior, apesar de ingressarem menos em áreas de STEM. Pesquisas, como a de Maceira (2017), indicam que uma maior inserção feminina nessas áreas provocaria melhorias em determinantes econômicos. Nesse sentido, Oludayo *et al.* (2019) também falam sobre a intensificação dos alcances dos objetivos da ODS. Logo, infere-se que a redução das desigualdades nessas áreas pode ser um caminho para que a participação das mulheres com um maior nível educacional contribua ainda mais para o crescimento econômico.

Porém, para que isso ocorra é necessário que existam condições que garantam a inserção das mulheres em atividades que sejam condizentes com sua qualificação e desconsiderem preconceitos com relação ao gênero. Discussão semelhante é encontrada em Cabeza-García, Del Brio e Oscanoa-Victorio (2018), Ostry *et al.* (2018), Quadlin (2018) e Vogt *et al.* (2020). Dessa forma, políticas públicas que promovam alterações na situação de discriminação feminina e contribuam para a promoção da autonomia das mulheres devem ser elaboradas. Destaca-se a importância da transversalidade das ações em prol da igualdade de gênero, que

não devem ficar restritas unicamente a um ente ou secretaria específica, e sim presente em toda a atuação governamental.

A própria minimização das barreiras de entrada feminina no mercado de trabalho provoca efeitos positivos na economia, uma vez que os dados desta pesquisa apontam que, no 1º e 2º modelo, a participação das mulheres no emprego total tem efeito positivo e significativo no crescimento econômico. Estes resultados vão de encontro com o estudo de Altuzarra, Gálvez-Gálvez; González-Flores (2021), que não identifica relação significativa entre a proporção da mão de obra feminina e masculina e o crescimento. Ademais, atualmente a atuação das mulheres no trabalho do ambiente público é inferior à dos homens, como notado por Gomez (2017) e OECD (2020).

Além das mulheres participarem menos do mercado de trabalho, elas também estão sub-representadas em cargos de alta gestão. Por pesquisas como a de Albiol e López (2019) e de Santamaría (2019), que concluem sobre benefícios da heterogeneidade de gênero na administração das empresas, pode-se inferir que o aumento da participação feminina no emprego total não acarreta apenas uma alteração quantitativa na mão de obra disponível, mas também uma modificação qualitativa, no qual acrescentam-se habilidades, ideais e visões diferenciadas. Esse entendimento sobre os benefícios da inclusão de mulheres na atividade econômica é encontrado também em Risse (2019).

No ambiente da indústria, a maior participação feminina demonstrou ter efeito positivo sobre o PIB *per capita* PPP e o crescimento do PIB *per capita*. Essa relação pode ser explicada pelo estudo de Ostry *et al.* (2018) que, a partir do conceito de ES, identifica que as mulheres e os homens não são perfeitamente substituíveis, sendo assim, eles se complementam no processo produtivo e o aumento de mulheres, mão de obra quantitativamente inferior, provoca ganhos adicionais à produtividade. Também é possível destacar que a desigualdade de gênero acaba por diminuir a diversificação dos itens produzidos e exportados dos países (KAZANDJIAN *et al.*, 2019). Entretanto, resultados diferentes são encontrados no estudo de Mishra, Mishra e Sarangi (2020), no qual a diversidade de gênero na indústria tem relação inversa com o crescimento econômico, e de Tsou e Yang (2019) no qual empresas chinesas com maior diversidade de gênero têm menor produtividade. Isso reforça que não basta apenas a inclusão de mulheres no ambiente produtivo, é necessário dar condições de real igualdade e de eliminação das barreiras impostas a elas dentro desses espaços.

Por fim, nos dois modelos formulados, a taxa de desemprego feminino tem relação inversa e significativa no crescimento econômico, resultado que vai ao encontro com as relações percebidas das demais variáveis utilizadas neste estudo. Com base na OIT (2021), o nível de

perda de emprego das mulheres foi superior ao dos homens no período pandêmico do COVID-19. Além disso, naturalmente as mulheres já possuem uma inatividade maior. Vale ressaltar que quando estão ativas no mercado de trabalho, elas ainda recebem uma remuneração inferior à masculina, consoante ao exposto por Chen, Zhang e Zhou (2020), Barros (2017) e Gomez (2017). Wodon *et al.* (2020) relacionam isso à perda de riqueza de capital humano e consequentemente prejuízos à economia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres, historicamente, estão sub-representadas nas atividades econômicas. Isso é resultado de uma sociedade marcada pelas explícitas distinções entre os papéis atribuídos a cada gênero. Ao longo do tempo, a atenção concedida à desigualdade de gênero foi ganhando notoriedade, principalmente, em consequência da relação desta com a manutenção da pobreza e com limitações impostas ao crescimento econômico.

A partir deste artigo é possível observar como a desigualdade de gênero no mercado de trabalho afeta a economia. Como resultado, foi encontrado que os determinantes do crescimento econômico PIB *per capita* PPP e crescimento do PIB *per capita* são influenciados pela participação das mulheres no mercado de trabalho. Em suma, o envolvimento de mulheres com nível superior no trabalho, e o percentual de participação delas no emprego geral e especificamente no emprego da indústria estão relacionados às melhorias nos indicadores econômicos. Ademais, o desemprego das mulheres possui relação inversa com o crescimento econômico.

Diante disso, esforços estão sendo destinados a fim de minimizar a discriminação de mulheres e aumentar a proporção delas no mercado de trabalho. Com base na justificativa do aumento na produtividade provocada pelo incremento dessa mão de obra, que ainda é minoria. Contudo, é de grande relevância também, além do aumento quantitativo da participação feminina na atividade econômica, dispor de ambientes em que de fato não repercutam padrões de comportamento marcados pela discriminação.

É interessante citar que no âmbito educacional houve significativo avanço na paridade entre os gêneros e que as mulheres progressivamente estão acumulando mais anos de estudos do que os homens. Ainda não é possível considerar que não existe mais desigualdade na educação, porém está mais avançada do que a paridade no mercado de trabalho. Em razão de este contexto ainda prevalecer, por exemplo, diferenças salariais e assimetrias de oportunidades,

além de, no espaço privado, as mulheres serem prioritariamente responsáveis pelos cuidados domésticos, o que reflete em sua inserção na atividade laboral.

Finalmente, conclui-se que, além do impacto para as mulheres, a desigualdade aqui estudada acarreta impactos para toda a sociedade. Ratifica-se que a situação é tão persistente e grave que a pobreza no mundo ainda é majoritariamente feminina. As repercussões disso refletem na comunidade, porque as mulheres possuem papel central dentro do âmbito familiar de distribuição de oportunidades entre os membros e de melhores condições de desenvolvimento. O fato delas estarem em alta proporção em situação de vulnerabilidade socioeconômica fomenta a continuidade da pobreza e das desigualdades sociais.

Para o futuro, ainda será de grande relevância estudar a desigualdade de gênero, já que esse é um fenômeno persistente e de elevados impactos na sociedade. Como proposta de análise, sugere-se realizar estudos comparativos entre os países mais e menos avançados com relação à igualdade de gênero e perceber em contextos diversos em que nível a força de trabalho feminina influencia o crescimento econômico.

Como limitações deste estudo, é possível citar a análise agregada dos dados dos países, permitindo uma percepção holística do objeto de estudo, mas não ponderando especificamente sobre as realidades de cada país. Sendo assim, para esta análise não foram considerados questões culturais, diferenças políticas e de arranjos institucionais dos países da amostra.

Com base no panorama apresentado, considera-se de grande relevância aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e, sobretudo, disponibilizar condições igualitárias nesse ambiente. Apesar deste trabalho apresentar uma ótica econômica do fenômeno social, não se pode deixar de considerar que se trata de uma questão de justiça social e de grandes impactos sociais para as mulheres e sociedade.

Capítulo III - Relação entre escolaridade e nível de desemprego feminino

1 INTRODUÇÃO

As discussões no campo da Economia da Educação promoveram alterações na percepção sobre a educação e, notadamente, a relacionaram com a Economia do Trabalho e com as Teorias do Crescimento Econômico. A partir desse campo do conhecimento, a educação é abordada como um investimento que gera benefícios a nível individual e nacional, porque colabora para que o indivíduo melhore sua empregabilidade e tenha possibilidade de aumentar sua renda mensal, além de contribuir para o aumento da produtividade e crescimento econômico do país.

Tal entendimento sobre a educação advém da Teoria do Capital Humano, que possui como principais nomes Jacob Mincer, Theodor Schultz e Gary Becker. A teoria mencionada postula que os indivíduos investem em educação, *a priori* representando custos monetários e de oportunidade, pela expectativa dos ganhos futuros decorrentes desse investimento (QUINTERO MONTAÑO, 2020). Todavia, a aplicabilidade empírica da teoria do capital humano é alvo de críticas. Marginson (2019) menciona que ela é falha ao tentar explicar de forma linear os fenômenos complexos que envolvem as relações entre educação e trabalho, não contribuindo para o entendimento de situações reais como, por exemplo, as desigualdades salariais.

Não há dúvidas de que existe relação entre o capital humano, que inclui educação e saúde, e as oportunidades no mercado de trabalho. Contudo, as críticas que a referida teoria recebe são pertinentes. No mundo concreto, vários fatores que influenciam a entrada, permanência e até mesmo remuneração do trabalhador estão além do escopo da teoria. Sendo assim, ao focar na educação como um meio de desenvolver os indivíduos para o trabalho, a teoria acaba por desconsiderar que eles não estão no mesmo nível de igualdade e que elementos como, por exemplo, de caráter social e estético, também são determinantes em suas posições no âmbito laboral.

Dessa forma, mesmo que a empregabilidade de um profissional esteja relacionada com sua escolaridade, outros fatores podem interferir quanto à sua participação na força de trabalho. É possível citar o exemplo das mulheres, que, ao longo do tempo, têm expandido seus papéis na sociedade, progressivamente se tornando mais ativas na economia e melhorando seu nível de instrução, mas continuam em menor proporção na atividade pública. Isso é confirmado pelos dados da OIT (2019), os quais apresentam que elas estão sub-representadas no mercado de

trabalho formal, sobretudo em atividades de cargos gerenciais e em posições de liderança, no qual, mundialmente, elas ocupam apenas 27,1% dessas funções.

A OIT (2018) evidencia que, a nível global, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é 26,5 pontos percentuais inferior à taxa masculina. Os países emergentes possuem a maior diferença entre a porcentagem de homens e mulheres que participam da força de trabalho, cerca de 30,5 pontos percentuais. Muito embora tenham ocorrido avanços na igualdade de gênero no mundo do trabalho, nos últimos 27 anos a diferença nas taxas de emprego de homens e mulheres reduziu menos de 2% (OIT, 2019). Avanço ínfimo considerando a importância da igualdade de gênero para as mulheres, sociedade e economia.

No que diz respeito à taxa de desemprego, a taxa global das mulheres é 0,8 pontos percentuais superior à taxa masculina e elas têm maior probabilidade de ocupar empregos informais e vulneráveis, principalmente em países em desenvolvimento (OIT, 2018). Destaca-se que os desempregados são aqueles que não possuem emprego, mas estão disponíveis para trabalhar e procurando ativamente uma ocupação. Outra situação, menos debatida, é o desemprego oculto que inclui, por exemplo, trabalhadores que estão em subempregos (DEAN *et al.*, 2020).

É relevante observar que, gradativamente, a disparidade de gênero na educação diminuiu. O relatório Global Gender Gap Report 2020 publicado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF) indica que a educação atingiu 96,1% de paridade entre os gêneros. Em contraste, a participação econômica foi a única dimensão analisada que regrediu. As estimativas indicam que a paridade no mercado de trabalho só ocorrerá em 257 anos (CROTTI *et al.*, 2020). Mesmo com avanços na escolaridade, as mulheres ainda não conseguiram superar as barreiras da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Em síntese, de forma geral, as mulheres estão menos propensas a participarem do mercado de trabalho e, aquelas que participam, têm maiores possibilidades de estarem ou ficarem desempregadas (OIT, 2018). As causas para isso são debatidas em diversos estudos (CROTTI *et al.*, 2020; JAYACHANDRAN, 2020; OIT, 2019; PETRONGOLO; RONCHI, 2020). Destaca-se, especialmente, o investimento do tempo em atividades não remuneradas domésticas, que historicamente foram atribuídas ao gênero feminino e que prejudicam a dedicação ao emprego, além de promover a dupla jornada de trabalho das mulheres.

Essa situação está sendo relacionada como uma das principais causas para que o impacto da pandemia do COVID-19 seja mais forte e duradouro para as mulheres. De acordo com Ferraz (2020), além do peso dos afazeres domésticos e cuidados dos filhos recaírem amplamente sobre as mulheres, elas também são maioria na força de trabalho de atividades

afetadas pela crise sanitária. Por causa disso, a probabilidade do abandono feminino do mercado de trabalho e entrada na inatividade permaneceram superiores à dos homens no período pandêmico (OIT, 2021). Essa situação demonstra a clara distinção entre trabalho feminino e masculino. No ambiente doméstico, as mulheres assumem majoritariamente a responsabilidade pela economia do cuidado. Quando conseguem se inserir no ambiente público, encontram barreiras em assumir postos de profissões dominadas por homens. Tal discussão corrobora para a relevância de compreender essa conjuntura e as repercussões que provoca.

Em suma, a educação e qualificação profissional, apesar de não serem determinantes, são consideradas diferenciais para a inserção, permanência e progresso dos indivíduos no mercado de trabalho. Observa-se que a educação, inicialmente destinada preferencialmente aos homens, amenizou as diferenças de gênero nas últimas décadas a nível global. Contudo, as diferenças no mercado de trabalho ainda permanecem consistentes. Sendo assim, é relevante analisar a relação entre a educação das mulheres e a participação delas na força de trabalho. A problemática que orienta a elaboração desta pesquisa é como o desemprego feminino é influenciado pelo investimento em educação? Logo, este estudo tem como objetivo investigar a relação da educação no nível de desemprego feminino.

Tendo em vista que a desigualdade de gênero é considerada um empecilho para o desenvolvimento dos países, que a maior autonomia das mulheres melhora o bem-estar da sociedade como um todo (SEN, 2000), que a participação feminina no mercado de trabalho pode ocasionar impactos positivos na produtividade (OSTRY *et al.*, 2018) e que os países sofrem perdas de riqueza com a discriminação de gênero (WODON *et al.*, 2020), este estudo se apresenta relevante por produzir conhecimento empírico sobre a associação da escolaridade e empregabilidade feminina.

Estudar sobre a participação das mulheres na força de trabalho é necessário também por contribuir no fortalecimento desse ponto de discussão na agenda pública, em especial devido à crescente contribuição feminina na dinâmica de mercado e na renda familiar, além de ser fundamental para o alcance da justiça social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Participação no mercado de trabalho

A dinâmica do mercado de trabalho é complexa e de suma importância para os resultados econômicos dos países. Zamfir *et al.* (2021) mencionam que a participação do

mercado de trabalho é influenciada, além da educação, pelas características sociodemográficas do indivíduo, como sexo, idade, estado civil e número de filhos. Ademais, ela também está relacionada com a oferta de trabalho (TEDESCO; SOUZA, 2020), condições econômicas e políticas fiscais (ZAMFIR *et al.*, 2021).

A oferta de trabalho representa um *trade-off* entre trabalho e lazer, isto é, uma escolha realizada pelos indivíduos, como agentes econômicos racionais, visando maximizar suas satisfações. Porém, a escolha dessas satisfações, resumidas no conceito de utilidade, é limitada por restrições orçamentárias. A escolha entre trabalhar ou não será decorrente da comparação do salário de reserva com o salário de mercado, sendo o primeiro o valor da remuneração adicional para o que o indivíduo decida pelo trabalho ao invés do lazer (BORJAS, 2011).

Sobre o assunto, Mahmud e Bidisha (2018) mencionam que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ocorre pelo aumento da oferta e não pelo aumento da procura de mão de obra feminina. A mudança na taxa salarial também é um determinante importante da participação feminina no mercado de trabalho, visto que a oferta de trabalho de mulheres pode ser mais sensível a tal mudança. Isso ocorre porque o aumento do salário real faz com que diminua o valor da produção doméstica e aumente o preço do lazer. As mulheres se tornam mais sensíveis pelo fato de a atividade doméstica ser prioritariamente realizada por elas (BORJAS, 2011).

Tedesco e Souza (2020) acrescentam que os salários de reserva das mulheres são mais altos que os dos homens e que os salários de mercado são mais baixos para elas. Os autores complementam que a desigualdade estrutural, divisão sexual do trabalho dentro da família, além da discriminação no mercado de trabalho podem ser causas desses fenômenos.

Essas situações provocam barreiras para a inserção feminina e a marginalização das mulheres na atividade pública. Por historicamente elas serem responsabilizadas pelas atividades domésticas, os custos para sua inserção na atividade laboral são muito mais elevados do que para os homens. Soma-se a isso a discrepância salarial entre os gêneros, que acaba por desvalorizar a mão de obra feminina. Embora haja instrumentos legais que visam coibir tal prática discriminatória, em grande parte do mundo, o fato de ser mulher acarreta em desvantagem e até mesmo penalidade com relação aos salários e às oportunidades.

A participação no mercado de trabalho é de forma recorrente relacionada com a educação. Inclusive, entre as variáveis de análise dos benefícios diretos da educação ela está presente (KARAKUTUK; OZBAL, 2019). Similarmente, Mulwa e Gichana (2020) comentam que o nível de escolaridade influencia na participação laboral, inclusive apontando estudos que encontraram associação positiva entre a educação e a oferta de trabalho. Nesse mesmo sentido,

para Borjas (2011), indivíduos com pouca instrução possuem menor incentivo para participar do mercado de trabalho, devido ao baixo retorno financeiro esperado, situação que é alterada a partir do acúmulo de anos de estudo.

A teoria do capital humano apresenta-se como uma das vertentes teóricas que relacionam a educação ao trabalho. Dessa forma, os indivíduos investem em capital humano na perspectiva de facilitar a entrada no mercado de trabalho, aumentar produtividade e, conseqüentemente, obter melhor remuneração futura (SCHULTZ, 1973). Por meio dela houve a modificação da visão sobre a educação, que passou de despesa de consumo para investimento (QUINTERO MONTAÑO, 2020). Embora grande parte da literatura sobre a teoria mencionada concentre-se no impacto da educação para os salários, também há importantes contribuições de estudos teóricos e empíricos que a relacionam com o desemprego e a inatividade (POMPEI; SELEZNEVA, 2021).

No entanto, vários estudos apontam fragilidades ou limitações da teoria do capital humano. Entre as críticas está a fragilidade metodológica, principalmente derivada da falta de realismo e distanciamento entre o mundo teórico e o mundo econômico e real. Em síntese, a teoria unifica educação e trabalho, não considerando que são domínios heterogêneos; apresenta um sistema analítico fechado que não engloba todas as variáveis relacionadas; revela-se como uma teoria linear; além de não considerar outras variáveis ou aplicações que podem influenciar a relação entre educação e trabalho (MARGINSON, 2019).

Uma das teorias que vai de encontro com a teoria do capital humano é a teoria do mercado de trabalho dual, a qual distingue os empregos em dois segmentos. O segmento primário é composto por postos de trabalho com melhores salários, segurança e possibilidade de crescimento. O secundário contém empregos de baixo status e salários. A teoria referida, diferente da teoria neoclássica de mercado de trabalho, apresenta o capital humano como de importância secundária. Sendo assim, compreende-se que outros aspectos, como sexo e cor, são utilizados como mecanismos de seleção pelos empregadores, fato que justifica porque muitos indivíduos têm qualificações educacionais para trabalhar no segmento primário, porém ocupam postos do segmento secundário (MCNABB, 1987), o que pode ser denominado de desemprego oculto (DEAN *et al.*, 2020).

Em se tratando de desemprego, é empiricamente conhecido que o nível de desemprego varia conforme a escolaridade (CAIRO; CAJNER, 2018). Um dos precursores da Teoria do Capital humano, Jacob Mincer, aponta que a educação beneficia os trabalhadores mais escolarizados por meio de salários mais altos, mais mobilidade ascendente de renda e emprego, maior estabilidade no mercado de trabalho, além de diminuir o risco de desemprego (MINCER,

1991). Numericamente, os menos escolarizados têm taxas de desemprego e volatilidade quatro e três vezes maiores, respectivamente, do que trabalhadores com escolaridade mais elevada (CAIRO; CAJNER, 2018). Entretanto, reitera-se que existem outros fatores, além da educação, que afetam a relação com o mercado de trabalho, que inclusive, a depender da cultura do país ou do ramo de emprego, podem ser determinantes para a permanência ou saída.

Sendo assim, as causas que geram desemprego são diversas, o que faz com que tal fenômeno seja classificado em diferentes tipos. De forma sumária, segundo Dean *et al.* (2020), o desemprego pode ser cíclico quando relacionado com os ciclos de negócio e com as recessões econômicas; friccional, desemprego temporário ocasionado pela mudança de trabalho ou pela busca da primeira oportunidade de emprego; e estrutural, quando os trabalhadores carecem de habilidades e competências valorizadas pelo mercado de trabalho. Nesse sentido, o investimento educacional pode ser um mecanismo para amenizar o desemprego estrutural (DEAN *et al.*, 2020).

Com relação a esse último, Brumer (1988) relaciona a ideia do exército de reserva - associado à manutenção de baixos salários, ampliação de mais-valia e adaptação de trabalhadores às oscilações de demanda - com o desemprego feminino. Para a autora, “as mulheres aparecem como candidatas preferenciais ao mesmo, principalmente na sua forma ‘estagnada’, devido à facilidade com que se inserem (ou são levadas a se inserir) e abandonam (ou são levadas a abandonar) o mercado de trabalho” (BRUMER, 1988, p. 8). Logo, essa perspectiva é diferente da apresentada por Dean *et al.* (2020) já que considera que o desemprego estrutural é algo inerente ao capitalismo, e não resultado de carência de competências por parte do trabalhador.

No que tange à qualificação do profissional, alguns estudos se propõem a analisar a influência da educação na duração do desemprego. Em pesquisa realizada com dados da Turquia, Altindag, Dursun e Filiz (2019) notaram que indivíduos com alta escolaridade tendiam a usar todo o período de seguro desemprego disponível, ficando desempregados por mais tempo quando comparados com aqueles de menor escolaridade. Para os autores isso ocorre porque a educação torna os indivíduos mais seletivos na escolha do emprego, visto que aumenta o salário de reserva dos mesmos. Contudo, esse movimento não é tão visível durante períodos de recessão econômica com empregos escassos. A pesquisa mencionada não utilizou dados segmentados por gênero, pois a participação delas no mercado de trabalho turco é relativamente baixa.

Segundo Cairo e Cajner (2018), os profissionais de diferentes níveis educacionais possuem taxa de saída de desemprego semelhante, entretanto apresentam divergências notáveis

na taxa de influxo de desemprego. Ou seja, os trabalhadores mais escolarizados vivenciam menor taxa de rotatividade e perdem seus empregos com menor frequência. Tal fato ocorre porque os indivíduos com maior nível educacional são normalmente direcionados para atividades mais qualificadas que demandam mais treinamento, logo acumulam mais capital humano específico, o que diminui os incentivos da saída desse colaborador.

Em pesquisa realizada com dados, do período de 2006 a 2010, dos países membros da União Europeia, foi identificado que a educação formal reduz o risco de desemprego para os jovens, mas em situações em que o mercado não é encorajador, isto é, percepção de mercado com poucas oportunidades, os estimula a investir em educação adicional. Também se estimou que a probabilidade de estar desempregado diminui de 0,167 para 0,019 conforme os anos de escolaridade passam de oito para dezoito anos. Além disso, cada ano adicional tem impacto estatisticamente significativo no risco de desemprego (POMPEI; SELEZNEVA, 2021).

Para além da educação, Mihailov, Razzu e Wang (2020) mencionam que, frequentemente, a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens com o mesmo nível educacional. Todavia, o desemprego masculino é mais cíclico do que o desemprego feminino, o que provoca que mais homens saiam dos seus postos de trabalho em momentos de recessão. Isso ocorre, principalmente, devido às diferenças de gênero na distribuição das atividades (ALBANESI; SAHIN, 2018). Apesar disso, observou-se que, durante a pandemia do COVID-2019, as mulheres foram as mais afetadas com a perda de seus postos de trabalho, principalmente, devido aos tipos de negócio que foram mais afetados pela recessão (FERRAZ, 2020). Observa-se, portanto, que o período de crise global de saúde mencionado tornou ainda mais evidente o papel feminino na economia doméstica e a volatilidade das mulheres no mercado de trabalho, quando comparado a outros momentos de recessão.

Somando-se às questões apresentadas, o desemprego também está relacionado à qualidade institucional do governo e aos arranjos do mercado de trabalho. Sobre isso, Blanchard e Philippon (2004), examinando a evolução do desemprego na Europa, chegaram à conclusão de que países com piores instituições e com baixa qualidade nas relações de trabalho, que envolvem relação entre sindicatos e empresas, possuem os piores desempenhos no que tange ao nível de desemprego. De encontro ao apresentado, Bhorat, Kanbur e Stanwix (2017) não encontraram relação significativa entre instituições do mercado de trabalho e o desemprego nos países africanos subsaarianos.

Relacionando as instituições econômicas ao desemprego na África Subsaariana, Kilishi, Adebowale e Oladipupo (2020) identificaram que os governos devem criar instituições que garantam um ambiente macroeconômico estável, um sistema fiscal eficiente, liberdade

comercial com incentivo ao investimento privado e à circulação de bens e mão de obra para que haja uma diminuição do desemprego ao longo prazo.

Em relação à liberdade do mercado de trabalho, o impacto da regulamentação do salário mínimo de 16 países da OCDE no emprego feminino foi analisado por Addison e Ozturk (2012), que chegaram à conclusão de que o salário mínimo ocasiona redução no emprego das mulheres, isto é, o aumento de 10% nele acarreta uma queda de 3,5% no emprego feminino.

Portanto, compreende-se que o desemprego é afetado tanto por fatores individuais (educação, idade e gênero, entre outros), como também pelo comportamento da atividade econômica e institucional do país. Com relação às mulheres, é relevante realizar uma análise mais detalhada das condições que influenciam em sua participação no mercado de trabalho.

2.2 Educação e empregabilidade feminina

A desigualdade de gênero é um problema social relevante e que é objeto de esforços de diversas organizações e movimentos internacionais. Nesse sentido, a ONU incluiu a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas nos ODS. Diferentes objetivos da ODS estabelecem metas a fim de contribuir para a conquista de igualdade de gênero, inclusive na educação. De forma global, as metas para a paridade de gênero nos níveis de ensino, exceto terciário, foram alcançadas (UNESCO, 2018b).

A paridade de gênero na educação foi alcançada em 35 países e 120 países atingiram pelo menos 95% dessa meta (CROTTI *et al.*, 2020). Por outro lado, alguns países ainda têm índices significativos de desigualdade, assim como, existem diferenças de paridade entre os níveis de ensino (CROTTI *et al.*, 2020; UNESCO, 2018b). A educação terciária, por exemplo, é a única no qual o desequilíbrio de gênero é devido à maior quantidade de mulheres do que homens (UNESCO, 2018b).

No entanto, comumente, o aumento educacional das mulheres não é refletido nas oportunidades no mercado de trabalho. No Brasil, por exemplo, as mulheres apresentam melhores índices na taxa ajustada de frequência escolar líquida em todos os níveis de ensino, exceto nos anos iniciais do fundamental, indicando que entre elas é menos frequente a ocorrência de atraso escolar. Além disso, a participação feminina no ensino superior, entre a população com 25 anos ou mais, supera em 4,3% a participação masculina. Os dados sugerem que, em média, as mulheres são mais instruídas que os homens. Apesar disso, os homens as superam em 19,2% na participação no mercado de trabalho brasileiro (IBGE, 2021).

Esse panorama não é único do Brasil, em escala global ainda existem grandes diferenças de gênero na taxa de participação no mercado de trabalho, principalmente em países com culturas mais restritivas sobre o papel das mulheres (OIT, 2018). Os dados da Índia apresentados por Rami (2020), denotam que avanços estão sendo alcançados na educação feminina, mesmo assim, mais da metade das mulheres com ensino superior completo não estão em ocupações remuneradas. Enquanto a força de trabalho masculina alcança 79,9%, a taxa de participação das mulheres indianas é de apenas 27%.

Observa-se que a educação não é o fator determinante para menor participação feminina na força de trabalho. Na verdade, a participação das mulheres no mercado laboral é influenciada por diversos fatores econômicos e sociais, como estado civil e fertilidade (KARAKÜTÜK; OZBAL, 2019; OSUNDINA, 2020).

Uma visão que busca explicar a dinâmica de participação das mulheres no mercado de trabalho é a hipótese U. Ela é baseada na ideia que homens e mulheres reagem de forma diferente às mudanças estruturais da economia (JAYACHANDRAN, 2020). Ela considera existir uma relação curvilínea, em formato de U, entre a taxa de participação feminina no mercado e o desenvolvimento econômico. Dessa forma, em um primeiro momento, o crescimento econômico provoca a redução da presença feminina no mercado, porém ao passo que a economia evolui e sofre mudanças estruturais as mulheres voltam a ser ativas no mercado de trabalho (RAMI, 2020).

Segundo Jayachandran (2020), em baixos níveis de desenvolvimento econômico a participação das mulheres é elevada, principalmente em atividades familiares. A partir da industrialização e aumento da produtividade, as mulheres reduzem sua participação devido ao aumento de renda da família, o que permite que elas evitem o estigma atribuído às mulheres que trabalham, assim como, ter um segundo ganhador na família torna-se menos valioso por causa dos retornos decrescentes. A participação torna-se ascendente com o aumento da educação e crescimento do setor de serviços. O aumento dos serviços criou postos de trabalho com menor exigência física e maior exigência intelectual, como habilidades em comunicação e relações interpessoais, refletindo em uma maior vantagem feminina (PETRONGOLO; RONCHI, 2020).

A hipótese U foi testada empiricamente com a Índia por Rami (2020), que identificou que ela é aplicável ao país. Isso porque, entre os anos de 1990 a 2016 houve redução em cerca de 0,366% ao ano na taxa de participação feminina no mercado de trabalho, que possui forte correlação negativa com o PIB e PIB *per capita*, sendo a fase de declínio da curva. Com base em previsão técnica, devido à tendência de aumento da participação desde 2012, em 2035 a

taxa deverá estar em cerca de 33,55%. Para o autor, 67% da variação na taxa de participação das mulheres pode ser explicada pelo PIB e 71% pelo PIB *per capita*.

Entretanto, a hipótese U não contempla todos os fenômenos que influenciam o emprego feminino (JAYACHANDRAN, 2020). Para Mahmud e Bidisha (2018) três conjuntos de fatores interferem na participação das mulheres no mercado de trabalho. O primeiro são as características individuais, como idade e escolaridade. O segundo é a situação familiar, que inclui o estado civil, presença de filhos e tempo alocado para o trabalho doméstico. Por fim, os autores consideram que as características do chefe da família também influenciam a oferta de mão de obra feminina, já que delinea como as normas sociais serão admitidas dentro do âmbito familiar.

O tempo de dedicação à atividade doméstica não remunerada é um dos fatores mais apontados pelos estudos para a menor inserção feminina no mercado de trabalho. Segundo OIT (2019), 21,7% das mulheres se dedicam às atividades domésticas, ao passo que entre os homens o percentual é de 1,5%. A estimativa é que demore 200 anos para haver nivelamento entre os gêneros com relação às responsabilidades domésticas.

Petrongolo e Ronchi (2020) apontam que a dedicação doméstica estabelece limites para o engajamento da mulher no mercado de trabalho, que se traduzem em menos horas trabalhadas ou pausas na carreira. Nos Estados Unidos, 17% das mulheres trabalham em tempo parcial, enquanto apenas 2% dos homens apresentam carga horária reduzida (FARRÉ; JOFRE-MONSENY; TORRECILLAS, 2020). Muitas vezes, as mulheres que decidem ofertar sua mão de obra vivenciam jornada dupla de trabalho (TEDESCO; SOUZA, 2020).

O maior peso das responsabilidades domésticas sobre as mulheres também provoca uma significativa diferença nos padrões de deslocamento entre elas e os homens (PETRONGOLO; RONCHI, 2020). Estima-se que, para mulheres casadas, um aumento de 10 minutos no deslocamento diminui a probabilidade de participar do mercado de trabalho em 4,6%. Tal aumento não provoca efeito significativo para homens e mulheres solteiras (FARRÉ; JOFRE-MONSENY; TORRECILLAS, 2020). Sobre o assunto, Petrongolo e Ronchi (2020) observam que essa situação pode alimentar as diferenças de gênero no mercado de trabalho, visto que as mulheres tendem a aceitar propostas de empregos com menor remuneração ou condições por serem mais próximas de casa.

Com relação à educação, Mulwa e Gichana (2020) examinaram, a partir de dados do Quênia, que anos adicionais de educação aumentam a probabilidade da inserção feminina no setor público e setor informal em 0,34% e 2,35%, respectivamente. Porém, para os indivíduos em geral, cada ano a mais de escolaridade aumenta a probabilidade de entrada no setor público

em 1,02% e 2,93% no setor informal, indicando que o fato de ser mulher reduz a probabilidade de conseguir um emprego no país.

Nas localidades com menor lacuna de gênero na educação também é possível verificar assimetrias no mercado de trabalho. É o caso dos países do Médio Oriente e Norte da África (MENA). Eles são reconhecidos pelos avanços alcançados em prol da paridade educacional entre os gêneros, contudo possuem a menor taxa de participação feminina no mercado de trabalho do mundo. Em pesquisa realizada na Argélia, Egito, Jordânia e Tunísia foi identificado que a taxa de participação das mulheres está estagnada, e nos países nos quais houve aumento, ele é decorrente da ampliação do desemprego feminino. Isso é decorrente principalmente devido à escassez da demanda de emprego para mulheres instruídas. Diante da diminuição das oportunidades no setor público e do progresso lento do setor privado, as mulheres saem da força de trabalho completamente ou entram para o desemprego (ASSAAD *et al.*, 2018).

No que tange às diferenças de gênero no desemprego, Koutentakis (2015) analisou a lacuna nas taxas de desemprego de dez economias avançadas e chegou à conclusão de que as mulheres têm a mesma possibilidade de encontrar um emprego do que os homens, porém elas são menos propensas a mantê-lo. Essa afirmação tem como base a análise de que as taxas de transição de desemprego para emprego são semelhantes entre homens e mulheres, porém a taxa de separação (trabalhadores que entram para o desemprego) feminina é superior à masculina em quase todos os países analisados. Dessa forma, a lacuna de gênero no desemprego é persistente devido às diferenças na taxa de separação.

Analisando o impacto dos choques macroeconômicos e a influência das instituições do mercado de trabalho nas taxas de desemprego de 11 países da área do Euro perceberam-se diferenças entre os gêneros. As recessões econômicas, com diminuição da demanda de trabalho, têm impacto relativamente maior sobre o desemprego feminino principalmente para mulheres mais jovens e com menor escolaridade. Ademais, o choque de política monetária do Banco Central Europeu tem alta influência na taxa de desemprego das mulheres, independentemente do nível de escolaridade, e possui impacto insignificante no desemprego masculino. O aumento de impostos amplia o desemprego de ambos os gêneros, mas tem maior efeito sobre o desemprego feminino e de indivíduos solteiros (MIHAILOV; RAZZU; WANG, 2020).

Na União Europeia e Suíça a lacuna de gênero no desemprego é maior entre os indivíduos que possuem ensino superior, enquanto na Espanha é maior entre aqueles com nível secundário de ensino (FADOS; BOHDALOVÁ, 2017). Nota-se que as diferenças de gênero no desemprego variam entre os países e que é relevante analisar a relação do desemprego com a

escolaridade feminina, principalmente diante da distância para alcançar a paridade de gênero no âmbito do mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa pode ser delineada em diferentes perspectivas. Em relação à natureza, caracteriza-se como aplicada, visto que busca investigar uma problemática concreta que impacta a vida profissional e, conseqüentemente, os aspectos econômico, social e de liberdade das mulheres. Segundo Mascarenhas (2018), o referido tipo de pesquisa busca estudar e propor soluções para os desafios oriundos do ambiente.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é descritiva, já que estabelece relação entre variáveis críticas para a compreensão do problema, sem que ocorra interferência da pesquisadora. Além disso, “objetiva descrever as características de uma população ou fenômeno, além de identificar se há relação entre as variáveis analisadas” (MASCARENHAS, 2018, p. 48).

No que tange à abordagem, trata-se de um estudo quantitativo, inclusive por utilizar os dados coletados para elaboração de modelos econométricos que simplificam a realidade estudada. De acordo com Queirós, Faria e Almeida (2017), a pesquisa quantitativa é marcada pela quantificação das variáveis e pelo uso de ferramentas matemáticas para refletir conclusões a partir de amostras. Por fim, destaca-se que as variáveis aqui analisadas foram coletadas em fontes secundárias, isto é, haviam sido previamente reunidas por instituições com *expertise* no levantamento de dados, o que promove maior confiabilidade a este estudo.

3.2 Descrição da amostra

Os dados empregados no estudo foram extraídos da base de pesquisa Quality of Government, que consiste em uma base de dados com variáveis que representam diferentes dimensões da qualidade dos governos no mundo. Esses dados são disponibilizados pelo Quality of Government (QoG) Institute, vinculado ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Gotemburgo/Suécia. A grande vantagem desta base de dados corresponde à ampla disponibilidade de indicadores de governança e qualidade institucional retirados de diferentes fontes (CASTELNOVO; DEL BO; FLORIO, 2019).

3.3 Tipo de análise amostral

A natureza amostral empregada nesse estudo consistiu em uma análise de dados em painel, contemplando duas dimensões: temporal e corte transversal (*cross-section*).

Os dados em painel correspondem ao ‘empilhamento’ das observações em diferentes pontos no tempo. As principais vantagens no uso de regressões com dados em painel consistem (BALTAGI, 2008): (1) inclusão da heterogeneidade individual; (2) aumento das informações sobre os dados; (3) incorporação do efeito dinâmico dos dados e; (4) maior abrangência na medição dos efeitos.

Os anos contemplados, conforme disponibilidade dos dados, consistiram entre 2006 a 2018 (12 anos). No que tange à amostra de países, a amostra considerou um total de 100 nações. Em uma análise de dados em painel, o total da amostra consistiu em 1.200 observações.

3.4 Variáveis selecionadas

As variáveis selecionadas no estudo estão descritas conforme Quadro 2:

Quadro 2: Descrição das variáveis

Nome	Definição	Variável	Fonte de coleta
wdi_lfpeduaf	Força de trabalho com educação superior (% de mulheres em idade produtiva em relação à população)	X1	WDI/World Bank
icrg_qog	Índice de Qualidade Institucional: O valor médio das variáveis: 'Corrupção', 'Lei e Ordem' e 'Qualidade da burocracia', na escala 0-1. Valores mais altos indicam maior qualidade do governo.	X2	International Country Risk Guide (The PRS Group)
hf_labor	Índice de liberdade no mercado de trabalho	X3	The Heritage Foundation
wdi_expedu	Despesas do governo com educação, total (% do PIB)	X4	WDI/World Bank
wdi_unempfilo	Taxa de desemprego das mulheres (% da força de trabalho feminina)	Y	WDI/World Bank

Fonte: Elaboração própria da autora (2021).

3.5 Modelo Econométrico

Foram dois modelos estimados no presente estudo:

Modelo (1)

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_{1it} * X_{1it} + \beta_{1it} * X_{1it}^2 + \beta_2 * X_{2it} + \beta_3 * X_{3it} + \beta_4 * X_{4it} + \delta_i + \tau_t + \varepsilon_{it}$$

Modelo (2)

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_{1it} * X_{1it} + \beta_2 * X_{2it} + \beta_3 * X_{3it} + \beta_4 * X_{4it} + \delta_i + \tau_t + \varepsilon_{it}$$

Os parâmetros a serem estimados (β) representam medidas de impacto dos regressores ou variáveis independentes (X's) sobre a variável dependente (Y). Os efeitos fixos apresentam duas dimensões:

- 1) unidade transversal (δ_i) e;
- 2) unidade temporal (τ_t).

Por fim, o erro estocástico é capturado pela variável (ε_{it}) que representa todos os demais fatores irrelevantes ao modelo. Admitimos que o erro segue uma distribuição normal com média zero e variância constante – $\varepsilon_{it} \sim N(0, \sigma_\varepsilon^2)$.

A técnica de estimação empregada consistiu de três abordagens:

- (1) Efeitos fixos: admitimos que as diferenças entre os países (heterogeneidade individual) sejam devidamente controladas no modelo, adicionando o vetor de variáveis binárias (δ_i). Neste caso, arranjos institucionais particulares, trajetórias distintas de desenvolvimento e padrões locais de política, dentre outros fatores inerentes a cada economia, são incorporados por meio de um efeito fixo no tempo e relativo a cada país. Essa incorporação tem um poder de melhor controle sobre fatores endógenos ao modelo que, na sua ausência, seriam deslocados ao componente residual, contribuindo para inconsistências aos parâmetros (GUJARATI; PORTER, 2008). Além disso, fatores relativos a uma dinâmica temporal das variáveis podem ser importantes e devidamente adicionados ao modelo. Neste caso, incluímos os efeitos de tempo ao modelo (τ_t);
- (2) Efeitos aleatórios: utilizado quando a inclusão dos efeitos fixos ao modelo não é devidamente relevante. Na ausência de correlação entre os efeitos fixos e os regressores, os ‘custos’ da sua inclusão, comprometendo consideravelmente os graus de liberdade ao modelo, podem ser consideráveis. Neste caso, incluímos os efeitos dentro da composição do erro, sem violar os pressupostos básicos de consistência das estimativas (GUJARATI; PORTER, 2008). Esta técnica considera que a estrutura do erro estocástico (ε_{it}) conduz a uma ineficiência dos parâmetros quando desconsideramos os efeitos da variância de cada efeito fixo dentro do erro. Para um melhor controle da técnica, estimamos o modelo a partir da abordagem dos mínimos quadrados generalizados (MQG);
- (3) Mínimos quadrados ordinários (MQO): a abordagem tradicional que desconsidera cada postulado descrito anteriormente, tem o intuito apenas de confrontar os parâmetros estimados e seus potenciais vícios em relação ao modelo tradicional.

3.6 Robustez e eficiência das estimativas

Para uma escolha apropriada entre os modelos, testes de heterocedasticidade (GREENE, 2000) e autocorrelação serial (teste de Wooldridge (2002)) foram incorporados com o intuito de corrigir tais “falhas”, obtendo estimativas mais robustas e eficientes dos parâmetros do

modelo. A rejeição de hipótese nula em cada teste implica a violação de pressuposto estatístico ao modelo, indicando a presença de heterocedasticidade e autocorrelação serial ao modelo.

Na presença dessas falhas, o modelo foi recalculado e reportado usando o corretor de agrupamento residual (cluster), tomando as unidades de corte transversal como referência de cluster nos resíduos. Este procedimento ajusta a variância residual obtendo estimativas consistentes de erro-padrão e parâmetros eficientes (Teorema de Gauss-Markov) (GREENE, 2012).

Por fim, foi adicionado o teste de Hausman (1978), que valida se as diferenças entre as estimativas obtidas entre as técnicas de efeitos fixos e aleatórios são sistemáticas ou não. Com a hipótese nula, as diferenças não são sistemáticas, implicando que os efeitos fixos não sejam correlacionados com os regressores do modelo. Neste caso, podemos considerar sua inclusão ao erro estocástico, uma vez que seus custos de inclusão ao modelo principal tornam-se maiores em decorrência da redução dos graus de liberdade. A rejeição dessa hipótese implica que as diferenças entre as estimativas são sistemáticas e, portanto, os efeitos fixos são correlacionados com os regressores. Ao desconsiderar isto, estamos incorrendo em um sério viés de endogeneidade ao modelo, ou seja, as estimativas obtidas, seja por efeitos aleatórios ou MQO, induz a inconsistências nos parâmetros que não desaparecem à medida que aumentamos a amostra. A partir disto, a técnica mais apropriada torna-se a abordagem de efeitos fixos (GREENE, 2012).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise quantitativa

Neste tópico serão apresentados os resultados dos modelos estimados conforme cada tipo de função. Iremos dispor de subtópicos especificando cada modelo.

Tabela 4 – Resultados do modelo econométrico

VARIABLES	(1) Efeitos Fixos Robusto	(2) Efeitos Aleatórios	(3) MQO Robusto	(4) Efeitos Fixos Robusto	(5) Efeitos Aleatórios	(6) MQO Robusto
wdi_lfpeduaf	0.919* (0.503)	1.460*** (0.303)	1.806*** (0.191)	0.0536 (0.105)	0.0447 (0.0524)	0.120** (0.0532)
wdi_lfpeduaf ²	-0.00663* (0.00358)	-0.0111*** (0.00228)	-0.0133*** (0.00166)			
icrg_qog	-20.91* (12.39)	-4.280 (4.944)	-8.791*** (2.951)	-20.91* (12.43)	-1.977 (4.355)	-11.17*** (2.913)
hf_labor	-0.100* (0.0512)	-0.0717* (0.0375)	-0.00946 (0.0305)	-0.107** (0.0508)	-0.0637* (0.0362)	0.0218 (0.0311)
wdi_expedu	-0.977* (0.488)	0.195 (0.488)	-0.192 (0.488)	-1.110* (0.488)	-0.586 (0.488)	-0.0390 (0.488)

Constant	(0.565) 10.74 (20.42)	(0.371) -23.02** (10.72)	(0.387) -33.89*** (4.807)	(0.563) 38.53*** (12.24)	(0.368) 21.11*** (4.824)	(0.396) 15.32*** (4.168)
R2	0.209		0.088	0.198		0.036
R2-adj	0.186		0.0812	0.175		0.0294
Efeitos Fixos	SIM		-	SIM		-
Teste Hausman chi2	23.30***		-	52.21***		-
Teste de heterocedasticidade chi2	9.5e+32***		40.31***	1.5e+33***		71.43***
Teste de autocorrelação serial F test	263.732***		424.900***	259.745***		428.374***
F test - Efeitos Fixos i	37.10***		-	39.07***		-
F test - Efeitos Fixos t	7.89***		-	8.79***		-
F test	7.57***		12.17***	7.49***		5.79***
Wald test		29.72***			5.99	

Fonte: Elaboração própria da autora (2021).

Legenda: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Como mostra a Tabela 4, os resultados apontam que há uma relação positiva entre a participação das mulheres com ensino superior em relação à população e à taxa de desemprego (parâmetros associados às variáveis lineares nas colunas (1)-(6)). As colunas (4) e (5) demonstraram ausência de significância estatística dos parâmetros estimados. Entretanto a adição do componente quadrático nas colunas (1)-(3) demonstrou uma padrão não-linear da relação, indicando um formato com concavidade para baixo ou U-invertido. A relação U-invertido pode estar associada ao tempo de qualificação que implica em uma parcela expressiva de mão de obra que é "alocada" para o aprendizado, elevando a taxa de desemprego em curto prazo, conforme demonstrado no gráfico 2.

O índice de qualidade institucional demonstrou um impacto negativo no desemprego e significativo (com exceção das colunas (2) e (5) para o método de efeitos aleatórios). Estes resultados apontam que países com instituições melhores administram menores taxas de desemprego entre as mulheres.

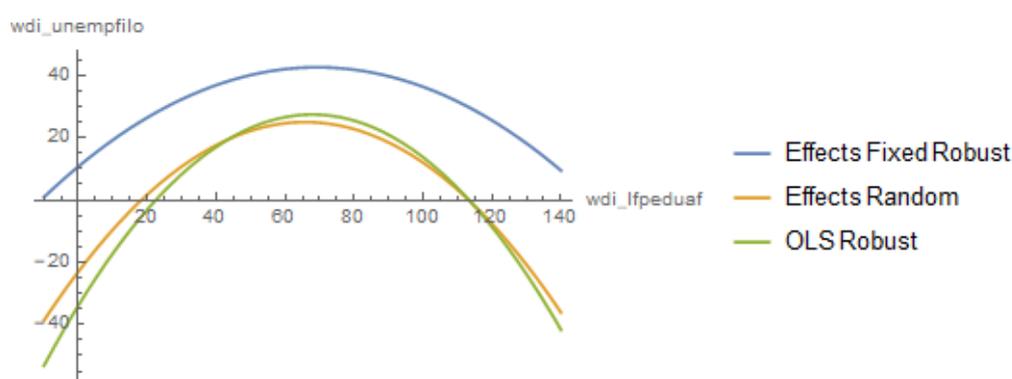
As economias com maiores índices de liberdade no mercado de trabalho administram menores taxas de desemprego entre as mulheres (com exceção da coluna (6)) - parâmetros significativos nas colunas (1), (2), (4) e (5).

Os gastos dos governos em educação (% PIB) demonstraram uma relação inversa com a taxa de desemprego entre as mulheres (com exceção da coluna (2) com parâmetro não significativo). Este fato pode estar associado de forma complementar com a qualificação, uma vez que os gastos em educação tendem a reduzir maiores desigualdades sociais, conduzindo as mulheres a uma maior inserção no mercado de trabalho.

O poder de explicação do modelo demonstrou melhores resultados na coluna (1) que representa o modelo com a inclusão da variável quadrática e o componente dos efeitos fixos. Os testes de Hausman demonstraram rejeitar a hipótese nula, sugerindo que o modelo de efeitos fixos seja a técnica mais apropriada para controle de potenciais efeitos endógenos ao modelo com a exclusão dos efeitos fixos. Além disso, testes de heterocedasticidade indicaram falhas de pressuposto estatístico apontando ganhos de eficiência com o controle da matriz de covariância dos parâmetros.

A Gráfico 2 mostra a relação não linear em formato U-invertido por cada método de estimação.

Gráfico 2 – Relação entre a taxa de desemprego e a participação das mulheres com ensino superior em relação à população total



Fonte: Elaboração própria da autora (2021).

Nota: Gráfico obtido a partir dos resultados da Tabela 4.

4.2 Discussão com pesquisas recentes

Como aponta a literatura apresentada, são vários os fatores que influenciam na participação dos indivíduos no mercado de trabalho e no nível de desemprego de uma nação ou grupo específico. Neste estudo, foi realizado um recorte sobre o desemprego feminino, pois as mulheres possuem os menores percentuais de participação laboral e os maiores índices de desemprego (OIT, 2018). Dessa forma, considera-se relevante estudar esse grupo, sobretudo em decorrência da estimativa da paridade no mercado de trabalho ser alcançada apenas daqui a mais de dois séculos, conforme relatório de Crotti *et al.* (2020).

Uma das variáveis abordadas no modelo econométrico foi a força de trabalho com ensino superior. Como mencionado no aporte teórico, a educação pessoal é vista como um mecanismo de promoção de melhores oportunidades e salários, além de reduzir o risco da inatividade. As mulheres são, em grande parte do mundo, maioria no ensino superior

(UNESCO, 2018b) e é de conhecimento que pessoas com maior escolaridade possuem menores taxas de desemprego (CAIRO; CAJNER, 2018), todavia os resultados da análise da variável foram contrastivos.

Por meio da utilização dos métodos selecionados e das variáveis lineares, foi observada uma relação positiva entre a participação de mulheres com ensino superior e a taxa de desemprego, indicando que o aumento do percentual de trabalhadores com educação avançada eleva o desemprego entre as mulheres. Isso pode ser decorrente do aumento da competitividade no mercado de trabalho, que acaba por diminuir as oportunidades para as trabalhadoras com menores qualificações. Outra análise, com base na pesquisa de Assaad *et al.* (2018), é que a ampliação do desemprego feminino ocorre em decorrência da escassez de trabalhos que requeiram profissionais qualificadas. Nessa situação, ou as mulheres ficam estagnadas na situação de desemprego, ou se dirigem para empregos com menores salários e piores condições de trabalho, situação chamada de desemprego oculto por Dean *et al.* (2020). Tal panorama, somado com a desigualdade estrutural da divisão do trabalho doméstico e público, pode diminuir o incentivo de participação laboral para as mulheres, mesmo que, conforme Borjas (2011), o acúmulo de estudos seja estímulo para participação. Exemplificando essa situação, evidenciam-se os resultados de Rami (2020), que demonstram que grande parte das mulheres com nível educacional terciário está em ocupações não remuneradas na Índia.

Por outro lado, a partir da adição do componente quadrático, a análise de variável de mulheres com ensino superior resulta em uma relação no formato de U-invertido com a taxa de desemprego. Ou seja, a relação entre a referida variável e o desemprego não é linear, este último elevando-se a curto prazo com a presença de mulheres com educação avançada e posteriormente reduzindo-se ao longo prazo. Como possível justificativa para esse efeito, menciona-se a pesquisa de Altindag, Dursun e Filiz (2019) que indica que pessoas com melhor escolaridade possuem maior seletividade e tendem a ficar mais tempo em desemprego temporário buscando por uma melhor oportunidade. Além disso, o período destinado para qualificação pode retirar provisoriamente as pessoas do mercado, visto que o tempo será investido na educação, o que Quintero Montaña (2020) chama de custo de oportunidade.

Reitera-se, contudo, que mesmo quando a mulher é novamente inserida no mercado de trabalho, ela tem menor probabilidade de manter seu cargo, pois a taxa de separação feminina é superior à masculina, de acordo Koutentakis (2015). Logo, embora as mulheres invistam cada vez mais em sua qualificação, vários outros fatores impactam em sua empregabilidade. Isso vai ao encontro do achado de Fados e Bohdalová (2017), no qual a disparidade de desemprego entre homens e mulheres aumenta com maior escolaridade.

Entre os outros fatores que afetam o desemprego estão as despesas governamentais. Sobre elas, foi identificado que a elevação de gastos do governo com educação reduz a taxa de desemprego entre as mulheres. Esse achado está em consonância com o estudo de Kilishi, Adebowale e Oladipupo (2020), que analisaram que os gastos do governo em ações em prol da sociedade, como fundos de pesquisa e capital humano, e de aumento do poder de compra da economia geram crescimento de emprego. Com relação especificamente às despesas com educação, Sahnoun e Abdennadher (2021) indicam que os gastos educacionais do governo apenas refletem em melhores índices de desemprego quando é alto o nível de qualidade da governança.

Observando a questão da qualidade institucional, conforme apontada anteriormente, este estudo concluiu que países com melhores índices nesse quesito apresentam menor desemprego feminino. Essa relação também havia sido encontrada por Blanchard e Philippon (2004) e por Kilishi, Adebowale e Oladipupo (2020), os quais mencionaram que governos com instituições que garantem sistema fiscal eficiente, incentivos ao investimento privado e ambiente macroeconômico estável alcançam, ao longo prazo, melhores índices de desemprego total, masculino e feminino.

Por fim, nota-se que a maior liberdade do mercado de trabalho também impacta na redução da taxa de desemprego feminino. Ela está relacionada com a regulamentação sobre salários, custos de demitir funcionários, encargos obrigatórios, entre outros elementos que expandem ou restringem a autonomia dos empregadores. Ao encontro do resultado deste estudo, Addison e Ozturk (2012) observaram que nos países da OCDE a regulamentação do salário mínimo, ou seja, menor liberdade do mercado de trabalho, acarreta prejuízos ao emprego feminino. Além disso, Mihailov, Razzu e Wang (2020) já haviam percebido que o aumento de impostos, de forma geral, tem um efeito maior sobre o desemprego feminino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa está pautada na necessidade de compreender melhor os fenômenos que constituem barreiras para as mulheres no mercado de trabalho. Para tanto, objetivou investigar a relação da educação no nível de desemprego feminino. Todavia, a partir do entendimento de que não apenas a educação influencia o nível de desemprego feminino, outros fatores foram acrescentados na análise.

Em síntese, observou-se que a presença de mulheres com escolaridade avançada no mercado de trabalho possui relação com o aumento do desemprego feminino, mesmo que no

curto prazo. Além disso, a relação entre os gastos do governo com educação e desemprego das mulheres indica que a escolarização poderia ser um caminho para minimizar a marginalidade feminina do trabalho, desde que as desigualdades e os preconceitos vivenciados por elas nesse espaço fossem cessados. A partir disso, percebe-se que há pouca valorização por parte do mercado de trabalho dessas profissionais qualificadas.

Reitera-se também que o investimento em educação fortalece a empregabilidade feminina quando existem condições mínimas de oportunidades econômicas para os cidadãos. Isso está relacionado com boas oportunidades no mercado de trabalho, salários condizentes com o cargo e minimização da desigualdade salarial entre os gêneros. Logo, a fim de minimizar o desemprego é necessário também ter atenção com a qualidade das instituições e com os mecanismos de regulamentação do trabalho no país.

Esses resultados são importantes porque podem contribuir para a discussão pública sobre o desemprego feminino, fenômeno esse influenciado pela histórica desigualdade de gênero nas relações públicas e privadas e que reflete em consequências para as mulheres, suas famílias, a sociedade e a economia dos países.

Como limitação deste estudo, observa-se que como o modelo é uma representação simplificada da realidade, outros fatores que podem influenciar o desemprego feminino não foram abordados. Em consequência disso, sugere-se para pesquisas futuras o incremento de outras variáveis pertinentes ao referido fenômeno. Inclusive, da investigação da relação entre os anos de escolaridade das mulheres e suas taxas de ingresso e de separação. Também seria interessante realizar o estudo comparativo entre as taxas de desemprego de homens e mulheres em relação à escolaridade e compreender as causas desse fenômeno.

CONSIDERAÇÕES GLOBAIS

Este trabalho foi idealizado a partir da percepção de que a desigualdade de gênero está presente em todas as fases da vida das mulheres e que as barreiras impostas por ela são acumulativas e associadas. Além disso, o estudo também é baseado no entendimento de que esse fenômeno social é complexo e impacta dimensões econômicas e sociais, requerendo, portanto, uma análise holística. Com base nisso, buscou-se compreender como a disparidade entre os gêneros, em vários âmbitos, atinge as mulheres, a sociedade e a economia dos países.

Para guiar essa investigação foi definido que a pesquisa teria abrangência internacional e iria focar nas esferas educacional e profissional, relacionando-as aos efeitos provocados pela assimetria entre homens e mulheres. Ao longo dos capítulos, observou-se que barreiras são impostas à educação das mulheres desde a infância, mesmo assim elas atualmente são maioria no ensino superior em grande parte do mundo, contudo esse nível educacional não é refletido na empregabilidade feminina. Por elas possuírem as maiores taxas de desemprego, os benefícios à economia de suas participações no mercado de trabalho são pouco usufruídos. Além das consequências econômicas, a discriminação das mulheres acarreta impactos sociais, como o fenômeno da feminização da pobreza, manutenção da situação de sub representação feminina e de desigualdade sociais que atinge toda a sociedade.

Com relação ao primeiro objetivo específico, medir a relação entre o trabalho infantil feminino e a evasão na educação básica, chegou-se ao resultado de que as variáveis possuem associação linear positiva moderada, isto é, o aumento de meninas no labor é acompanhado por maior saída escolar. Os países melhores representados por essa associação são economicamente voltados para a agricultura e com altos níveis de pobreza. Além disso, foram observados indícios de que o menor índice de trabalho infantil e a maior permanência escolar estão relacionados com políticas de transferência de renda e investimento educacional, inclusive com programas de alimentação escolar. Por fim, reitera-se que o trabalho infantil feminino comumente é invisível e de difícil dimensionamento, principalmente em razão do tipo de atividade exercida pelas meninas.

Ao mensurar o impacto da força de trabalho feminina no crescimento econômico, segundo objetivo específico deste trabalho, foi percebido que a desigualdade de gênero afeta a economia. Logo, a maior inclusão das mulheres no emprego total e na indústria, assim como o ingresso daquelas com educação avançada elevam o crescimento PIB *per capita* e do PIB *per capita* PPP. As elevadas taxas de desemprego feminino, realidade em grande parte dos países, ocasionam prejuízos para a riqueza deles. Contudo, a simples inclusão feminina no mercado de

trabalho não aumenta o crescimento econômico, pois isso requer um ambiente de trabalho que não trate as mulheres de forma desigual e preconceituosa, impondo limites às suas contribuições.

Considerando o exposto anteriormente, o estudo também se propôs a investigar a influência da educação nas taxas de desemprego feminino. Como resultado, encontrou-se que o investimento em educação realizado pelas mulheres não acarreta, necessariamente, na maior facilidade de ingresso e permanência no mercado de trabalho, principalmente em decorrência do preconceito vivenciado por elas nesse espaço, que limita suas ações e suas oportunidades. Também foi investigado que as instituições possuem papel relevante em minimizar essa realidade, assim como os investimentos do governo em educação. Além disso, foi verificado que a maior liberdade de ação dos empregadores implica em ambientes mais flexíveis e com menores taxas de desemprego feminino.

Portanto, toda a conjuntura apresentada comprova que a desigualdade de gênero é uma questão atual e deve ser tratada de forma holística, visto que ela apresenta-se em vários âmbitos e de variadas facetas. O objetivo deste trabalho não foi exaurir a temática, mas sim contribuir para a discussão do tema apresentando aspectos relevantes para sua compreensão. Além disso, para facilitar o acesso dos principais resultados para a comunidade acadêmica e população em geral, foi elaborado um relatório técnico conclusivo, disposto no Apêndice 1.

REFERÊNCIAS

- ABDELMAJIED, F. E.Y; SAFIJLLIN, L. N. Causal relationship between human capital and economic growth in European Countries (EU-28): Panel analysis. **International Journal on Emerging Technologies**, v. 10, n. 02, p. 66 -70, 2019. Disponível em: https://www.researchtrend.net/ijet/current_issue_ijet.php?taxonomy-id=67#. Acesso em: 25 mar. 2021.
- ADDISON, J. T.; OZTURK, O. D. Minimum wages, labor market institutions, and female employment: A cross-country analysis. **ILR Review**, v. 65, n. 4, p. 779-809, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001979391206500402>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- AGUILAR, A. C; CANÃS, I. E; RINCÓN, I. G. Factores socioeconómicos asociados al trabajo infantil y la asistencia escolar en Colombia. **Revista Finanzas y Política Económica**, Vol. 10, n. 1; p. 135-151, 2018. Disponível em: <https://repository.ucatolica.edu.co/handle/10983/16676>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- AHSAN, H.; HAQUE, M. E. Threshold effects of human capital: Schooling and economic growth. **Economics Letters**, v. 156, p. 48-52, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165176517301544?via%3Dihub>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- ALBANESI, S.; ŞAHIN, A. The gender unemployment gap. **Review of Economic Dynamics**, v. 30, p. 47-67, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1094202517301229>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- ALBIOL, N. C.; LÓPEZ, E. J. Mujeres en Consejos de Administración. **Economistas**, v. 161, p. 22-33, 2019. Disponível em: https://privado.cemad.es/revistas/online/Revistas/Economistas_Num_161_A4_WEB.pdf/165. Acesso em: 15 abr. 2021.
- ALI, M.; EGBETOKUN, A.; MEMON, M. H. Human capital, social capabilities and economic growth. **Economies**, v. 6, n. 1, p. 2, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7099/6/1/2>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- ALTINDAG, D. T.; DURSUN, B.; FILIZ, E. The Effect of Education on Unemployment Duration. **SSRN**, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3449562. Acesso em: 04 jun. 2021.
- ALTUZARRA, A.; GÁLVEZ-GÁLVEZ, C.; GONZÁLEZ-FLORES, A. Is Gender Inequality a Barrier to Economic Growth? A Panel Data Analysis of Developing Countries. **Sustainability**, v. 13, n. 1, p. 367, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/1/367>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- ANGRIST, N. et al. Measuring human capital using global learning data. **Nature**, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03323-7>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ARMIJO, J. G. S.; ESCOBAR, E. del P. A.; ORTIZ, B. E. T. Instrumentos para la valoración del trabajo infantil en el cantón de Pastaza. **Revista Conrado**, v. 16, n. S 1, p. 304-311, 2020.

ASSAAD, R. A. et al. Explaining the MENA paradox: Rising educational attainment, yet stagnant female labor force participation. **IZA Discussion Paper**, n. 11385, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3153349. Acesso em: 04 jun. 2021.

BAHARIN, R. et al. Impact of human resource investment on labor productivity in Indonesia. **Iranian Journal of Management Studies**, v. 13, n. 1, p. 139-164, 2020. Disponível em: https://ijms.ut.ac.ir/article_73039.html?lang=en. Acesso em: 05 abr. 2021.

BALTAGI, B. H. et al. **Econometric analysis of panel data**. Chichester: John wiley & sons, 2008.

BARONE, C.; ASSIRELLI, G. Gender segregation in higher education: an empirical test of seven explanations. **Higher Education**, v. 79, n. 1, p. 55-78, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-019-00396-2#citeas>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BARROS, D. da S. Escolaridade e distribuição de renda entre os empregados na economia brasileira: uma análise comparativa dos setores público e privado dos anos 2001 e 2013. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 3, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000300205&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2021.

BASU, K.; VAN, P. H. The Economics of Child Labor. **American Economic Review**, v. 88, n. 3, p. 412-427, 1998. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.89.5.1386>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3ª edição, University of Chicago, NBER, New York, 1993. Disponível em: <https://www.nber.org/books-and-chapters/human-capital-theoretical-and-empirical-analysis-special-reference-education-third-edition>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BHORAT, H.; KANBUR, R.; STANWIX, B. Minimum wages in Sub-Saharan Africa: a primer. **The World Bank Research Observer**, v. 32, n. 1, p. 21-74, 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/wbro/article/32/1/21/2797759?login=true>. Acesso em: 25 out. 2021.

BLANCHARD, O. J.; PHILIPPON, T. The quality of labor relations and unemployment. **National Bureau of Economic Research**, 2004. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w10590>. Acesso em: 20 out. 2021.

BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2011.

BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 3, n. 8, p. 20-38, 1988. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/08/rbcs08_02.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

CABEZA-GARCÍA, L.; DEL BRIO, E. B.; OSCANO-VICTORIO, M. L.. Gender factors and inclusive economic growth: The silent revolution. **Sustainability**, v. 10, n. 1, p. 121, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/1/121>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAIRO, I.; CAJNER, T. Human capital and unemployment dynamics: Why more educated workers enjoy greater employment stability. **The Economic Journal**, v. 128, n. 609, p. 652-682, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/ej/article/128/609/652/5069537?login=true>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CASTELNOVO, P.; DEL BO, C. F.; FLORIO, M. Quality of institutions and productivity of State-Invested Enterprises: International evidence from major telecom companies. **European Journal of Political Economy**, v. 58, p. 102-117, 2019.

CHEN, Y.; ZHANG, H.; ZHOU, L.-A. Motherhood and Gender Wage Differentials within a Chinese Firm. **Economic Development and Cultural Change** 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/711652>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CONDE, S. F. A persistência do trabalho infantil no Brasil e em Portugal e a questão da educação. **Revista Pedagógica**, v. 19, n. 41, p. 168-193, 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3797>. Acesso em: 09 fev. 2021.

COSTIN, C. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 43-51, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000300043&lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2021.

COTRIM, L. R.; TEIXEIRA, M.; PRONI, M. W.. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. **Instituto de Economia**, UNICAMP, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD383.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CROTTI, R. et al. Global Gender Gap Report 2020. In: **World Economic Forum**. Genebra. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 15 maio 2021.

CUSTÓDIO, A. V.; RAMOS, F. M. Políticas Públicas de erradicação do trabalho infantil doméstico no Brasil. **Revista Direito UFMS**, v. 6, n. 1, p. 112-130, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/10307>. Acesso em 09 fev. 2021.

DANTAS, T. N. A importância da abordagem dos direitos humanos nas políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero desde a infância: reflexões baseadas em casos de casamento infantil, gravidez precoce e trabalho infantil doméstico no Brasil. **Anais [...]** VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 6, p. 1071-1091, 2020. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1132>. Acesso em 01 fev. 2021.

DE MESQUITA, S. P.; DE OLIVEIRA LIMA, L. R. R. Trabalho infantil e Teoria do “U” invertido: Evidência para o Brasil. **Análise Econômica**, v. 37, n. 72, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomico/article/view/71324>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DE OLIVEIRA, F. de P. M.; CAMPOS, C. S. G.; PEREIRA, M. M. F.. Combate à Pobreza por meio de uma justiça distributiva: Importância do acesso à educação para a distribuição equitativa de oportunidades. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 8, n. 16, p. 222-237, 2020. Disponível em:

<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/8538>.

Acesso em: 01 fev. 2021.

DEAN, E. et al. Types of Unemployment. **Principles of Economics: Scarcity and Social Provisioning (2nd Ed.)**, 2020. Disponível em:

<https://openoregon.pressbooks.pub/socialprovisioning2/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

DELALIBERA, B. R; FERREIRA, P. C. Early childhood education and economic growth. **Journal of Economic Dynamics and Control**, v. 98, p. 82-104, 2019. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165188918303646?casa_token=hnA8ZVUroAwAAAAA:XwYUI65pmw4n6fYRG1_ffrQhFI1HI-nGpy53NQHhJc78FOxpRyX9q9Oisx-71J3D4IMFsmjEMk. Acesso em: 21 mar. 2021.

DEVADAS, S.; KIM, Y. E. **Exploring the Potential of Gender Parity to Promote Economic Growth**. 2020. Disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34698>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Disponível em: <https://conrado.ucf.edu/cu/index.php/conrado/article/view/1556>. Acesso em: 03 mar. 2021.

FADOS, M.; BOHDALOVÁ, M. Comparison of the european union, spain and Switzerland gender inequality in unemployment by education attainment. **Journal of Human Resources Management Research**, 2017. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/0466/3b42a50f2b14c324f426564e0ead3465914c.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

FARRÉ, L.; JOFRE-MONSENY, J.; TORRECILLAS, J.. Commuting time and the gender gap in labor market participation. **IZA Discussion Paper**, n. 13213, 2020. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3596679. Acesso em: 01 jun. 2021.

FERRAZ, T. COVID-19 e Perspectivas Sobre Desigualdade de Gênero. **Informações fipe**. Nº 479, p. 52- 55, 2020. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif479-52-55.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FJP; CORECON MG. Pobreza, substantivo feminino: Boletim nº 8. **Observatório das Desigualdades**. 2020. Disponível em:

http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?page_id=162. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOMES, C. E.; et al. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 481–511, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8656997>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GÓMEZ, P. L. La educación como mecanismo igualador de oportunidades: reeditando viejas dudas desde Uruguay. **Revista de la Escuela de Ciencias de la Educación**, v. 1, n. 12, 2017.

Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2362-33492017000100010&lang=pt. Acesso em: 27 jan. 2021.

GREENE, W. **Econometric analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

GREENE, W. **Econometric Analysis**. Prentice Hall, 7^a ed. Upper Saddle River. 2012

GUIMARÃES, A. A. B.; FULLY, R. M. P.; SILVEIRA, L. P. Análise do capital humano, sob a ótica da teoria do crescimento endógeno, na produtividade total dos fatores no Brasil. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 8, n. 1, p. 1902-1918, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/REGS/article/view/7621>. Acesso em: 26 mar. 2021.

GUJARATI, D.; PORTER, D. C. **Basic Econometrics**. 5^a ed. New York: McGraw-Hill, 2008. HAKOOMA, M. R.; SESHAMANI, V. The impact of human capital development on economic growth in Zambia: An Econometric Analysis. **International Journal of Economics, Commerce and Management**, v. 4, n. 4, p. 71-87, 2017. Disponível em: <http://ijecm.co.uk/wp-content/uploads/2017/04/546.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

HASSAN, K. G. The Impact of Human Capital on Economic Growth: A case study of (Middle East and North Africa- excluding High income countries). **Academic Journal of Nawroz University**, v. 9, n. 3, p. 160-169, 2020. Disponível em: <https://journals.nawroz.edu.krd/index.php/ajnu/article/view/772>. Acesso em: 22 mar. 2021.

HAUSMAN, J. A. Specification tests in econometrics. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 1251-1271, 1978.

HSIEH, C.-T. et al. The allocation of talent and us economic growth. **Econometrica**, v. 87, n. 5, p. 1439-1474, 2019.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2 ed. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

JAYACHANDRAN, S. Social norms as a barrier to women's employment in developing countries. **National Bureau of Economic Research**, 2020. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w27449>. Acesso em: 18 abr. 2021.

KARAKUTUK, K.; OZBAL, E. O. The relationship between women's education with women's labor participation and national income: A research on G20 Countries. **European Journal of Education Studies**, 2019. Disponível em: <https://oapub.org/edu/index.php/ejes/article/view/2414>. Acesso em: 12 maio 2021.

KAZANDJIAN, R. et al. Gender equality and economic diversification. **Social Sciences**, v. 8, n. 4, p. 118, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/8/4/118>. Acesso em: 29 mar. 2021.

KILISHI, A. A.; ADEBOWALE, H. A.; OLADIPUPO, S. A.. The nexus between economic institutions and unemployment: evidence from sub-Saharan Africa. **International Journal of Development Issues**, v. 20, 2020.

- KOCOUREK, A.; NEDOMLELOVÁ, I. Three levels of education and the economic growth. **Applied economics**, v. 50, n. 19, p. 2103-2116, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00036846.2017.1388910>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- KOTÁSKOVÁ, S. K. et al. The impact of education on economic growth: The case of India. **Acta Universitatis Agriculturae Et Silviculturae Mendelianae Brunensis**, v. 66, n. 1, p. 253-262, 2018. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/mupactaun/actaun_5f2018066010253.htm. Acesso em: 07 abr. 2021.
- KOTHARI, C. R. **Research methodology: Methods and techniques**. New Age International, 2004.
- KOUTENTAKIS, F. Gender Unemployment Dynamics: Evidence from Ten Advanced Economies. **Labour**, v. 29, n. 1, p. 15-31, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/labr.12037>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- KUMAR, K.; PRAKASH, A.; SINGH, K. How National Education Policy 2020 can be a lodestar to transform future generation in India. **Journal of Public Affairs**, p. e2500, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pa.2500>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- LIEBEL, M.; INVERNIZZI, A. Los movimientos de niños, niñas y adolescentes trabajadores y la Organización Internacional del Trabajo. Una lección sobre el silencio forzado. **Millcayac-Revista Digital de Ciencias Sociales**, v. 5, n. 8, p. 89-112, 2018. Disponível em: <http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/millca-digital/article/view/1107>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 883-903, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/v7m9qdqJPRMhSmyhny7kQgq/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, Amsterdam, v. 22, p. 3-42, 1988. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0304393288901687>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- MACEIRA, H. M. Economic benefits of gender equality in the EU. **Intereconomics**, v. 52, n. 3, p. 178-183, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10272-017-0669-4>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- MAHMUD, S.; BIDISHA, S. H. Female labor market participation in Bangladesh: Structural changes and determinants of labor supply. In: **Structural Change and Dynamics of Labor Markets in Bangladesh**. Springer, Singapore, 2018. p. 51-63. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-13-2071-2_4. Acesso em: 17 maio 2021.

- MANHICE, A.; AMADOR, F. Participação de crianças em atividades de garimpo artesanal na Província de Manica: problemáticas educativas. **Geonovas**, v. 32, n. 70, 2019. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9143>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000400811&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 fev. 2021.
- MARGINSON, S. Limitations of human capital theory. **Studies in Higher Education**, v. 44, n. 2, p. 287-301, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03075079.2017.1359823?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 13 maio 2021.
- MASCARENHAS, S. A. (org.). **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2018.
- MAUREIRA ESTRADA, F. Trabajo infantil. Algunas consideraciones desde la antropología. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia, n.6, p. 113-124, 2017. Disponível em: <http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/1134>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- MCNABB, R. Labour market theories and education. In: **Economics of Education**. Pergamon, 1987. p. 157-163. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780080333793500310>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- MELO, H. P. de; MORANDI, L. Uma análise da distribuição do PIB per capita entre mulheres e homens no Brasil, 1991-2015. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/RxSCLcnCVrx7nr8WKqsWSXC/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- MIHAILOV, A.; RAZZU, G.; WANG, Z. **The Gender Unemployment Gap Across the Euro Area: The Role of Macroeconomic Shocks and Labour Market Institutions**. Department of Economics, Reading University, 2020. Disponível em: <http://www.reading.ac.uk/web/files/economics/emdp202026.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.
- MINCER, J. Education and unemployment. **National Bureau of Economic Research**, 1991. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w3838>. Acesso em: 23 maio 2021.
- MISHRA, P. K.; MISHRA, S. K.; SARANGI, M. K. Do Women's Advancement and Gender Parity Promote Economic Growth? Evidence from 30 Asian Countries. **Millennial Asia**, v. 11, n. 1, p. 5-26, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0976399619900603>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- MOHAMED, A. A. et al. Impacto da pobreza sobre a escolaridade e o trabalho das crianças de 6 a 14 anos no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42775-42796, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12565>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MUARA, J. M. V.; WERLE, F. O. C. O regimento escolar e a desigualdade de oportunidades na educação moçambicana. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 65, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/26234>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MUKTARBEBEK KYZY, A. School attendance: demographic differences and the effect of a primary school meal programme in Kyrgyzstan. **Educational Research and Evaluation**, v. 25, n. 7-8, p. 381-411, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13803611.2020.1862677>. Acesso em: 13 set. 2019.

MULWA, M.; GICHANA, T. Does education reduce gender differentials in labor market participation? A Kenyan perspective. **African Development Review**, v. 32, n. 3, p. 446-458, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8268.12451>. Acesso em: 01 jun. 2021.

NOVIKOV, A. M.; NOVIKOV, D.A. **Research methodology: From philosophy of science to research design**. CRC Press, 2013.

NWAODUH, EO. Feminization of poverty in Ukraine: background, causes and effects. **Український соціум**, n. 2, pág. 60-73, 2017. Disponível em: http://nbuv.gov.ua/UJRN/Usoc_2017_2_7. Acesso em: 15 abr. 2021.

OECD. **Education at a glance 2020: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

OIT. **A igualdade de gênero no local de trabalho permanece indefinida**. ILOSTAT, 10 de jan. 2020. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/gender-equality-in-the-workplace-remains-elusive/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

OIT. **A quantum leap for gender equality: For a better future of work for all**. Genebra, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_674831/lang--en/index.htm. Acesso em: 14 maio 2021.

OIT. **Global Estimates of Child Labour: Results and trends, 2012-2016**. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_575499/lang--pt/index.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

OIT. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Seventh edition Updated estimates and analysis**. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_766949/lang--en/index.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

OIT. **Notas OIT - O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe**. OIT, 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilgia/temas/g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a/WCMS_302647/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.

OIT. **Relatório Mundial sobre o trabalho infantil: Vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil**. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_233016/lang--pt/index.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

OIT. **World employment and social outlook: Trends for women 2018—Global snapshot.** Ginebra, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends-for-women2018/WCMS_619577/lang--en/index.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

OIT; UNICEF. **COVID-19 and child labour: A time of crisis, a time to act.** OIT e UNICEF, Nova York, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS_747421/lang--en/index.htm Acesso em: 07 fev. 2021.

OLUDAYO, O. A. et al. Gender disparity in admissions into tertiary institutions: Empirical evidence from Nigerian data (2010–2015). **Data in brief**, v. 22, p. 920-933, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352340919300320#bib3>. Acesso em: 13 abr. 2021.

OMODERO, C. O; NWANGWA, K.C. K. Higher Education and Economic Growth of Nigeria: Evidence from Co-Integration and Granger Causality Examination. **International Journal of Higher Education**, v. 9, n. 3, p. 173-182, 2020. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1248497>. Acesso em: 06 abr. 2021.

OSTRY, J. D. et al. **Economic gains from gender inclusion: New mechanisms, new evidence.** International Monetary Fund, 2018. Disponível em: https://econpapers.repec.org/paper/imfifmsdn/2018_2f006.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

OSUNDINA, O. A. Sustainable development: Does improvement in education and health of women improve female labour force participation rate?. **Sustainable Development**, v. 28, n. 1, p. 13-24, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/sd.1961>. Acesso em: 10 maio 2021.

PARSON, L.. Researching Gender and Higher Education. In: NIEMI, N. S; WEAVER-HIGHTOWER, M. B. **The Wiley Handbook of Gender Equity in Higher Education.** John Wiley & Sons, p. 515-530, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781119257639>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PETRONGOLO, B.; RONCHI, M.. Gender gaps and the structure of local labor markets. **Labour Economics**, v. 64, p. 101819, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927537120300257?via%3Dihub>. Acesso em: 11 maio 2021.

POMPEI, F.; SELEZNEVA, E. Unemployment and education mismatch in the EU before and after the financial crisis. **Journal of Policy Modeling**, v. 43, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0161893819301309>. Acesso em: 05 jun. 2021.

POST, D. Incidencia del trabajo infantil en el logro académico de alumnos de sexto grado: Hallazgos del tercio. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, p. 75, 2018. Disponível em: <https://pennstate.pure.elsevier.com/en/publications/impact-of-child-labor-on-academic-achievement-for-sixth-graders-i>. Acesso em: 27 fev. 2021.

PRITCHETT, L.; SANDEFUR, J. Girls' schooling and women's literacy: schooling targets alone won't reach learning goals. **International Journal of Educational Development**, v. 78, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059320304016>. Acesso em: 07 set. 2021.

QUADLIN, N. The mark of a woman's record: Gender and academic performance in hiring. **American Sociological Review**, v. 83, n. 2, p. 331-360, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0003122418762291>. Acesso em: 12 abr. 2021.

QUEIRÓS, A.; FARIA, D.; ALMEIDA, F. Strengths and limitations of qualitative and quantitative research methods. **European Journal of Education Studies**, v. 3, n. 9, 2017. Disponível em: <https://oapub.org/edu/index.php/ejes/article/view/1017>. Acesso em: 04 set. 2021.

QUINTERO MONTAÑO, W. J. La formación en la teoría del capital humano: una crítica sobre el problema de agregación. **Análisis económico**, v. 35, n. 88, p. 239-265, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-66552020000100239. Acesso em: 27 jan. 2021.

RAMI, G. Determinants and Forecasting of Female Labour Force Participation Rate in India: Testing of Feminization U hypothesis. **ICDD Working Papers**, n. 19, 2020. Disponível em: <https://kobra.uni-kassel.de/handle/123456789/11624>. Acesso em: 15 maio 2021.

REYMÃO, A. E. N.; CEBOLÃO, K. A. Amartya Sen e o direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 88-104, 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/2520>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RISSE, L. Economics and Gender Equality: A Lens from Within. **Capitalism & Society**, v. 14, n. 1, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3497760. Acesso em: 11 abr. 2021.

SABATES, R. et al. Schooling responses to income changes: Evidence from unconditional cash transfers in Rwanda. **International Journal of Educational Research**, v. 93, p. 177-187, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S088303551831293X?casa_token=xCgVqiQhatcAAAAA:p4S_G0WXmxauu3D6s2DM50VYkwCVbgN1wXsnTgPODjAHRVKqKV_a_bfnQE22zHhqCfg3sHhpzkTk. Acesso em: 13 set. 2021.

SAHNOUN, M.; ABDENNADHER, C. Returns to Investment in Education in the OECD Countries: Does Governance Quality Matter?. **Journal of the Knowledge Economy**, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13132-021-00783-0>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SANTAMARÍA, N. C. Racionalidad económica y diversidad de género. **Economistas**, n. 161, p. 6-9, 2019. Disponível em: https://privado.cemad.es/revistas/online/Revistas/Economistas_Num_161_A4_WEB.pdf/165. Acesso em: 20 mar. 2021.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2 ed. 1973.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/ago.1995.

SEN A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, G. C. de O. et al. Características da produção científica sobre o trabalho infantil na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35n7/e00031018/pt/> Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, L. A.; SCHINAIDER, C. M.; DA CUNHA CASSUCE, F. C. Socioeconomic aspects of child labor for the Brazilian children. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, n. 24, 2021. Disponível em: <http://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/7428>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SILVA, M. S.; KLASSEN, S. Gender inequality as a barrier to economic growth: a review of the theoretical literature. **Review of economics of the household**, p. 1-34, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11150-020-09535-6>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. O direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, p. 668-681, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11679>. Acesso em 23 fev. 2021.

TEDESCO, A. C. F.; SOUZA, K. B. Ser mulher importa? Determinantes, evidências e estimativas da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71518>. Acesso em: 22 maio 2021.

TEORELL, J.; DAHLBERG, S.; HOLMBERG, S.; ROTHSTEIN, B.; PACHON, NATALIA ALVARADO; AXELSSON, SOFIA. The Quality of Government 62 Standard Dataset, version Jan20. University of Gothenburg: **The Quality of Government Institute**, <http://www.qog.pol.gu.se>, 2020.

TOURÉ, D. Enseignement supérieur, capital humain et croissance économique: Une approche par l'analyse causale. **European Scientific Journal**, ESJ, v. 16, n. 16, p. 255-280, 2020. Disponível em: <https://eujournal.org/index.php/esj/article/view/13042>. Acesso em: 06 abr. 2021.

TSOU, M-W; YANG, C-H. Does gender structure affect firm productivity? Evidence from China. **China Economic Review**, v. 55, p. 19-36, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1043951X19300318?casa_token=ll0z_u315guYAAAAA:moGik4P8utT4OobRzh0P5xgb09_HuXBzQ8TuZf_praj1GrnwXpd9_QsPDEU82JZI2CVNcTC1q8g. Acesso em: 19 abr. 2021.

UNESCO. **Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). 2018a. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>. Acesso em: 09 abr. 2021.

UNESCO. **Quarto relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos: não deixar ninguém para trás; participação, equidade e inclusão**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374407>. Acesso em: 09 abr.2021.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação 2018: relatório conciso de gênero; cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero – Brasília : UNESCO, 2018b**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264535?posInSet=1&queryId=d6201757-97ca-4c84-950e-bf8a227fb8a8>. Acesso em: 08 abr. 2021.

VASCONCELOS, C. A. Trabalho infantil na agricultura no nordeste do Brasil. **Interacções**, v. 16, n. 53, p. 24-46, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/19219> Acesso em: 09 fev. 2021.

VIEIRA, M. G. Child Labor in Brazil and Uruguay. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. 2018. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-485>. Acesso em: 01 fev. 2021.

VOGT, M. et al. Fatores determinantes das diferenças salariais entre as ocupações da contabilidade. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, n. 2, p. 336-352, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/77220>. Acesso em: 27 jan. 2021.

WANG, Y.; LIU, S. Education, human capital and economic growth: Empirical research on 55 countries and regions (1960-2009). **Theoretical Economics Letters**, v. 6, n. 02, p. 347-355, 2016. Disponível em: https://www.scirp.org/html/26-1500873_66143.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

WEBB, M.; KUNTUOVA, I.; KARABAYEVA, A. The role of education in realising youths' human capital: social philosophical analysis. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 968-985, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362018000300968&lng=en&tlng=en. Acesso em 26 jan. 2021.

WODON, Q. et al. **How Large Is the Gender Dividend? Measuring Selected Impacts and Costs of Gender Inequality**. World Bank, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33396>. Acesso em: 11 abr. 2021.

WOOLDRIDGE, J. M. Econometric analysis of cross section and panel data MIT press. **Cambridge, MA**, v. 108, 2002.

ZAMFIR, Ana-Maria et al. Factors Shaping Labour Market Participation. **Postmodern Openings**, v. 12, n. 1, p. 91-101, 2021. Disponível em:

<https://www.lumenpublishing.com/journals/index.php/po/article/view/3768>. Acesso em: 23 maio 2021.

ZARO, J.; PERSSON, L. O. O trabalho infantil doméstico e suas consequência na formação escolar da criança e do adolescente. **Revista Jurídica em Pauta**, v. 1, n. 2, p. 61-75, 2019.

Disponível em:

<http://revista.urcamp.edu.br/index.php/revistajuridicaurcamp/article/view/3103>. Acesso em: 01 fev. 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO:

IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO



AUTORA: DANIELLE FRANÇA RIBEIRO
ORIENTADOR: DR. NAPIÊ GALVÊ ARAÚJO SILVA
COORIENTADOR: DR. LEONARDO ANDRADE ROCHA



DISCENTE: DANIELLE FRANÇA RIBEIRO

DOCENTE ORIENTADOR: DR. NAPIÊ GALVÊ ARAÚJO SILVA

DOCENTE COORIENTADOR: DR. LEONARDO ANDRADE ROCHA

DISSERTAÇÃO VINCULADA:

EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO

DATA DA DEFESA: 14/12/2021

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

Publicação que divulga os resultados da pesquisa advinda da dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta uma síntese dos resultados das pesquisas que compõem a dissertação "Educação e Trabalho feminino: Impactos sociais e econômicos da desigualdade de gênero"*. Nela buscou-se discutir, a nível internacional e sob perspectiva de gênero, as relações entre educação das mulheres, trabalho feminino e economia dos países. A principal premissa que orientou o trabalho foi o entendimento de que a desigualdade de gênero é complexa e que está presente em vários momentos da vida das mulheres, interferindo em sua colocação profissional, na liberdade econômica e no alcance de direitos sociais.

No estudo foram utilizados dados extraídos da base de pesquisa Quality of Government, vinculada a Universidade de Gotemburgo/Suécia. Para analisar o fenômeno de forma holística, foram objetos de estudos: o trabalho infantil feminino e seu impacto na evasão na educação básica; a influencia da força de trabalho das mulheres na economia dos países; e a relação da educação sobre as taxas de desemprego feminino.

POR QUE ESTUDAR ESTA TEMÁTICA?

- ✔ Contribuir para o entendimento da realidade do problema social, viabilizando debates e reflexões que são basilares para intervenções que promovam uma sociedade com maior igualdade;
- ✔ Fortalecer o debate sobre a temática na agenda pública;
- ✔ Discutir meios de mitigar o processo de feminização da pobreza, isto é, a mulheres em maior proporção entre os pobres (FJP; CORECON MG, 2020);
- ✔ A desigualdade de gênero influencia na qualidade de vida das famílias e sociedade;
- ✔ Contribuir para valorização das mulheres e atendimento aos direitos humanos.

*A dissertação na íntegra pode ser acessada no site: <https://repositorio.ufersa.edu.br/>

TRABALHO INFANTIL FEMININO E OS EFEITOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Principais conceitos:

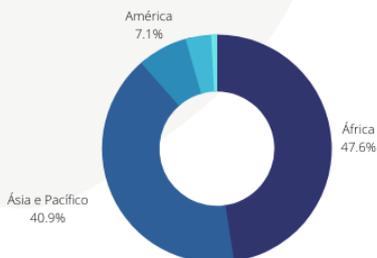
Trabalho infantil: atividade econômica realizada pelas crianças nas economias formal e informal, dentro ou fora do cenário familiar, que priva a criança de usufruir de sua infância e dignidade, prejudicando seu desenvolvimento físico, mental e social (OIT, 2013)

Trabalho infantil doméstico: a atividade econômica realizada na casa de terceiros por menores de 18 anos, podendo ou não ser remunerada (OIT, 2011). Em maior proporção realizado pelas meninas e é uma das piores formas de trabalho infantil.

Dados do aporte teórico:



Do total de 152 milhões de crianças em situação de trabalho infantil, cerca de 40% são meninas, sendo que elas estão mais propensas ao trabalho doméstico (OIT, 2017)



A maior recorrência do fenômeno é no continente africano e na atividade de agricultura (71%) (OIT, 2017)

Em idade escolar primária, a quantidade de meninas que estão sem acesso ao ensino formal ultrapassa em 5 milhões a quantidade de meninos (UNESCO, 2018b).

Detalhamento da pesquisa:

Objetivo geral: Medir a relação entre trabalho infantil feminino e a evasão na educação básica

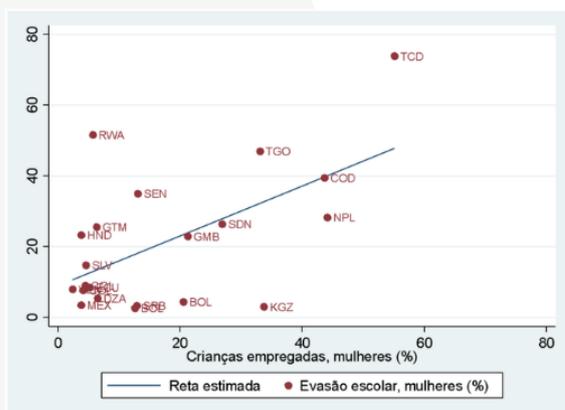
Amostra: Dados secundários do ano de 2017 de 33 países sobre Crianças empregadas mulheres (Banco Mundial) e Evasão das mulheres até a última série do ensino fundamental (Unesco)

Método: Análise de correlação

TRABALHO INFANTIL FEMININO E OS EFEITOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Síntese dos resultados:

1. Porcentagem de crianças mulheres em atividades econômicas, por pelo menos um hora na semana, possui associação linear com a porcentagem de mulheres evadidas nas escolas até a última série do ensino fundamental. A relação entre as variáveis é diretamente proporcional, indicando que o aumento do trabalho infantil feminino é acompanhado pelo aumento de evasão escolar.



2. Embora a correlação não indique causalidade, o embasamento teórico sobre a temática indica que o fenômeno do trabalho infantil pode ser um dos fatores que causa a evasão escolar

3. A reta de tendência do gráfico ao lado descreve melhor comportamento da República Democrática do Congo, República do Sudão e Gâmbia. Países com economia predominantemente voltada para agricultura e elevado índice de pobreza;

4. O país da amostra com maior prevalência de crianças empregadas mulheres e de evasão escolar feminina é o Chade na África. Ele é um dos mais desiguais do mundo com relação ao gênero (CROTTI et al, 2020), e também não possui mecanismos para minimizar a desigualdade em sua política educacional (UNESCO, 2018b)

5. Os países com maiores percentuais femininos no trabalho infantil e na evasão escolar são localizados na África. Além da pobreza, questões culturais podem justificar esse panorama.

6. Ruanda, na África, possui uma pequena porcentagem de trabalho infantil feminino, mas a segunda maior taxa de evasão escolar de meninas. O investimento em educação e políticas de transferência de renda em Ruanda pode justificar o baixo índice de trabalho infantil feminino identificado na região. Entretanto, não é condizente com a porcentagem de evasão escolar.

7. Quirguistão, na Ásia Central, em que a porcentagem de crianças empregadas é próxima aos 35% e a evasão escolar é quase inexistente. O país possui uma forte política de refeição escolar, o que pode contribuir para a baixa evasão.

Considerações finais:

1. A inserção precoce das meninas no trabalho influencia, mas não é o único fator para saída escolar.

2. A divergência entre alguns países pode ser parcialmente explicada por esses outros fatores não-observáveis no estudo

3. Foram observados indícios de que o menor índice de trabalho infantil e a maior permanência escolar estão relacionados com políticas de transferência de renda e investimento educacional, inclusive com programas de alimentação escolar.

IMPACTO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA NA ECONOMIA DOS PAÍSES

Principais conceitos:

PIB per capita: Somatório dos bens e serviços finais produzidos em uma economia por um determinado período de tempo dividido pelo número de habitantes do país.

PIB per capita PPP: Útil para realizar comparações internacionais, visto que elimina distorções provocadas pelas taxas de câmbio e aproxima do real poder aquisitivo do local.

Capital humano: Relacionado com educação e saúde, foi incluído nos modelos de crescimento econômico na tentativa de diminuir os elementos residuais e a partir do entendimento que o crescimento não pode ser explicado unicamente pelo capital físico

Elasticidade de substituição (ES): Classifica os insumos como complementares ou substitutos. Com relação à mão de obra feminina e masculina, estudos sugerem que há complementação (OSTRY et al., 2018)

Dados do aporte teórico:

25% menor que a participação masculina no mercado de trabalho da América Latina, a participação das mulheres no mercado ainda é baixa (GOMEZ, 2017)

14% em favor dos homens é a discrepância salarial entre os gêneros, podendo ainda maior em países com normas culturais de gênero mais restritivas e em profissões historicamente masculinas (OIT, 2020)

20% seria o aumento da riqueza do capital humano global se houvesse igualdade de salários entre homens e mulheres (WODON et al., 2020)

Detalhamento da pesquisa:

Objetivo geral: Mensurar o impacto da força de trabalho feminina no crescimento econômico dos países.

Amostra: Dados secundários do período de 1992 a 2018 de 140 nações, sobre PIB per capita; PIB per capita PPP; Força de trabalho feminina com educação superior; participação das mulheres no emprego da indústria, participação das mulheres no emprego total, taxa de desemprego das mulheres.

Método: Elaboração de dois modelos econométricos (representações simplificadas da realidade). Função – nível do PIB per capita PPP em função das demais variáveis (exceto PIB per capita) e Função– crescimento do nível PIB per capita em função das demais variáveis (exceto PIB per capita PPP)

IMPACTO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA NA ECONOMIA DOS PAÍSES

Síntese dos resultados:

1. Com relação à participação das mulheres com formação superior no mercado de trabalho:

- ↳ Impacta positiva e significativamente no PIB per capita PPP
- ↳ Impacta negativamente no crescimento do PIB per capita

Ainda não existe consenso na literatura sobre o impacto da inserção de profissionais com nível educacional superior nos indicadores de crescimento econômico. A relação positiva entre a participação e o crescimento do PIB per capita PPP pode ser decorrente do aumento da produtividade, principalmente se houver redução na desigualdade de gênero nas áreas educacionais de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática). Contudo, é indispensável condições que garantam a inserção das mulheres em atividades que sejam condizentes com sua qualificação e desconsiderem preconceitos com relação ao gênero.

2. Com relação à participação das mulheres no emprego total

- ↳ Impacta positiva e significativamente no crescimento econômico (PIB per capita e PIB per capita PPP)

A minimização das barreiras de entrada feminina no mercado de trabalho provoca efeitos positivos na economia. O aumento da participação feminina no emprego total não acarreta apenas uma alteração quantitativa no mão de obra disponível, mas também uma modificação qualitativa, no qual acrescenta-se habilidades, ideais e visões diferenciadas. Porém, as mulheres permanecem sub-representadas no mercado de trabalho, principalmente em cargos de gestão

3. Com relação à participação no emprego da indústria

- ↳ Impacta positiva e significativamente no crescimento econômico (PIB per capita e PIB per capita PPP)

Esse resultado está de acordo com a relação de complementação de homens e mulheres no espaço produtivo. Sendo assim, a inserção de uma mulher, enquanto mão de obra escassa, ao invés de um homem, provoca maior aumento de produtividade. Isso apenas quando o ambiente elimina as barreiras impostas às mulheres.

4. Com relação à taxa de desemprego feminino

- ↳ Impacta negativa e significativamente no crescimento econômico (PIB per capita e PIB per capita PPP)

Isso indica que reduzir o nível de desemprego das mulheres causa benefícios não apenas para elas, mas como também para a economia dos países. Apesar disso, as mulheres possuem inatividade muito superior aos homens

Considerações finais:

1. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho afeta a economia
2. Para gerar resultados na economia, além do aumento quantitativo da participação feminina na atividade econômica, é necessário dispor de ambientes em que de fato não repercutam padrões de comportamento marcados pela discriminação.
3. O discriminação das mulheres no mercado de trabalho causa impactos para sociedade. Ratifica-se que a situação é tão persistente e grave que a pobreza no mundo ainda é majoritariamente feminina, fomentando as desigualdades sociais.

RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E NÍVEL DE DESEMPREGO FEMININO

Principais conceitos:

Tipos de desemprego: Cíclico, Friccional, Temporário e Estrutural

Salário de reserva: O valor da remuneração adicional para o que o indivíduo decida pelo trabalho ao invés do lazer (BORJAS, 2011). Os salários de reserva das mulheres são mais altos que os dos homens e os salários de mercado são mais baixos para elas (TEDESCO; SOUZA, 2020).

Índice de Qualidade institucional: O valor médio das variáveis: 'Corrupção', 'Lei e Ordem' e 'Qualidade da burocracia'.

Liberdade do mercado de trabalho: Relacionada com a regulamentação sobre salários, custos de demitir funcionários, encargos obrigatórios, entre outros elementos que expandem ou restringem a autonomia dos empregadores

Dados do aporte teórico:

95% da meta de paridade de gênero na educação foi atingida em 120 países e 35 alcançaram totalmente

257 anos é o tempo estimado para que ocorra a paridade de gênero no mercado de trabalho (CROTTI et al., 2020).

21,7% das mulheres se dedicam às atividades domésticas, ao passo que entre os homens o percentual é de 1,5% (OIT, 2019)

Detalhamento da pesquisa:

Objetivo geral: Investigar a relação da educação no nível de desemprego feminino.

Amostra: Dados secundários do período de 2006 a 2018 de 100 nações, sobre a taxa de desemprego das mulheres; Força de trabalho com educação superior; Índice de qualidade institucional; Índice de liberdade no mercado de trabalho; Despesas do governo com educação.

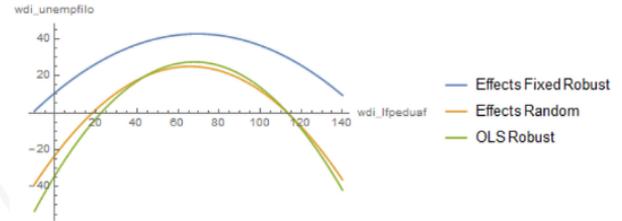
Método: Elaboração de dois modelos econométricos (representações simplificadas da realidade). Sendo a taxa de desemprego em função das demais variáveis, utilizando a força de trabalho com ensino superior linear e quadrática

RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E NÍVEL DE DESEMPREGO FEMININO

Síntese dos resultados:

1. Com relação à força de trabalho com educação superior

- ↪ Relação linear positiva com a taxa de desemprego
- ↪ Relação não-linear de U-invertido com a taxa de desemprego (Gráfico ao lado)



A relação positiva indica que o aumento do percentual de trabalhadores com educação avançada eleva o desemprego entre as mulheres e como justificativa para isso pode ser listado: a) aumento da competitividade no mercado de trabalho, que acaba por diminuir as oportunidades para as trabalhadoras com menores qualificações; b) decorrente da escassez de trabalhos que requeiram profissionais qualificadas (ASSAAD et al., 2018). A relação em U-invertido indica que o desemprego eleva-se a curto prazo com a presença de mulheres com educação avançada e posteriormente reduz-se ao longo prazo, como justificativa para isso pode ser listado: a) melhor escolaridade indica maior seletividade na escolha do emprego (ALTINDAG; DURSUN; FILIZ, 2019); b) período destinado para qualificação pode retirar provisoriamente as pessoas do mercado, visto que o tempo será investido na educação.

2. Com relação às despesas governamentais com educação

- ↪ A elevação de gastos do governo com educação reduz a taxa de desemprego entre as mulheres

Esse achado está em consonância com o estudo de Kilishi, Adebowale e Oladipupo (2020), que analisaram que os gastos do governo em ações em prol da sociedade, como fundos de pesquisa e capital humano, e de aumento do poder de compra da economia geram crescimento de emprego. Porém, as despesas apenas refletem em melhor índices de desemprego quando é alto o nível de qualidade da governança (SAHNOUN; ABDENNADHER, 2021)

3. Com relação ao índice de qualidade institucional

- ↪ Países com instituições melhores administram menores taxas de desemprego entre as mulheres.

Essa relação também havia sido encontrada por Blanchard e Philippon (2004) e por Kilishi, Adebowale e Oladipupo (2020), os quais mencionaram que governos com instituições que garantem sistema fiscal eficiente, incentivos ao investimento privado e ambiente macroeconômico estável alcançam, ao longo prazo, melhores índices de desemprego total, masculino e feminino

4. Com relação ao índice de liberdade do mercado de trabalho

- ↪ Maior liberdade do mercado de trabalho impacta na redução da taxa de desemprego feminino

Esse achado está em consonância com o estudo de Addison e Ozturk (2012) observaram que nos países da OCDE a regulamentação do salário mínimo, ou seja, menor liberdade do mercado de trabalho, acarreta prejuízos ao emprego feminino.

Considerações finais:

A presença de mulheres com escolaridade avançada no mercado de trabalho possui relação com o aumento do desemprego feminino, mesmo que no curto prazo. Além disso, a relação entre os gastos do governo com educação e desemprego das mulheres indica que a escolarização poderia ser um caminho para minimizar a marginalidade feminina do trabalho, desde que as desigualdades e os preconceitos vivenciados por elas nesse espaço fossem cessados. A partir disso, percebe-se que há pouca valorização por parte do mercado de trabalho dessas profissionais qualificadas. Reitera-se também que o investimento em educação fortalece a empregabilidade feminina quando existem condições mínimas de oportunidades econômicas para os cidadãos. Isso está relacionado com boas oportunidades no mercado de trabalho, salários condizentes com o cargo, minimização da desigualdade salarial entre os gêneros. Logo, a fim de minimizar o desemprego é necessário também ter atenção com a qualidade das instituições e com os mecanismos de regulamentação do trabalho no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o aumento de meninas no labor infantil é acompanhado por maior abandono escolar, principalmente em países com maiores índices de pobreza, também foram observados indícios de que o menor índice de trabalho infantil e a maior permanência escolar estão relacionados com políticas de transferência de renda e investimento educacional, inclusive com programas de alimentação escolar. Além disso, foi constatado que os determinantes do crescimento econômico PIB per capita PPP e crescimento do PIB per capita são influenciados pela participação das mulheres no mercado de trabalho, contudo é necessário atentar para a minimização dos preconceitos vivenciados por elas nesse espaço. Por fim, analisou-se que o investimento em educação realizado pelas mulheres não acarreta, necessariamente, na maior facilidade de ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Portanto, toda a conjuntura apresentada comprova que a desigualdade de gênero é uma questão atual e deve ser tratada de forma holística, visto que ela apresenta-se em vários âmbitos e de variadas facetas. O objetivo deste relatório foi contribuir para a visualização e discussão do tema apresentando, facilitando a compreensão do fenômeno pela população em geral.

REFERÊNCIAS

ADDISON, J. T.; OZTURK, O. D. Minimum wages, labor market institutions, and female employment: A cross-country analysis. **ILR Review**, v. 65, n. 4, p. 779-809, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001979391206500402>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ALTINDAG, D. T.; DURSUN, B.; FILIZ, E. The Effect of Education on Unemployment Duration. **SSRN**, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3449562. Acesso em: 04 jun. 2021.

ASSAAD, R. A. et al. Explaining the MENA paradox: Rising educational attainment, yet stagnant female labor force participation. **IZA Discussion Paper**, n. 11385, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3153349. Acesso em: 04 jun. 2021.

BLANCHARD, O. J.; PHILIPPON, T. The quality of labor relations and unemployment. **National Bureau of Economic Research**, 2004. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w10590>. Acesso em: 20 out. 2021.

CROTTI, R. et al. Global Gender Gap Report 2020. In: **World Economic Forum**. Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 15 maio 2021.

FJP; CORECON MG. Pobreza, substantivo feminino: Boletim nº 8. **Observatório das Desigualdades**, 2020. Disponível em: http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?page_id=162. Acesso em: 14 abr. 2021.

GÓMEZ, P. L. La educación como mecanismo igualador de oportunidades: reeditando viejas dudas desde Uruguay. **Revista de la Escuela de Ciencias de la Educación**, v. 1, n. 12, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2362-33492017000100010&lang=pt. Acesso em: 27 jan. 2021.

KILISHI, A. A.; ADEBOWALE, H. A.; OLADIPUPO, S. A. The nexus between economic institutions and unemployment: evidence from sub-Saharan Africa. **International Journal of Development Issues**, v. 20, 2020.

OIT. **A igualdade de gênero no local de trabalho permanece indefinida**. ILOSTAT, 10 de jan. 2020. Disponível em: <https://ilostatilo.org/gender-equality-in-the-workplace-remains-elusive/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

OIT. **A quantum leap for gender equality**: For a better future of work for all. Genebra, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_674831/lang--en/index.htm. Acesso em: 14 maio 2021.

OIT. **Global Estimates of Child Labour**: Results and trends, 2012-2016. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_575499/lang--pt/index.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

OIT. **Notas OIT - O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe**. OIT, 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a/WCMS_302647/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.

OIT. **Relatório Mundial sobre o trabalho infantil**: Vulnerabilidade econômica, proteção social e luta contra o trabalho infantil. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_233016/lang--pt/index.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

OSTRY, J. D. et al. **Economic gains from gender inclusion**: New mechanisms, new evidence. International Monetary Fund, 2018. Disponível em: https://econpapers.repec.org/paper/imfifmsdn/2018_2f006.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

SAHNOUN, M.; ABDENNADHER, C. Returns to Investment in Education in the OECD Countries: Does Governance Quality Matter?. **Journal of the Knowledge Economy**, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13132-021-00783-0>. Acesso em: 13 nov. 2021.

TEDESCO, A. C. F.; SOUZA, K. B. Ser mulher importa? Determinantes, evidências e estimativas da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71518>. Acesso em: 22 maio 2021.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação 2018**: relatório conciso de gênero; cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero - Brasília : UNESCO, 2018b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264535?posInSet=1&queryId=d6201757-97ca-4c84-950e-bf8a227fb8a8>. Acesso em: 08 abr. 2021.

WODON, Q. et al. **How Large Is the Gender Dividend? Measuring Selected Impacts and Costs of Gender Inequality**. World Bank, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33396>. Acesso em: 11 abr. 2021.



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO:

IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO

